

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO EM DIREITO PRÁTICA JURÍDICA

DIREITO DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ENERGIAS

**TEMA: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA
A GUINÉ-BISSAU**

ORIENTADOR:

PROFESSOR DOUTOR CARLOS BAPTISTA LOBO

MESTRANDA:

HELOÍSE TUILA COSTA CÓ

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO EM DIREITO PRÁTICA JURÍDICA

DIREITO DE AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E ENERGIAS

**TEMA: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA
A GUINÉ-BISSAU**

ORIENTADOR:

PROFESSOR DOUTOR CARLOS BAPTISTA LOBO

MESTRANDA:

HELOÍSE TUILA COSTA CÓ

2020

AGRADECIMENTOS

A concretização da presente dissertação contou com o apoio de muitas pessoas, às quais estou profundamente agradecida.

Ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Baptista Lobo, pela orientação prestada, incentivo e disponibilidade, que sempre demonstrou. Aqui lhe exprimo a minha gratidão.

À minha família, em especial aos meus pais, Eusébio Có e Joaquina Pedro da Costa, por serem modelos de coragem e de apoio incondicional, pela força, carinho, incentivo, amizade e paciência que sempre me prestaram ao longo de toda a minha vida académica, bem como na superação dos obstáculos que durante esta caminhada foram surgindo. Um especial obrigado. A eles dedico este trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a todos os amigos e colegas que de forma direta ou indireta ajudaram na elaboração do presente trabalho, pela paciência, atenção, força e carinho que me demonstraram nos momentos difíceis, particularmente ao Egas Katar e ao Edson Ndecky; desde já o meu agradecimento.

A todos um sincero e profundo obrigada.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	3
1.1 Evolução histórica da Educação Ambiental.....	3
1.2 Conceito de Educação Ambiental	4
1.3 Características e princípios da Educação Ambiental	7
1.4 Educação Ambiental não formal.....	10
1.5 O Direito Ambiental e a sua correlação com a Educação Ambiental	12
1.6 A Autonomia no Direito Ambiental.....	17
1.7 O Estado da Arte	21
1.8 A Diretiva Europeia 2001/42/CE	22
1.9 A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, Tbilissi, 1977	23
CAPÍTULO II	24
2.1 A Guiné-Bissau	24
2.2 A Existência ou não da lei de Educação Ambiental na Guiné-Bissau	27
2.3 A Participação da Guiné-Bissau nas convenções e acordos sobre a Educação Ambiental e Ambiente no seu âmbito geral.....	33
2.4 A Educação Ambiental na Guiné-Bissau	34
2.5 Como está a materialização do Direito do Ambiente na Guiné-Bissau?	38
2.6 O que foi feito até agora em termos de regulamentação e materialização das normas ambientais?	47
<i>2.6.1 Do procedimento da Avaliação de Impacto Ambiental – Início e Exame Prévio.....</i>	<i>52</i>
<i>2.6.2 Fase de análise e validação do Regulamento do Estudo de Impacto Ambiental Social.....</i>	<i>53</i>
<i>2.6.3 Audiência Pública.....</i>	<i>53</i>
<i>2.6.4 Declaração de Conformidade Ambiental e Certificado de Conformidade Ambiental.....</i>	<i>53</i>

2.6.5 Acesso à Informação e Participação do Público na Avaliação de Impacto Ambiental.....	55
2.6.6 Licenciamento Ambiental.....	58
2.6.7 Auditoria Ambiental.....	58
2.6.8 Tipicidade e período de Auditoria Ambiental.....	59
2.6.9 Do Procedimento da Auditoria Ambiental.....	60
2.7 Principais atores na área da Educação Ambiental na Guiné-Bissau	63
2.8 A Educação Ambiental em África	67
CAPÍTULO III	75
3.1 Metodologia a ser empreendida.....	75
3.2 Promoção da Educação Ambiental nas escolas valorizando o conhecimento local.....	79
3.3 A Educação Ambiental no futuro.....	79
3.4 Proposta de Educação Ambiental para a Guiné-Bissau	80
CONCLUSÃO	83
BIBLIOGRAFIA	86

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1– Guiné-Bissau.....	25
Figura 2– Percentagem de crianças na idade escolar primária (idades 7-12) fora da escola	26

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da abordagem da União Europeia.....	13
Quadro 2 - Legislação nacional da República da Guiné-Bissau sobre recursos naturais.....	61

RESUMO

Nas últimas décadas, assistimos a uma proliferação do conhecimento ambiental, dos seus problemas, questões e riscos relacionados. As concepções sobre a Educação Ambiental (resposta da Educação às questões ambientais, interrogações e riscos) mudaram desde que o termo foi descrito pela primeira vez por William Stapp e seus colegas da Universidade de Michigan no final do ano de 1960.

Como qualquer outro procedimento educacional, a Educação Ambiental (EA) também é implementada fora do sistema educacional. A EA depende em grande parte da educação não formal, que é a principal forma de disseminar a *informação ambiental* ao público. Além disso, o movimento ambiental, base da EA, apoiou o uso do ambiente natural para fins recreativos e educacionais que, por definição, significa o uso de EA não formal.

O objetivo do presente trabalho é determinar o ponto de situação da Educação Ambiental na Guiné-Bissau, tendo como base o Direito do Ambiente. Colocaram-se as seguintes questões de partida: em que ponto está a efetivação do Direito de Ambiente na Guiné-Bissau?; Existe a lei de Educação Ambiental na Guiné-Bissau?; O que foi feito até agora em termos de regulamentação e materialização das normas ambientais?

No que diz respeito à doutrina guineense, o assunto não recolheu ainda análises de fundo, de modo que vamos fazer um estudo geral da legislação ambiental.

Já na doutrina estrangeira, encontram-se estudos aprofundados sobre a Educação Ambiental; vamos focar sobre três deles e adotaremos aquele que acharmos conveniente.

Foi igualmente elaborada uma proposta para a educação ambiental em contexto da Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, Direito do Ambiente, Educação Ambiental, legislação, normas ambientais.

ABSTRACT

In recent decades, we have seen a proliferation of knowledge (s), environments, their problems, issues and related risks. Conceptions of environmental education (education's response to environmental issues, issues, and risks) have changed since the term was first described by William Stapp and his colleagues at the University of Michigan in the late 1960.

Like any other educational procedure, Environmental Education (EA) is also implemented outside the education system. EA largely depends on non-formal education, which is the main way of disseminating "environmental" information to the public. In addition, the EA-based environmental movement supported the use of the natural environment for recreational and educational purposes, which by definition means the use of non-formal EA.

The aim of this paper is to determine the situation of Environmental Education in Guinea-Bissau, based on environmental law.

The following were the starting questions: How is the implementation of environmental law in Guinea-Bissau? What did environmental laws bring again? Is there an environmental education law in Guinea-Bissau? What has been done so far in terms of regulation and materialization of environmental standards?

With regard to Guinean doctrine, the subject has not yet collected analysis of the fund. So let's do a general study of environmental laws. Already in foreign doctrine find more in-depth studies on Environmental Education, let's focus on three and adopt the one we find convenient.

A proposal for environmental education in the context of Guinea-Bissau has also been prepared.

Keywords: Guinea-Bissau, Environmental Law, Environmental Education, legislation, environmental standards.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Associação para o Desenvolvimento

AP – Áreas Protegidas

AA – Avaliação Ambiental

AAA – Autoridade de Avaliação Ambiental

AAAC – Autoridade de Avaliação Ambiental Competente

AAC – Autoridade Ambiental Competente

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental

AS – Antenas Setoriais

Aud. A – Auditoria Ambiental

CRGB – Constituição da República da Guiné-Bissau

CPA – Código de Procedimento Administrativo

CCA – Certificado de Conformidade Ambiental

CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica

CILSS – Comité Interestadual para o Controlo da Seca do Sahel

CNUMAH – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano

DCA – Declaração de Conformidade Ambiental

EA – Educação Ambiental

ESD – Educação para o Desenvolvimento Sustentável

EEASA – Associação de Educação Ambiental do Sul

EIAS – Estudo de Impacto Ambiental Social

EVA – Escola de Verificação Ambiental

FA – Fundo Ambiental

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FBG – Fundação BioGuinea

GB – Guiné-Bissau

IBAP – Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

LBSE- Lei de Base do Sistema Educativo

LBA – Lei de Bases do Ambiente

LAA – Lei de Avaliação Ambiental

L-QAP – Lei-Quadro das Áreas Protegidas

MAOTDR – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

MEN – Ministério da Educação Nacional

NEEAC – *National Environmental Education Advisory Council*

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PANA – Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima

PIB – Produto Interno Bruto

PNPOT – Programa Nacional de Ordenamento do Território

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUE – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRCM – Parceria Regional para a Conservação Costeira e Marítima

Raud. A – Regulamento de Auditoria Ambiental

REIAS – Regulamento de Estudo de Impacto Ambiental Social

RFA – Regulamento de Fundo Ambiental

RLA – Regulamento de Licenciamento Ambiental

RN – Recursos Naturais

RPPPAIA – Regulamento de Participação Pública no Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental

SNAP – Sistema Nacional de Áreas Protegidas

SWISSAID – Fundação para o Desenvolvimento e Cooperação

TDR – Termo de Referência

UE – União Europeia

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas para Ação

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO-NUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO-UNEP – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

WWF – *World Wide Fund for Nature*

INTRODUÇÃO

Ao longo do último quarto de século, a economia mundial quadruplicou de valor, beneficiando centenas de milhões de pessoas. Em contrapartida, 60% do maior ecossistema do mundo, as florestas, que sustentam bens, serviços e meios de subsistência, foram degradados ou usados de modo insustentável. De facto, isto ocorre porque o crescimento económico das últimas décadas foi realizado, principalmente, através do desenho natural de recursos, sem permitir que os *stocks* se regenerem, mediante a deterioração generalizada do ecossistema e perda (Nações Unidas UNEP, s.d.).

O recurso água está a ficar cada vez mais escasso e o *stress* hídrico é projetado para aumentar, com o abastecimento de água a satisfazer apenas 60% do mundo dentro de 20 anos . A agricultura conhece um desenvolvimento (Water Resources Group, 2009, p. 7) em crescendo, principalmente devido ao uso de fertilizantes químicos (Pavinato, 2009), que reduzem a qualidade do solo (Müller & Davis, 2009) e não conseguindo conter o incremento da tendência de desmatamento, permanecendo em 13 milhões de hectares.

A proposta da Educação Ambiental é a de desvendar e transformar a realidade socioambiental de um país, apostando na formação de gerações preparadas para o desenvolvimento e a assimilação de práticas ambientais sustentáveis, com capacidades de gerir e solucionar os problemas ambientais.

Assim, a investigação que nos propomos a realizar, começara por enunciar os problemas e, de seguida, procurar através de uma abordagem que permita a aquisição de informações relevantes, os processos metodológicos da investigação adequados para os resolver.

É então importante a definição das questões a investigar que servirão para guiar este estudo. Trata-se, antes de mais, de refletir e identificar o problema da Educação Ambiental na Guiné-Bissau, formulando para o efeito questões de partida para a coleção de dados da investigação: Em que ponto está a efetivação do direito de ambiente na Guiné-Bissau?; O que é que as leis ambientais trouxeram de novo?;

existe a lei de Educação Ambiental na Guiné-Bissau?; O que foi feito até agora em termos de regulamentação e materialização das normas ambientais?

Educar ambientalmente permite cuidar do nosso mundo para um futuro próspero, tornando um hábito a ação transformadora dos nossos conhecimentos e da nossa qualidade de vida. A formação de valores, atitudes e competências que motivem a atuação individual e coletiva virada para a prevenção, para a identificação e solução de problemas ambientais devem ser contínuas e para todos, e, assim, alcançaremos o desenvolvimento sustentável, minimizando os problemas ambientais que o mundo enfrenta hoje em dia.

Assim sendo, propomos a Educação Ambiental como meio para transformar a realidade socioambiental da Guiné-Bissau, apostando na formação das novas gerações, preparadas para o desenvolvimento e assimilação de práticas ambientais sustentáveis e com a capacidade de gerir e solucionar os problemas ambientais.

Deste modo, é de toda a importância que se refira o nível da ordem jurídica guineense em matérias de ambiente: tanto quanto é perceptível pelos estudos já publicados, existe pouco labor da doutrina ou jurisprudência sobre a Educação Ambiental, não havendo análises de fundo; deste modo, vamos fazer um estudo geral da legislação ambiental. Já na doutrina estrangeira encontram-se mais estudos aprofundados sobre a Educação Ambiental, vamos focar sobre três deles e adotarmos aquele que acharmos conveniente.

Os procedimentos metodológicos da investigação irão assentar em fontes primárias e documentais, seguidas de pesquisas bibliográficas como fontes secundárias.

CAPÍTULO I

1.1 Evolução histórica da Educação Ambiental

As primeiras iniciativas ambientais surgiram há cerca de 200 anos devido à necessidade crescente de resgatar as espécies animais ameaçadas. Com o tempo, as razões que impuseram a proteção da Natureza diversificaram-se; desde o ano de 1970 aumentaram os claros sinais de deterioração do planeta: o desaparecimento da camada do ozono, o aquecimento global, a chuva ácida e a poluição da água, do ar e do solo.

Houve a consciencialização da necessidade da mudança de atitude para com o meio ambiente, tornando o comportamento humano mais responsável, tanto individual como coletivamente, tanto nacional como internacionalmente.

A literatura sobre a Educação Ambiental caracteriza-a de várias formas. Glyn Thomas (2015) defende que uma colaboração de conteúdo e pedagogia que envolva todos num estudo do ambiente pode, efetivamente, encorajar a mudanças e ações comportamentais. A UNESCO, em 1987, considera-a um processo de aprendizagem que melhora o conhecimento e as aptidões de cada um, sobre o meio ambiente e recursos associados, promovendo atitudes, motivações e compromissos para tornar ação humana responsável perante a Natureza (Merlone, s.d.).

De acordo com a Declaração de Tiblisi (UNESCO, UNEP, 1977), a Educação Ambiental é um processo que visa desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com todo o meio ambiente e seus problemas associados, que possua conhecimentos, atitudes, motivações, compromissos e competências para trabalhar individual e coletivamente para encontrar soluções para os problemas ambientais atuais e trabalhando na prevenção doutros futuros.

Para Zsoka et al. (2003), a Educação Ambiental (EA) concentra-se no conhecimento do meio ambiente para promover atitudes e competências responsáveis e equilibradas em relação a ele. Moio & Masuku (2018) analisaram o objetivo da EA que passa pelo conhecimento e consciencialização sobre o ambiente, como solução para adaptar e incentivar o comportamento verde.

Pandit, Dhakal & Polyakov (2015) apontam a correlação positiva entre três elementos: educação ecológica, conhecimento ambiental e valor ecológico.

Ugolini et al. apontam um novo caminho para a educação ecológica renovada na defesa do meio ambiente, mais apropriada para uma nova geração de jovens utilizadores da Internet e redes sociais, onde pode ser difundidos ensinamentos que contribuam para uma reeducação de comportamentos ambientais.

O incentivo à pesquisa em EA, como propõe Elnashaie (2018), com aplicação direta nos domínios da Engenharia e da Química, constituir-se-á como forma de melhorar o domínio industrial e garantir a sustentabilidade e a educação para um novo mercado verde.

Assinale-se, neste sentido, que a consciencialização ambiental existe há mais de 50 anos e visa pois contribuir para a sustentabilidade ambiental, disseminando o desenvolvimento de comportamentos alternativos que promovam a sustentabilidade, e a preservação e a conservação da natureza.

Assim, nesta perspetiva, estamos em crer que a EA quando articulada com as possibilidades imensas das tecnologias de informação e comunicação, possa oferecer, a possibilidade da aplicação da realidade virtual integrada aos problemas relacionados com a degradação do ambiente e das suas implicações futuras, revelar-se-á mais eficiente à tomada de consciência dos possíveis efeitos das mudanças ambientais e, ao mesmo tempo, estimular a uma atitude ética sobre as alterações climáticas.

1.2 Conceito de Educação Ambiental

A Educação Ambiental é um processo que permite que indivíduos explorem questões ambientais, participem na solução de problemas e tomem medidas para melhorar o meio ambiente. Como resultado, as pessoas desenvolvem uma compreensão mais profunda das questões ambientais e adquirem competências necessárias para tomar decisões informadas e responsáveis.

A educação ambiental foi definida e redefinida nos últimos 25 anos e as suas questões são inerentes a uma área ampla e abrangente. A educação ambiental é pois um processo que cria a consciencialização e a compreensão da relação entre

os seres humanos e os seus diversos ambientes, naturais, sintéticos, culturais e tecnológicos. Centra-se essencialmente no conhecimento, valores, atitudes e tem como objetivo a responsabilidade e comportamento ambientais (Cavasini, 2016).

O objetivo do presente capítulo é apresentar as definições da educação ambiental, tanto ao nível da evolução como no que foi efetuado ao longo dos últimos anos.

O conceito de Educação Ambiental tem sido definido de acordo com as políticas de ambiente de cada país, variando as interpretações de acordo com o contexto sociocultural e a vivência de cada Estado. Não obstante, a Educação Ambiental deve ser baseada fortemente nos princípios básicos delineados na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano.

O princípio 19 da Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano de 1972, elege o desenvolvimento da Educação Ambiental como um dos elementos mais críticos para que se possa combater rapidamente a crise ambiental no mundo (Universidade de São Paulo, s.d.).

A Educação Ambiental visa “formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de compromisso que lhe permitam trabalhar individual e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam” (Marcatto, 2002, p. 14).

Esta definição quer mostrar-nos que a Educação Ambiental deve ser implementada em todos os aspetos que educam o cidadão, realçando a sua importância nos diversos espaços sociais, culturais, educacionais e políticos, estando associada às relações dinâmicas e que estão em constante interação entre aspetos sociais e naturais. Deve ser abordada de diversos modos e em diferentes espaços, promovendo assim a perceção do educando como cidadão nacional e mundial, preocupado com a precaução e resolução de problemas ambientais dos quais dependem a sobrevivência do homem. Este conceito é dado no âmbito internacional servindo de modelo para outras definições de acordo com as realidades socioculturais de cada país.

Um outro conceito é estabelecido pela Resolução CNE/CP n.º 2, de 15 de junho de 2012 do Ministério da Educação do Brasil/Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), n.º 2. A EA é “uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental” (Dias, Marques, & Dias, 2016, p. 22). A Lei da Política Nacional de Educação Ambiental de Brasil – a Lei n.º 9795/1999 –, no seu art.º 1.º conceitua a EA como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, aptidões, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Marcatto, 2002, p. 36). Estas leis querem demonstrar que a EA não é apenas um simples instrumento para a resolução de problemas ambientais, mas também é um processo contínuo e permanente, que se baseia no desenvolvimento pessoal e social, em relação ao ambiente em que vivemos. Ambas as leis concordaram que é um bem comum de todos.

Segundo Marcos Reigota (2017, p. 11) “a EA está inserida em todos os aspectos que educam o homem e desta forma, é possível percebê-la nos diversos espaços sociais, culturais, políticos e educacionais, dando, cada um, ênfase às suas especificidades”. Ainda abordou que a EA deve ser vista como a “transmissão de conhecimento científico e da conservação da natureza precisa levar em conta aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais para que realmente possa ser percebida como Educação Ambiental e não Ecologia e/ou Ciências Biológicas.”

A Agenda 21¹ também definiu que os objetivos da EA passam por: “(...) desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, capacidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos.” (Marcatto, 2002, p. 14).

¹ Agenda 21 é um documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade de Rio de Janeiro, Brasil em 1992, também conhecida por Eco-92. Tem como objetivo principal a criação de soluções para problemas socioambientais mundiais, estabelecendo a importância de cada país refletir e comprometer de forma global e local.

As definições que aqui apresentamos têm uma similitude: todas elas visam a formação de indivíduos capazes de compreender os fenómenos ambientais e de dar respostas concretas para a solução de problemas presentes e futuros, atuando na conservação da natureza para um desenvolvimento sustentável.

Hoje em dia, a maioria dos países adotaram a política de Educação Ambiental como principal ferramenta de prevenção e conservação do ambiente. De modo que a Guiné-Bissau não poderia ficar de fora, sobretudo porque a maioria da sua população, com elevada percentagem de iletrados, vive dos recursos naturais e dos ecossistemas para seus consumos diários.

Assim, ao contrário do que se poderia pensar, a EA não é apenas um simples instrumento para a resolução de problemas ambientais, mas antes um processo contínuo e permanente que propõe aos seres humanos um desenvolvimento pessoal, social de responsabilidade partilhada visando a prevenção e conservação do ambiente.

Adotamos a definição dada pela Carta de Belgrado², citada por Celso Marcatto (2002, p. 14), que diz que a Educação Ambiental visa “formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhes dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de compromisso que lhe permitam trabalhar individual e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam”.

1.3 Características e princípios da Educação Ambiental

A EA tem vindo a desenvolver-se há muitos anos como resposta ao aumento da conscientização sobre os problemas ambientais. Assim, a EA tornou-se um importante componente dos currículos escolares em todo o mundo.

A EA refere-se a esforços organizados para o ensino de como os ambientes naturais funcionam e, principalmente como os seres humanos podem gerir o seu

² A Carta de Belgrado é documento elaborado no final da Conferência de Belgrado realizada pelo UNESCO em Belgrado, antiga Jugoslávia em 1975. Nela estão definidos os objetivos da Educação Ambiental, recomendando a necessidade de uma nova ética global capaz de fomentar a eliminação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e da dominação humana.

comportamento e ecossistemas para viver de forma sustentável (Lilley & Wilson, 2013).

Nas décadas passadas foram experimentados grandes desenvolvimentos no campo da EA em todo o mundo, embora tenha havido pouca atenção dada a ela na literatura da Filosofia da Educação (Somerville & Green, 2011).

Embora tenham sido criados meios para alcançar todas as pessoas da aldeia global, especialmente as que estão nas áreas rurais, a atual preocupação é saber se as pessoas que receberam essa formação em EA podem e sabem colocá-la em prática e, portanto, viver de forma sustentável. Este facto significa que estaremos a passar de um tipo retórico de instrução para mais uma ação significativa?

Os princípios de educação e conservação ambiental podem ser globais, mas a sua implementação deve ser efetuada de forma adequada na sociedade ou comunidade local. Este aspeto significa que os membros de uma comunidade devem ter autonomia para simplificar estes princípios para que sejam simples e claros e para escolher e aplicar os que são relevantes para a situação na área.

Deve entender-se que os princípios ambientais podem ser gerais, mas os problemas ambientais são específicos da comunidade, dependendo do clima, das crenças e das atividades da comunidade.

De acordo com Louise et al. (2014) há uma quantidade significativa de aspetos inerentes ao conceito de sustentabilidade, o que implica que a utilização de recursos deve ser usada de uma maneira que não comprometa o meio ambiente nem o bem-estar dos seres humanos que vivem noutros continentes e que não destrua a capacidade das gerações futuras em satisfazer adequadamente as suas necessidades.

O desenvolvimento sustentável de acordo com a UNESCO-PNUMA (1976) é considerado o objetivo final do relacionamento entre as pessoas e ambiente. Os elementos fundamentais do desenvolvimento sustentável são a base para a vida sustentável, já estão incluídos nos princípios de EA, de acordo com o estabelecido da Declaração de Tbilissi (The Global Development Research Center, s.d.):

a) A necessidade de considerar os aspetos sociais do meio ambiente e tomar em consideração os laços estreitos entre a economia, o meio ambiente e

desenvolvimento, evidenciando que as sociedades dependem do ambiente como uma base de recursos;

b) A adoção de perspectivas locais e globais, indicando que embora as questões ambientais sejam específicas da comunidade, devem ser tratadas em conjunto com as práticas globais e políticas;

c) A promoção da solidariedade internacional (Scoulos, citado por Sauv  , 1998), ou seja, todos os seres humanos em diferentes partes do mundo devem adotar os princípios da EA e dividi-los para se adequar à suas respectivas áreas com a finalidade destes princípios sejam relevantes às questões e problemas nacionais;

d) A solidariedade internacional pode ser alcançada se alguns princípios de EA poderem ser identificados, garantindo ao mesmo tempo que estes programas estão dentro do contexto da política nacional e do quadro internacional.

Estes princípios sugerem que as questões de Educa  o Ambiental devem considerar o meio ambiente na sua totalidade, natural e social. Os indivíduos devem perceber e entender que fazem parte do ambiente e que todas as atividades sociais têm de ser tratadas de forma que os integre com o seu meio ambiente para que não seja tratado isoladamente (Ramirez, 2017).

A EA é um processo contínuo e ao longo da vida que começa no nível pré-escolar e continua por todos os estágios formais e não formais, implicando que a aprendizagem sobre o meio ambiente não deve ter idade e limite, e portanto, deve fazer parte da vida das pessoas (Lichtenfeld, Elliot, Maier, & Pekrun, 2012).

   interdisciplinar na sua abordagem, baseia-se no conteúdo de cada disciplina para permitir uma abordagem holística e uma perspectiva equilibrada. De forma semelhante, examinar as principais questões ambientais de nível local, nacional e pontos de vista regionais e internacionais para que os alunos recebam os *insights* sobre as condições ambientais noutras áreas (Paredes-Chi & Viga De Alva, 2017).

É importante integrar a proteção dos ambientes naturais (ou seja, os seus valores ecológicos, econ  micos e est  ticos) com as necessidades e direitos das populações que estão amplamente associadas a esses ambientes. É imperativo que seja dada grande ênfase às realidades econ  micas contemporâneas, bem como sobre

interesses comuns em questões relacionadas à solidariedade global (Derr, Chawla, Mintzer, Crushing, & Van Vliet, 2013).

Num determinado momento, a EA deixou de ser a principal referência para a resposta educacional da ONU à crise ambiental contemporânea. Na Conferência Internacional de 1997, em Thessaloniki (UNESCO, 2006), enfatizou-se a transição da EA para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (ESD). Este passo foi observado por muitos autores como uma transição progressiva na área, como um novo passo no desenvolvimento da nossa compreensão de natureza humana e relacionamentos (Robottom, 2007).

1.4 Educação Ambiental não formal

A Educação Ambiental não formal é definida como aquele tipo de educação intencional que aponta para o desenvolvimento de, entre os vários setores da sociedade, conceitos ambientais, aptidão, atitudes e ética, que são realizadas em várias instituições comunitárias que podem ou não incluir escolas e universidades (Chawla, 2015; Edwards, 2006).

Assim, o objetivo da EA não formal é a consciencialização ambiental da população, altamente importante, pois deve ser aplicada em todas as fases de desenvolvimento do indivíduo.

Os cursos de formação e/ou especialização, técnicos e profissionalizantes, devem incorporar conteúdos específicos sobre ética ambiental relacionada às atividades a serem desenvolvidas posteriormente. Nos cursos de formação de professores, a dimensão ambiental deve estar presente em todas as disciplinas e atividades desenvolvidas, sendo que os professores em atividade anterior à Lei 9.795/1999 da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental Brasileira, devem receber formação complementar para atender aos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (Sefton-Green, 2013).

Pode colocar-se no plano da crescente e reconhecida importância da EA, a questão de saber até que ponto deve haver um assertivo esforço na decisão que define a cadeia da formação ambiental e onde pontifica como preponderante o modelo de formação não meramente acessório para a própria formação dos profissionais.

A Educação Ambiental não formal compreende “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”, Lei 9.795/1999, artigo 13.º, da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental Brasileira (Filho, 1989). Os poderes públicos, estaduais e locais, também devem incentivar a difusão de campanhas educativas e informações relacionadas com o meio ambiente, a participação das empresas públicas e privadas, meios de comunicação, universidades, ONG, escolas e sociedade na criação, execução e desenvolvimento de programas e atividades vinculadas com a educação ambiental não formal.

Os desafios relacionam-se basicamente em se encontrar um padrão pedagógico consistente, que articule diversas ações educacionais.

A sensibilização dos agricultores para as questões ambientais e as atividades de ecoturismo também são relacionadas como atividades não formais de educação ambiental (Aikens & McKenzie, 2016).

É importante a necessidade de formar pessoal especializado para a EA formal e não formal, através das novas tecnologias de comunicação e informação, dos museus, bem como em exposições especiais, palestras e visitas de estudo para a educação e informação ao público sobre o meio ambiente (Derr et. al., 2015).

A EA não formal é divulgada de variadas formas e fontes como as transmissões ou eventos especiais dos media, visitas a instituições ou com discursos em clubes locais. Realiza-se principalmente em clubes sociais e profissionais, áreas de beleza natural e instituições como museus, jardins zoológicos e aquários. De igual forma, a EA não formal pode ser difundida por agências governamentais, ONG, e pessoas que trabalham nos media. A principal vantagem da EA não formal é que não funciona de acordo com as regras e hierarquias da educação e não inclui exames de avaliação aos participantes (Chawla, 2015).

O método e o conteúdo de um programa não formal de EA devem ser definidos de acordo com o grupo a que se destina e o seu sucesso depende do quanto responde às necessidades e expectativas reais dos formandos e não sobre o responsável pela execução da instituição ou programa (Liu et al., 2018).

Num artigo intitulado *How education for sustainable development is implemented in Germany: Looking through the lens of educational governance theory (Como a educação para o desenvolvimento sustentável é implementada na Alemanha: olhando através das lentes da teoria da governança educacional)*, Inka Bormann e Jutta Nickel (2017) abordaram o processo de implementação da EA não formal na Alemanha. Com base numa meta-análise dos resultados de quatro subestudos relacionados, realizados durante um projeto de três anos financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha, Bormann e Nickel contribuíram para a compreensão do processo de “transferência” do conceito de EA dentro de um sistema educacional multinível. Investigando esse processo em dois níveis – o estado federal (uma entidade subnacional na Alemanha) e o nível comunitário, detalham um emergente *regime de governança* (entendido como as combinações específicas de princípios, normas, regras e procedimentos que orientam as ações numa constelação de atores exclusivos de um determinado campo ou área na EA).

Estas características demonstram que a EA não limita só à aquisição dos conhecimentos, mas também na mudança de comportamento que ajudam na busca de soluções para os problemas ambientais, como afirma Germano Seara Filho (1989).

Em jeito de resumo conclui-se que EA faz parte integrante do sistema educativo e acompanha o homem por toda a vida por ser permanente e multidisciplinar, focada na solução de problemas concretos. Não deve ficar limitada só às escolas, mas deve ser estendida a outras formas de educação.

1.5 O Direito Ambiental e a sua correlação com a Educação Ambiental

Um olhar às linhas orientação das atividades da União Europeia (EU) confirma a preocupação e o foco sobre a existências de locais contaminados que podem suscitar riscos significativos para a saúde e perda da biodiversidade. Olhando para esta perspetiva, constata-se que a consciencialização sobre os efeitos da agressão da ação humana no ambiente deveu-se à falta de intervenção mitigadora na relação do ser humano com o meio ambiente, e esta ser um acréscimo potencial de continuação da degradação do meio ambiente e perda de biodiversidade no futuro. Assim, é de fundamental importância considerar que os instrumentos normativos

que emanam da EU têm como finalidade a prevenção e reparação dos danos ambientais, contribuindo para a concretização dos objetivos e princípios da política de ambiente.

Quadro 1 - Evolução da abordagem da União Europeia

1972	<ul style="list-style-type: none"> – Relatório <i>Meadows</i>³ sobre os limites do crescimento. – Conferência de Estocolmo estabelece a primeira reflexão conjunta dos diferentes Estados sobre a relação entre a proteção do ambiente e o desenvolvimento humano.
1987	<ul style="list-style-type: none"> – Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, começou a ser popularizado o termo “Desenvolvimento Sustentável”
1991	<ul style="list-style-type: none"> – Criação do <i>World Business Council for Sustainable Development</i>, que reúne 160 empresas em 30 países e que tem como missão acompanhar o meio empresarial na mudança para o Desenvolvimento Sustentável.
1992	<ul style="list-style-type: none"> – Assembleia Geral das Nações Unidas – Cimeira do Rio ou Cimeira da Terra. – Assiste-se finalmente a uma consciencialização internacional e o termo “Desenvolvimento Sustentável” é finalmente adotado pelas Nações Unidas – “Agenda 21”: um plano global de ação para ser posto em prática por todos os governos em três convenções: as mudanças climáticas, a diversidade biológica e a desertificação.
1995-1996	<ul style="list-style-type: none"> – Um grupo de líderes de várias empresas une forças com o então Presidente da Comissão Europeia Jacques Delors, e assinam a Declaração Europeia contra a Exclusão Social.
1997	<ul style="list-style-type: none"> – Tratado de Amesterdão, estabelece que a Comunidade Europeia tem por missão promover o Desenvolvimento Sustentável em todo o seu espaço. – Conferência de Kyoto, assinatura do protocolo de Kyoto, em que os países industrializados se comprometem a reduzir as suas emissões combinadas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 5% em relação aos valores de 1990.

A Revolução Industrial é sem dúvida o marco principal nas transformações bastante profundas no consumo. No último século constatou-se que o mundo experimentou uma explosão demográfica sem precedentes, pois passou-se de 1 bilhão de habitantes na terra, no século XIX, para 6 bilhões no último século. Deste modo, estes fatores conduziram o planeta a uma grave crise ambiental, deflagrada após as

³ Também conhecido por Relatório de Roma e publicado em 1972, foi o resultado de uma equipa de investigação do MIT, coordenada por Donella Meadows. Vendeu mais de 30 milhões de cópias, tornando-se no livro sobre ambiente mais vendido da história. Trata de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade tais como: saúde, ambiente, tecnologia, crescimento populacional, entre outros.

duas Grandes Guerras Mundiais. Surge pois a necessidade de repensar alguns conceitos e definições desenvolvimentistas clássicos (Ardoin, et al., 2015).

O Direito Ambiental está incluído neste contexto, pois regula a relação entre a atividade humana e o meio ambiente, pela sua natureza interdisciplinar que comunica com outras áreas da ciência jurídica.

A comunidade internacional aceita os termos da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, e constitui-se assim, numa declaração de princípios, que vão sendo internalizados pelo ordenamento jurídico pátrio.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que se reuniu em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, considerou urgente a criação de princípios comuns que possam disponibilizar aos povos do mundo, um guia para a preservação e melhoria dos meios ambiente humano, proclamou o seguinte:

O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspetos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida". (Nações Unidas, 1973)

Hoje, os tratados são os principais mecanismos empregues pelos Estados na condução das suas relações de uns com os outros. Fornecem o quadro para as modernas relações internacionais e a principal fonte de direito internacional (Liu, Gong, & Chen, 2018).

Tendo em conta estes aspetos de nível internacional, a consolidação e desenvolvimento no Direito Ambiental para cada país, é importante contextualizar e interpretar segundo duas abordagens conceptuais distintas. A primeira é uma forma de interpretação do Direito Ambiental mais utilitarista e a segunda reconhece importantes valores intrínsecos aos elementos bióticos e abióticos que constituem o macro do bem ambiental, desassociado da relação de dependência que a vida humana mantém com os bens, recursos e serviços ambientais (Mayeda, 2004).

O Direito Ambiental é uma categoria ampla de legislação que inclui leis que tratam especificamente questões ambientais e leis mais gerais que têm um impacto direto sobre as questões ambientais. A definição do que constitui uma lei ambiental é tão

grande como a própria definição de meio ambiente. Meio ambiente, no contexto moderno do desenvolvimento sustentável, abrange os fatores físicos e sociais dos *arredores* dos seres humanos e inclui a terra, a água, a atmosfera, o clima, o som, o odor, o sabor, a energia, a gestão de resíduos, a poluição marinha e costeira, os fatores biológicos de animais e plantas, bem como valores culturais, sítios históricos e monumentos e a estética. O Direito Ambiental pode ser geralmente definido como o conjunto de leis que contêm elementos para controlar o impacto humano sobre a Terra e na saúde pública. O Direito Ambiental pode ser dividido em duas grandes categorias, nomeadamente, o Direito Internacional do Meio Ambiente e a Legislação Ambiental Nacional. O relacionamento entre o Direito Ambiental Internacional e a Legislação Ambiental Nacional é principalmente na finalidade para as quais cada uma das duas categorias de lei foram criadas, bem como sobre o alcance de cada um dos dois tipos de Direito. Direito Internacional Ambiental é um direito desenvolvido entre Estados soberanos para desenvolver padrões ao nível internacional e fornecer obrigações para os países, incluindo a regulação do comportamento em relações internacionais relacionadas com assuntos ambientais (Mayeda, 2004).

A Legislação Ambiental é a Lei-Quadro que fornece o enquadramento legal e institucional para a gestão ambiental. Representa um sistema integrado, um regime jurídico-orientado do ecossistema que permite uma visão holística do ecossistema, as sinergias e interações dentro dela, e as ligações do *stress* ambiental e administrativo das instituições (Kiss & Shelton, 2001).

A flexibilidade é conseguida através de investimentos das autoridades competentes com ampla regulamentação de poderes para promulgar legislação subsidiária para abordar as questões ambientais específicas. Além disso, a Lei-Quadro fornece uma base e um ponto de referência para a coordenação das atividades setoriais e a racionalização e harmonização de regimes jurídicos setoriais (DiMento, 2003).

Em muitos países as funções da legislação do meio ambiente incluem o seguinte:

a) Reflexão das políticas específicas, esquemas considerados pelo legislador como mais adequadas para alcançar o desejado;

- b) Criação de uma máquina institucional para dar corpo a estes princípios e esquemas;
- c) Mobilizar as instituições relacionadas e parceiros para funcionar de forma eficiente dentro do quadro de parâmetros das políticas;
- d) Estabelecimento de técnicas legislativas e abordagens regulatórias, tais como os regimes de controlo, incentivos económicos e terra a usar no planeamento e zonamento;
- e) Prestação de adequados recursos financeiros e humanos.

De uma forma geral, a análise dos dois ramos do Direito permite identificar uma rápida evolução constritiva do Direito Ambiental Internacional, mediante a qual os seus princípios e conceitos desempenham papéis importantes na interpretação de normas jurídicas e preenchimento de lacunas no Direito positivo.

De uma forma geral, os princípios e conceitos desempenham papéis importantes no Direito Ambiental Internacional, o que em si é uma das áreas de mais rápida evolução do Direito Internacional. Podem indicar as características essenciais do Direito Ambiental Internacional e as suas instituições, fornecer orientação na interpretação de normas jurídicas, constituição de normas fundamentais, e preencher lacunas no Direito positivo. Os princípios e conceitos também aparecem em constituições e leis nacionais; e são referidos, como influência internacional na jurisprudência nacional (Sadeleer, 2002).

É importante também reconhecer que os seus os princípios e conceitos também estão internacionalizados em constituições e leis nacionais e, deste modo, para além da influência internacional, releva também a jurisprudência nacional (Sadeleer, 2002).

Portanto, é conveniente salientarmos como dimensão existencial da importância do Direito Ambiental Internacional, a relevância que deve ser dada a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), atendendo ao facto de que se tem tornado numa das ferramentas mais eficazes nas práticas para apoiar a implementação do desenvolvimento sustentável e dos seus aspetos de integração. A grande maioria dos países do mundo adotou orientações informais ou normas imperativas, aplicáveis não só aos projetos públicos, mas muitas vezes também como uma

obrigação direta dos cidadãos. Além disso, AIA também é amplamente aceite como um mecanismo de participação pública no planeamento de processos e na tomada de decisões, bem como uma ferramenta para fornecer informações e dados para projetos públicos e outras atividades (Applegate & Laitos, 2006).

1.6 A Autonomia no Direito Ambiental

Os desafios ambientais atualmente são de natureza global. Este reconhecimento conduziu a uma proliferação de instrumentos jurídicos internacionais que se dirigem à conservação e proteção ambiental, através dos múltiplos acordos multilaterais. A legislação em cada país promove uma visão de que a legislação ambiental internacional deve ser eficaz e dinâmica, com importante sensibilidade para as mudanças das condições ambientais e sobre as melhores medidas e métodos para lidar com o assunto permanente do meio ambiente.

Não sendo África uma exceção, logicamente que existe legislação ambiental nos seus mais diversos países. Neste contexto, a Lei n.º 5/98, de 19 de junho, a Lei de Bases do Ambiente angolana (Angola, 1998) descreve os conceitos e princípios básicos para a proteção, preservação e conservação do meio ambiente, promoção da qualidade de vida e o uso racional dos recursos naturais, descritos, através dos artigos 1.º, 2.º e 3.º, artigo 24.º e paragrafo 2 do artigo 12.º.

.Assim, através dos princípios gerais previstos no artigo 3.º desta lei, estão descritos as normalidades exigidas:

- a) Formação e Educação Ambiental: em que todos os cidadãos têm o direito e a obrigação de receber a EA, com o objetivo de melhorar e compreender as questões de equilíbrio ambiental, servindo como elemento essencial de base para a ação consciente.
- b) Participação: todos os cidadãos têm o direito e a obrigação de controlar a implementação da política ambiental
- c) Prevenção: todas as atividades ou empresas com prazo imediato, devem analisar os efeitos no ambiente, com a finalidade de minimizar esses efeitos negativos.

A preocupação da humanidade com as questões ambientais não é recente, e, tem a sua origem na década de 60 do século passado, nos países ocidentais desenvolvidos. Como consequência dos movimentos de opinião pública e dos vários alertas efetuados pelos cientistas em relação à degradação do meio ambiente, os governos começaram a preocupar-se com o estado geral do ambiente, no sentido de aprovar os primeiros textos legislativos que tinham como finalidade lutar contra a poluição das águas (Aragão, Dano Ecológico: Critérios práticos de identificação e avaliação, 2013).

Embora não haja ainda um problema muito grave no desequilíbrio do ecossistema, Angola conhece algumas situações que merecem alguma preocupação no domínio ambiental, nomeadamente, no que se refere à exploração mineira dos diamantes, da poluição marítima, da exploração pesqueira ou da ação da terra. Em relação à exploração mineira de diamantes, pode-se referir que se trata de um dos exemplos mais graves de perturbação ambiental, no sentido em que se dá um desvio dos rios para permitir a atividade extrativa no seu leito, mas após esta sequência de atividades, o local é abandonado, sem que haja reposição das águas fluviais no leito original, causando alguns problemas ambientais⁴.

A Constituição Angolana, através da Lei nº 23/92, de 16 de setembro, no seu artigo 24.º assegura a proteção do ambiente e declara o direito e o dever dos cidadãos poderem viver num ambiente sadio e sem poluição. Esta norma legislativa, determina a obrigatoriedade do Estado em adotar as principais medidas pertinentes para proteger o meio ambiente e o equilíbrio ecológico, bem como a punição dos atos lesivos à preservação do ambiente (Angola, 1992).

Através desta Constituição, o Estado angolano iniciou um processo de organização administrativa ambiental e, na sequência, criou em 1992 e em 1997, a Secretaria de Estado do Ambiente e o Ministério do Ambiente, respetivamente. Neste sentido, foi prestada cada vez maior atenção à regulamentação jurídica desta área, que terminou com a aprovação pela Assembleia Nacional, da Lei de Bases do Ambiente, Lei nº 5/98, de 19 de julho, que define os conceitos e os princípios básicos de proteção, preservação e conservação do ambiente, assim como a promoção da qualidade de vida (artigo 1.º)

⁴ Sobre esta matéria ver RUI FERREIRA, *Considerações sobre a Problemática do Ambiente no 3º Mundo e nos PALOP*, Coimbra, 1993, p. 24

A Lei de Bases do Ambiente angolana apresenta a seguinte estrutura arquitetónica:

- a) O texto legal inicia-se com as definições (artigo 2.º), que são remetidas para um anexo ao diploma;
 - b) Em segundo lugar, aparecem os princípios gerais e específicos (artigos. 3.º e 4.º) que, entre outros, consagram regras comuns ao Direito do Ambiente, como são os princípios da formação e educação ambiental, da prevenção, do equilíbrio, da cooperação internacional e da defesa dos recursos genéticos;
 - c) Em terceiro lugar, refere-se o estabelecimento de objetivos e medidas a serem alcançados na aplicação de uma política de ambiente (artigo 5.º);
 - d) Em quarto lugar, a Lei estabelece os órgãos de gestão ambiental, definindo as atribuições do Estado (artigos. 6.º e 7.º) e a participação dos cidadãos, quer diretamente, quer através de associações ambientalistas (artigos. 8.º e 9.º);
 - e) Em quinto lugar surgem os valores ambientais a serem protegidos, nomeadamente, os valores naturais históricos e culturais (artigos. 12.º, 13.º e 14.º).
- (Angola, 1998)

Os episódios económicos, sociais e políticos que marcaram a primeira década do século XXI são evidentes no que se relaciona com a incerteza e turbulência das dinâmicas e das mutações de territórios e da fragilidade das respostas disponibilizadas pelas estruturas político-administrativas e pelos instrumentos de planeamento e gestão dos problemas de incidência territorial. Demonstra-se um mundo marcado pela globalização e pelas preocupações ambientais, a competitividade e sustentabilidade. Uma competitividade que ilustra a capacidade efetiva dos territórios em atrair investimento, de gerar riqueza e de retenção de valores e recursos humanos, sempre em benefício das populações (Aragão, 2013).

Neste contexto, a sustentabilidade está associada a um importante fator de comparação entre as regiões e nações que disputam, de forma cada vez mais concorrencial, os recursos e fluxos com valor económico. É, pois, pertinente, como tal, a definição de sustentabilidade. O Relatório Brundtland (Pensamento Verde, 2014), no qual se defende que o desenvolvimento da sociedade atual não deve comprometer o desenvolvimento saudável das gerações futuras, através da utilização descontrolada de recursos. Desta forma, a sustentabilidade é

contextualizada como um processo inteligente, auto-organizativo e de aprendizagem permanente. Em suma, o que em nosso entender está em causa são as dimensões geracionais que o problema da sustentabilidade coloca, uma vez que os juízos de ponderação numa primeira instância têm como objetivo a criação de uma sensibilidade coletiva para os problemas existentes, pelas formas de crescimento populacionais e do consumo do mundo ocidental. De sublinhar, além disso, que a segunda instância visa contrariar as tendências que se instalam e a existência de novos caminhos (Barros, 2012).

De notar que o reconhecimento público sobre as alterações climáticas ao nível global constitui, atualmente, uma importante base científica sólida. A concentração de gases com efeito estufa na atmosfera corresponde a um aumento de temperatura global, da frequência de fenómenos climáticos extremos e do aumento do nível global do mar. Estas implicações territoriais visíveis aumentam os riscos naturais, nomeadamente, pelas cheias, inundações e degradação dos recursos hídricos.

Esta evolução constituiu, igualmente, cenário de alterações estruturais na forma urbana, pois a cidade industrial fordista era dependente da matriz das redes de transportes coletivos urbanos, que, de certa forma, influenciaram o desenho dos aglomerados e, ao mesmo tempo, favoreceram uma maior concentração da população.

Assim, perante este panorama de preocupações, tem-se observado um estímulo de procura de alternativas em duas direções, um modelo urbano menos destruidor de recursos e uma mobilidade mais sustentável. Estas primeiras propostas surgem nos EUA com o New Urbanism (anos 80) e posteriormente, com o Smart Growth e Low Carbon Cities. Quanto à Europa, as iniciativas de desenvolvimento mais sustentáveis multiplicaram-se, associadas ao Urban Renaissance (Barros, 2012).

Em relação a Portugal, os diversos modelos urbanos extensivos foram-se generalizando nos anos 90 do século passado, nas áreas metropolitanas e nas cidades médias e constituíram-se como um dos 24 problemas de ordenamento do território, descritos pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Portugal, 2006). Da mesma forma, o processo de globalização associado ao progresso das telecomunicações nas últimas décadas do século XX tornou-se, essencialmente, na forma principal do liberalismo económico, que afeta o comércio,

o capital e a produção. Assim, a competitividade dos territórios passa a ser o conceito-base, embora sejam cada vez menos os que mantêm os atributos que são exigidos. Observa-se que a inserção de espaços mais vastos corresponde a uma oportunidade de desenvolvimento social, económico e cultural, e, reforça a dependência de processos de mudança de controlo impossível, quer através do tempo, quer nos impactos territoriais.

Para Camagni & Capello (2013), a globalização apresenta consequências territoriais objetivas, positivas e negativas, pelo facto da capacidade dos territórios manterem o emprego e ao mesmo tempo, atraírem mais atividades económicas e populações. Embora os riscos sejam igualmente indisfarçáveis, estão associados à vulnerabilidade perante os contextos concorrenciais e desiguais.

1.7 O Estado da Arte

As constituições nacionais existem para serem aplicadas e regerem a vida de uma nação. É, pois, pertinente, fazer com que funcionem, especificamente, os dispositivos de natureza pragmática que fortalecem os fins sociais de um Estado. Tarefas estas que envolvem importantes instituições, nomeadamente, o Governo, o Parlamento e a Sociedade, com o objetivo de assegurar que as normas sejam cumpridas.

José Afonso da Silva (2003) apresenta uma classificação de normas constitucionais que têm como base a doutrina italiana, como as normas constitucionais de eficácia e aplicabilidade imediata, as normas constitucionais de eficácia, normas constitucionais de eficácia limitada e normas constitucionais de eficácia absoluta.

Revela-se também, quanto a preocupações com problemas socioambientais, o importante papel desempenhado pela comunidade internacional no reconhecimento da necessidade de proteção do ambiente em contexto de educação ambiental. Atente-se, por exemplo, nas Convenções-Quadro das Nações Unidas que abordaram as mudanças climáticas, a diversidade biológica, a desertificação e a Agenda 21, aprovados nas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ECO92, que encorajam as partes a adotar a abordagem da educação ambiental para a melhoria do ambiente.

Além disso, cabe ainda referir, neste contexto, o regime previsto para a avaliação do impacto ambiental nas Diretivas Comunitárias. Desde logo convém referir que a Avaliação do Impacto Ambiental teve origem na Europa através da Diretiva Comunitária (União Europeia, 2018), a Diretiva do Conselho de 27 de junho de 1985 (União Europeia, 2009) – relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. Este documento legislativo descreve, pela primeira vez, a necessidade da avaliação das repercussões de alguns projetos específicos, ao nível do público ou do privado, sobre o meio ambiente. É um instrumento normativo que deve ser tido em conta pelo legislador nacional dos Estados membros da União Europeia, pois que se lhe associa a obrigatoriedade de transposição para as várias legislações dos países comunitários.

1.8 A Diretiva Europeia 2001/42/CE

Esta diretiva europeia que se relaciona com a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) constitui um importantíssimo passo em frente no que diz respeito ao Direito Ambiental Europeu. Atualmente, os principais projetos executados em qualquer Estado-Membro, e que são suscetíveis de afetar o ambiente, devem ser avaliados nos termos da Diretiva 2001/42/CE (União Europeia, 2001). A única desvantagem da aplicação desta diretiva se dar pelo facto de ter lugar apenas na fase em que as possibilidades de alterações são quase impossíveis.

Assim, embora o conceito de avaliação ambiental estratégica seja simples, a aplicação desta diretiva implica um conjunto de desafios aos Estados-Membros, influenciando as decisões essenciais a serem tomadas no setor público. As disposições que identificam o âmbito de aplicação da diretiva são, essencialmente, descritas em dois artigos que estão relacionados entre si: o artigo 2.º, que identifica as características que os planos e programas devem possuir para que a diretiva lhes seja aplicável e o artigo 3.º que apresenta as regras para determinar quais os planos e programas são suscetíveis de ter efeitos significativos para o ambiente.

A Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas, de 25 de fevereiro de 1991, relacionada com a avaliação do impacto ambiental através do contexto transacional, aplica-se aos Estados-Membros e a outros Estados, a implementarem os princípios da Comissão nos seus planos e programas (União

Europeia, 2001). Da mesma forma, na segunda reunião que se realizou na cidade de Sofia a 26 e 27 de fevereiro de 2001, decide-se elaborar um protocolo jurídico vinculativo sobre as avaliações do impacto ambiental, o qual irá complementar as atuais disposições sobre a avaliação do impacto ambiental.

Assim sendo, a Diretiva apresenta natureza processual e as exigências que estão integradas nos seus procedimentos devem estar estabelecidos, com a finalidade de evitar a duplicação dos processos de avaliação.

Deste modo, o principal objetivo da Diretiva 2001/42/CE é estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e, igualmente, contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas.

1.9 A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, Tbilissi, 1977

A primeira conferência intergovernamental sobre Educação Ambiental foi realizada em Tbilissi, na altura no território da ex-URSS, em 1977, na atual Geórgia.

Realizada, aparentemente, num clima de amplos consensos, a conferência produziu conclusões e recomendações que foram inicialmente sugeridos na Conferência de Estocolmo (1972) e, na realidade, iniciados somente na Conferência de Belgrado (1975), atenuando no vigor e no radicalismo crítico, as diretrizes da carta de Belgrado.

A III Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO-PNUMA aconteceu em Moscovo, no ano de 1987, contando com a participação de cem educadores ambientais provenientes doutros tantos países (Brainly, 2019)

CAPÍTULO II

Quanto ao panorama da Educação Ambiental na Guiné-Bissau, esta ainda não está implementada nos currículos escolares, mas existe nas Escolas de Verificação Ambiental (EVA) que atuam no domínio de intervenção de EA e tiveram grande projeção e dinâmica na Guiné-Bissau, implementadas nos anos de 1995 a 2012. Estas Escolas têm como objetivo principal a formação de cidadãos com valores e comportamentos relacionados com a criação de uma nova cidadania, que se preocupa com a proteção, *reparação* e gestão dos recursos naturais.

No presente capítulo vamos falar do quadro regulamentar do direito ambiental na Guiné-Bissau e dos principais atores que agem na área da EA neste país. Também faremos uma breve apresentação da Guiné-Bissau e do que é que dispõe em termos de biodiversidade.

2.1 A Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau (GB), oficialmente República da Guiné-Bissau, é um país da África Ocidental que faz fronteira com o Senegal a norte, Guiné-Conacri a sul e a leste e com o Oceano Atlântico a oeste. O território guineense abrange 36.125 km² de área, com uma população estimada de 1,8 milhões de habitante e um *offshore* de 70.000 km².

Quanto ao ambiente, a Guiné-Bissau abriga uma biodiversidade excecional (de abundância na variedade de organismos vivos) e ecossistemas de importância local e global. Esta riqueza natural resulta da geografia única do país: uma nação costeira que se situa numa zona de transição entre a savana árida subsaariana no Nordeste e os ecossistemas húmidos e tropicais de florestas no Sul, que beneficiam de chuvas substanciais e rios. Esta região exclusiva é largamente costeira, caracteriza-se por uma malha de pequenas bacias hidrográficas, assim como o arquipélago de Bijagós (que foi reconhecido como uma Reserva de Humanidade e Biosfera pela UNESCO), que se destaca na placa continental vasta de cerca de 70.000 km². Estas áreas constituem o *habitat* de uma larga diversidade e tipos de ecossistemas, incluindo manguezais, restingas e lodaçais, águas estuarinas rasas e florestas guineenses sub-húmidas, todas as quais são conhecidas por serem focos de alta

biodiversidade na costa ocidental africana; no interior, especificamente nas áreas do Sul e Sudeste do país, uma região florestal constituída por trechos densos e abertos de florestas, entrelaçadas com savanas arborizadas. Alberga também uma biodiversidade significativa e providencia um refúgio para muitas espécies migratórias que atravessam as savanas do Oeste Africano (Banco Mundial, 2015).

Figura 1– Guiné-Bissau

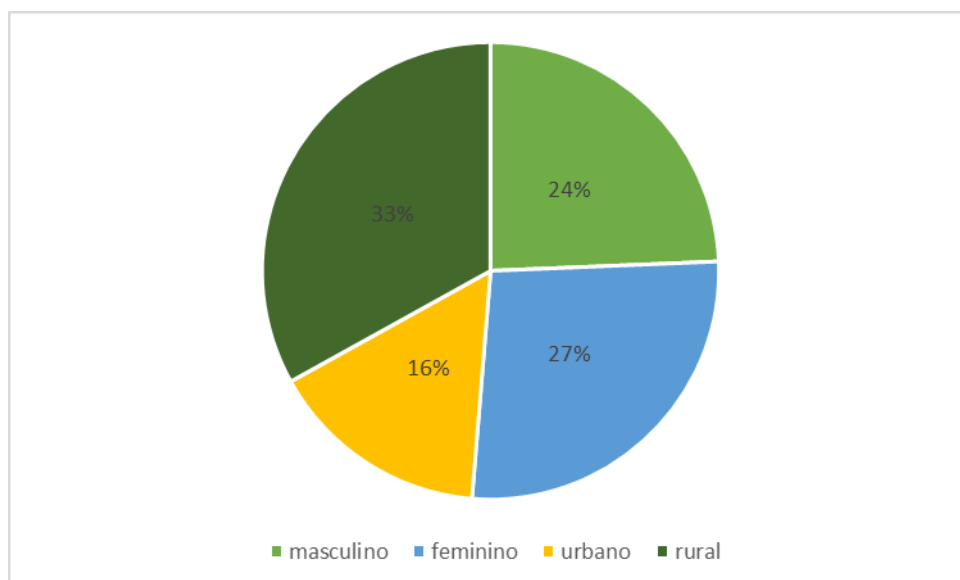


A Guiné-Bissau é relativamente única na medida em que se encontra entre os últimos países da África Ocidental onde o desenvolvimento tem tido um impacto negativo limitado no ambiente, e, consequentemente, este ainda não está significativamente degradado, embora isto seja em parte devido ao desenvolvimento económico limitado até à data presente. No entanto, também reflete um reconhecimento por parte do Governo e dos seus parceiros sobre a futura importância social e económica da biodiversidade do país.

No que diz respeito à Educação, o sistema educativo na GB é estruturado de modo que o ciclo da escola primária dure 6 anos e o ensino médio 3 anos (Banco Mundial, 2015). A Guiné-Bissau tem um total de 311.000 alunos matriculados no ensino fundamental e médio. Destes alunos, cerca de 279.000 (90%) estão matriculados no ensino fundamental.

A Figura 2 mostra o nível mais alto de educação atingido por jovens de 15 a 24 anos na Guiné-Bissau. Embora os jovens nessa faixa etária ainda possam estar na escola a trabalhar para alcançarem suas metas educacionais, é significativo que aproximadamente 16% dos jovens não tenham educação formal e 39% dos jovens tenham frequência do ensino fundamental incompleto, o que significa que no total, 55% dos jovens de 15 a 24 anos não concluem o ensino fundamental na Guiné-Bissau.

Figura 2– Percentagem de crianças na idade escolar primária (idades 7-12) fora da escola



Na Guiné-Bissau, a taxa líquida primária de matrículas é de 71% e a taxa primária de conclusão é de 64%. Ambos os indicadores fornecem uma noção do progresso que o país está a fazer em direção à educação primária universal – um dos principais objetivos de desenvolvimento do milénio da ONU – e, para a Guiné-Bissau, indica que o país ainda não alcançou este importante objetivo.

2.2 A Existência ou não da lei de Educação Ambiental na Guiné-Bissau

Além de fazer parte das preocupações quotidianas de cidadãos comuns, cada vez mais a questão ambiental tem sido prioridade de governos, empresas, movimentos sociais, ONG, enfim, uma infinidade de atores sociais que interferem no ambiente.

Ora na busca da resposta a esta questão, recorreremos a vários instrumentos jurídicos e doutrinas, partindo da Declaração do Estocolmo de 1972 sobre o ambiente humano, um dos instrumentos mais importantes na implementação da Educação Ambiental. Tudo começou com esta conferência. A partir deste momento, a Educação Ambiental passou a ter destaque nas mesas de trabalho de organismos internacionais e de governos de muitos países. Hoje em dia, vários países já têm leis que regulamentam a Educação Ambiental.

A nível internacional destacam-se vários instrumentos legislativos derivados de conferências, acordos, convenções e tratados multilaterais e bilaterais dos quais os Estados são partes ativas. Por exemplo: a Declaração de Estocolmo, de 1972, sobre o Ambiente Humano; a Carta de Belgrado, de 1975, sobre Educação Ambiental; a Declaração de Tbilissi, da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada naquela cidade, na altura território da URSS, em 1977; a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981 e a Declaração do Rio Eco-92, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, no Brasil em 1992.

Ao nível da Guiné-Bissau, existem várias leis que regulamentam o setor do ambiente, e algumas delas fazem referência à importância da Educação Ambiental, entre as quais destacamos a seguinte, a Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 1/2011, de 2 de março, que na esteira do pensamento da Professora Carla Amado Gomes (2008), sublinhamos que “a sua existência é imprescindível, porque serve de alicerce fundamental à conformidade constitucional do sistema regulatório.” No caso da Guiné-Bissau, e fazendo paralelismo com Portugal, o artigo 15.º da Constituição não positivou de forma expressa os componentes ambientais globais, ao contrário da Constituição portuguesa que consagra expressamente o direito do ambiente e os componentes ambientais globais nos artigos 9.º e 66.º, dos quais a Lei de Bases serve de cumprimento.

A Lei de Bases do Ambiente é constituída por sete capítulos, divididos em quatro secções e duas subsecções, numa totalidade de cinquenta e oito artigos.

1) No Capítulo I relata-se as disposições gerais, o seu âmbito, os objetivos e os princípios gerais da política do ambiente (artigos 1.º a 6.º).

2) O Capítulo II descreve as componentes ambientais e as ofensas ecológicas. Subdivide-se em outras secções: a) Componentes ambientais naturais, b) Componentes ambientais humanos e c) Poluição e contaminação que por sua vez apresenta duas outras subsecções: 1- poluição e 2- proibições e, por último, d) Ofensas ecológicas (artigos 7.º a 27.º).

3) O Capítulo III traça os instrumentos de política e de gestão ambiental, (artigos 28.º a 34.º).

4) O Capítulo IV define os órgãos de gestão ambiental, (artigos 35.º a 39.º).

5) O Capítulo V discrimina os direitos e deveres das populações em relação ao ambiente, (artigos 40.º a 48.º).

6) No Capítulo VI consagram-se as penalizações em caso de infração (artigos 49.º a 52.º).

7) O Capítulo VII apresenta as disposições finais e transitórias (artigos 53.º a 58.º). Os artigos 5.º, alínea j e 41.º estabelecem que todos devem ter acesso à educação e formação ambiental, bem como direito à Educação Ambiental.

A Lei-Quadro das Áreas Protegidas (AP), a Lei n.º 5-A/2011, de 1 de março, no seu artigo 2.º, alínea d tem como um dos objetivos a promoção de investigação e pesquisa científica das ações de Educação Ambiental. É de realçar a urgente necessidade de sensibilização para a proteção e conservação da natureza.

Por fim o Decreto n.º 9/2017, de 28 de junho, o Regulamento do Fundo Ambiental, que no artigo 3.º, alínea g, publicita que este órgão de gestão tem como uma das principais missões e atribuições o apoio a projetos de educação e sensibilização ambiental, que inclui a realização de cursos, palestras e seminários.

A aplicação do quadro jurídico ambiental não está adaptada de acordo com a Constituição da República, porque esta é omissa no que diz respeito ao Direito de

Ambiente, muito menos em relação à Educação Ambiental, embora nos últimos anos a Guiné-Bissau tenha elaborado leis e decretos que regulamentam a matéria do ambiente e recursos naturais do país, considerando a conservação da sua biodiversidade e ecossistemas ação importante, reconhecendo o papel vital que estes desempenham no sustento das famílias locais e na base das atividades económicas regionais e locais, assim como na contribuição para a saúde e diversidade do ambiente.

Foram aprovados, no entanto, todo um conjunto de leis e regulamentos que visam diretamente a proteção do ambiente natural da Guiné-Bissau: a Lei de Bases de Ambiente, Lei n.º 1/2011, de 2 de março; a Lei da Avaliação Ambiental, Lei n.º 10/2010, de 24 de setembro; o Regulamento do Estudo de Impacto Ambiental, Decreto n.º 7/2017 de 28 de junho; o Regulamento da Participação Pública no Procedimento da AIA, Decreto n.º 5/2017 de 28 de junho; o Regulamento do Licenciamento Ambiental, Decreto n.º 8/2017, de 28 de junho; o Regulamento de Inspeção Ambiental, Decreto n.º 10/2017, de 28 de junho; o Regulamento de Auditoria Ambiental, decreto n.º 9/2017, de 28 de junho; o Regulamento do Fundo Ambiental, decreto n.º 6/2017, de 28 de junho; a Proibição da Fabricação, Importação e Comercialização de sacos de plástico, decreto n.º 16/2013, de 11 de junho; a Lei-Quadro das Áreas Protegidas, Lei 5-A/2011, de 1 de março; a Lei dos Corredores Ecológicos, o Decreto-Lei n.º 11/2017, de 20 de junho; a Lei Florestal, Lei n.º 5/2011, de 22 de fevereiro; a Lei Geral das Pescas, Lei n.º 10/2011, de 7 de junho; o Regulamento de Inspeção de Pescado, Decreto-Lei n.º 9/2011, de 7 de junho; o Regulamento da Pesca Artesanal, Decreto-Lei n.º 24/2011 de 7 de junho; a Lei da Terra, Lei n.º 5/98, de 28 de abril; a Lei do Petróleo, lei n.º 4/2014, de 15 de abril, o Código de Minas e Mineiras, Lei n.º 3/2014, de 29 de abril; o Código das Águas, Decreto-Lei n.º 5-A/92 de 17 de setembro (Silva, 2018).

Importa salientar que este quadro legal do setor do ambiente é pouco conhecido por várias instituições governamentais, mesmo no próprio Ministério do Ambiente, quer a nível regional, como local, quer no setor privado, como pela sociedade civil.

Esta falta de conhecimento das leis e procedimentos ambientais do país provoca constrangimentos e violações da própria lei com certa regularidade, no âmbito de implementação e concretização de projetos, quer na sua monitorização e auditoria.

O mais curioso é este desconhecimento abranger mesmo a classe jurídica do país (Ministério Público, juízes e advogados), conformando assim um quadro frágil no que diz respeito à aplicação das leis ambientais e da justiça ambiental (Silva, 2018).

No Direito brasileiro, a Educação Ambiental está expressamente prevista na Constituição da República Federal Brasileira, no artigo 225.º, 1.ª alínea VI: “incumbe ao poder político a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino e conscientização pública para a prevenção do ambiente” e ainda consagra ao povo brasileiro direito a um ambiente ecologicamente equilibrado e a sadia qualidade de vida, com obrigação de defesa e preservação de todos para as gerações presentes e futuras (Antunes, 2010). Sem poupar esforços, o Estado brasileiro aprovou com a Resolução CNE/CP, n.º 2, de 15 de junho de 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que ordena a implementação da EA em todos os níveis de ensino desde o fundamental, ao médio e ao universitário (Brasil, 2015). Elaborou ainda a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental - Lei n.º 9795/1999, que define os métodos para implementação da EA naquele país (Brasil, 1999).

A Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB) não prevê a responsabilidade do Estado na promoção da Educação Ambiental. Diante desta realidade, afigura-se nos dizer que a Educação Ambiental, como um direito constitucional não vem prevista em nenhuma das disposições normativas em consequência do reflexo da própria lógica do sistema e das escolhas dos tópicos levadas em consideração dentro da Constituição, deixando de fora muitos aspetos para regulamentar nas leis especiais.

Com o agravamento dos problemas ambientais que o mundo está a enfrentar é urgente e crucial a consagração constitucional do meio ambiente como um direito fundamental, na justa medida em que a teorização dos direitos humanos considera o meio ambiente e a qualidade de vida como fazendo parte da terceira geração de direitos, difusos e coletivos e, em consequência desta, importantíssimo mecanismo de prevenção do ambiente.

Nota-se, deste modo, “a função educativa é hoje porventura, a mais importante missão confiada às normas constitucionais relativas à proteção do ambiente, no sentido de criação de um sentimento de responsabilização coletiva pela

responsabilidade dos bens naturais. Que muito contribuiria, certamente, para elevar os níveis de efetividade da legislação ambiental” (Amado Gomes, 2008, p. 44).

Constata-se assim a falta de consciencialização da necessidade de preservação do meio ambiente ao nível da Constituição e já não poderá ser vista no que tange numa análise a encetar às legislações ambientais ordinárias.

Nesta ordem de ideias, afigura-se que na Lei de Bases do Ambiente, a questão vem tratada no artigo 5.º, que descreve os princípios específicos do ambiente sendo um desses princípios o do acesso ao sistema educativo e formativo. Na alínea j do preceito legal mencionado está patente uma observação quanto ao “dever da existência da Educação e formação ambiental no ensino básico e formação profissional que devem ser assegurados pelo Estado”. No mesmo sentido vai o artigo 41.º da Lei de Bases do Ambiente, onde se consagra EA como um direito de todos. A Lei 5-A/2011, de 1 de março, da Lei-Quadro das Áreas Protegidas, no artigo 2.º, alínea d apresenta como um dos objetivos a promoção de investigação e pesquisa científica em ações de Educação Ambiental, mas ambas as leis não dão diretrizes ou métodos para sua concretização (Silva, 2018).

Em decorrência destas constatações, afigura-se-nos dizer que elas constituem um passo importante na ordem jurídica guineense para o despertar para os problemas ecológicos e para a sua instituição normativa. Há, por isso, que ressaltar que as legislações ordinárias referenciadas em matéria da EA surgiram em cumprimento dos compromissos assumidos a nível do direito internacional no âmbito da proteção do ambiente.

A Lei de Bases de Ambiente é um dos principais instrumentos da política de ambiente de que a Guiné-Bissau se serve para dar uma especial atenção à Educação Ambiental, realçando a sua importância nas escolas e no seio das famílias, que assumem um papel relevante na formação da sociedade, pois a educação é uma “atividade constantemente permanente que se faz todos os dias e em todos os locais” (Bessa Antunes, 2010, p. 256).

Concluindo, não existe uma legislação específica que trate com maior profundidade a questão da EA na Guiné-Bissau, salvo as disposições normativas a que já fizemos referência e que se encontram na Lei de Bases do Ambiente, na Lei-Quadro das

Áreas Protegidas e no Regulamento do Fundo Ambiental, que procuram proporcionar conhecimentos sobre os impactos da ação do homem no meio ambiente e da importância da Educação Ambiental.

A Educação Ambiental pode ser considerada como o principal instrumento de prevenção e proteção do ambiente na Guiné-Bissau. O país é rico em biodiversidade e recursos naturais dos quais ecossistemas a sua população depende fortemente para o seu consumo diário. É um país em vias de desenvolvimento, que se depara com problemas preocupantes em fenómenos como a degradação e delapidação dos ecossistemas, especificamente as florestais (com cortes abusivos de árvores para produção de madeira e a consequentemente exportação), a fauna (caça irracional provocando a fuga e extinção de muitas espécies), a erosão costeira (subida de nível do mar deteriorando a terra), o saneamento urbano (questões de tratamento do lixo, esgotos, poluição sonora), os recursos haliêuticos (situação do pescado, sobretudo para consumo das populações) e por ultimo a deficiente exploração dos recursos mineiros associados aos efeitos de alterações climáticas. Com a EA, a Guiné-Bissau pode minimizar estas catástrofes, com a atuação consciente dos cidadãos no aumento de práticas sustentáveis e de redução dos danos ambientais, sensibilizando os cidadãos das vantagens de cuidar do meio ambiente através de palestras, programas radiofónicos e televisivos, formações de capacitação, como são o caso das atividades de visitas de estudos realizados por ONG Tinguena.

A zona costeira, em particular os 338.652 hectares de ecossistemas de manguezais, segundos apenas em relação à Nigéria em termos de área de manguezal total em África, servem como locais de reprodução e berçário para os *stocks* comercialmente valiosos de peixes, providenciam níveis de carbono que podem potencialmente ser vendidos no mercado global, almofadas contra a subida do nível do mar e picos de tempestades que resultam das mudanças climáticas. Estes, em conjunto com as florestas terrestres e savanas arborizadas, providenciam também uma variedade de bens e serviços às populações locais, tais como alimentação, abrigo, plantas medicinais tradicionais e combustíveis. Contribuem ainda para garantir fornecimentos de água limpa e resiliência contra as alterações climáticas.

Neste sentido é urgente a implementação da Educação Ambiental no sistema de ensino guineense com vista à formação de gerações preparadas para o

desenvolvimento e assimilação de práticas ambientais sustentáveis. Porque educar ambientalmente permite-nos cuidar do nosso mundo para um futuro próspero, pondo em hábito a ação transformadora dos nossos conhecimentos e das nossas qualidades de vida. A formação de valores, atitudes e competências que motivem uma atuação individual e coletiva virada para a prevenção, com a identificação e a solução de problemas ambientais, devem ser contínuas e para todos e assim alcançar o desenvolvimento sustentável minimizando os problemas ambientais que o mundo enfrenta hoje em dia.

Em síntese, a Guiné-Bissau “necessita de mais cidadãos com literacia científica e tecnológica que promovam o desenvolvimento desse país, nomeadamente através da tomada de decisões esclarecidas sobre os impactos da ciência e da tecnologia no dia-a-dia das populações, de forma a melhorar a qualidade de vida e a participação democrática” (Savage & Naidoo, 2002, cit. Oliveira, Lanceros-Méndez, Neves, & Santos, 2013).

2.3 A Participação da Guiné-Bissau nas convenções e acordos sobre a Educação Ambiental e Ambiente no seu âmbito geral

A GB ratificou a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) a 27 de outubro de 1995, um tratado internacional multilateral que trata da proteção e do uso da diversidade biológica em cada país signatário. Este tratado tem três principais objetivos: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável e a distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso económico dos recursos genéticos. Nesta perspetiva, estão classificadas oito áreas protegidas que são geridas pelo Instituto da Biodiversidades das Áreas Protegidas (IBAP) na Guiné-Bissau que no total cobrem 26,3% do território nacional, e que tem como missão “gerir de maneira participativa e eficaz as Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e tradicionais, favorecendo sinergias e parcerias ao nível local, regional e internacional” (Guiné-Bissau, s.d.). Esta instituição desenvolve as suas atividades no conjunto do território nacional, tendo como o seu campo de ação todos os domínios de atividade do setor da biodiversidade e das áreas protegidas, que incluem as reservas naturais ou constituídas, os parques e as florestas classificadas. Estas atividades concentram-se no reforço da gestão eficaz,

colaborativa e integrada dos ecossistemas, com base numa perspetiva de conservação da biodiversidade e apoio ao desenvolvimento durável. O IBAP possui uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e por esta razão, tem a capacidade de desenvolver políticas, normas, ações relacionadas com a conservação da biodiversidade e das áreas protegidas em toda a extensão do território nacional (Banco Mundial, 2019).

A Guiné-Bissau não se limitou apenas a esta convenção mas ratificou alguns que iremos mencionar de seguida:

a) Convenção para a Cooperação em Matéria do Desenvolvimento do Meio Marítimo e da Zona Litoral da Região da África Ocidental e Central e Protocolo (1981), aprovados pela Resolução n.º 22/2010 de 2 de março.

b) Convenção Internacional sobre Comércio de Espécies Ameaçadas de Extinção – CITE, assinada em 16 de maio de 1990, também designada por convenção de Washington é um acordo internacional cuja adesão dos membros é voluntária (Portugal, 2007).

c) Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre as Alterações Climáticas ratificada à 27 de outubro de 1995, em que a Guiné-Bissau, como parte desta convenção, está comprometida em elaborar uma estratégia global no sentido de proteger o sistema climático para as gerações presentes e futuras. Ainda neste âmbito é ratificado também o Protocolo de Quioto em 18 de novembro de 2005, relativo à redução das emissões de gases com efeito de estufa.

d) Convenção de Ramsar sobre Zonas Húmidas assinada pela Guiné-Bissau em 14 de maio de 1990, que visa a proteção das zonas húmidas e os seus recursos. Esta convenção é conhecida por Ramsar devido a sua assinatura nesta cidade iraniana a 2 de fevereiro de 1971, entrando mais tarde em vigor em 1975. Assumem a designação de sítios para lista de Zonas Húmidas de Importância Internacional e assegurando a sua correta e efetiva gestão.

2.4 A Educação Ambiental na Guiné-Bissau

Oficialmente, na Guiné-Bissau a educação é gratuita para todos no ensino básico e secundário. Nas áreas rurais, em particular, os alunos abandonam a escola em

números elevados. Existem muitas discrepâncias regionais, sendo que no Leste apenas 35% da população é escolarizada, em comparação com os 53,7% no resto do país. O setor não formal inclui educação de adultos; escolas comunitárias; escolas madrassas (124 em 1996), todas supervisionados pelo Ministério da Educação. As escolas corânicas são independentes.

Lepri (1986), cit. por Cardoso (1991) lista 3 tipos de sistemas educacionais, relacionados com os fatores socioculturais: Indígena (55% da população, administrada pela comunidade e pelas famílias); Arabígene (40%, administrado pela comunidade muçulmana) e Europígene, (principalmente de influência de portuguesa).

As Escolas Comunitárias foram criadas em 2000/2001 por membros de uma ONG e de grupos religiosos. Segundo Lino Bacari (2005, p. 20), “no ano letivo de 2003/2004 existem cerca de 420 escolas comunitárias frequentadas por 45.000 alunos da 1.^a à 6.^a classe, cerca de 20% do total dos alunos do ensino básico do país.”

As escolas estão em um estado deplorável; não há mesas; os telhados estão em mau estado e as crianças não podem aprender durante a estação das chuvas.

O sistema educativo herdado pelo colonialismo português foi sendo alterado desde a independência, com base nas experiências das zonas libertadas e por condicionalismos e exigências impostas do exterior, sendo estes últimos mais evidentes a partir da liberalização económica e política iniciada em 1994 (Carr-Hill & Rosengart, 1982; 1983; Pehrsson, 1996; Monteiro, 2005).

De salientar que a GB nos anos adjacentes à sua independência tinha dois modelos de ensino opostos, um que se destinava à população das zonas libertadas que englobava 2/3 do território nacional e outro, da responsabilidade do estado colonial português, que incluía a população branca e uma pequena parte da população negra.

Da fase da independência do país em 1974 até à atualidade, o sistema educativo sofreu diversas intervenções, modificações, alterações com a finalidade de o adaptar às diversas necessidades e às dinâmicas económicas, sociais e políticas. Assim, atualmente existem no país algumas tipologias de estabelecimentos reconhecidos

pelo MEN como as escolas públicas, escolas públicas em regime de autogestão, escolas públicas comunitárias, escolas privadas e escolas muçulmanas (madrças).

No sentido de alargar a cobertura da rede de ensino, nas zonas rurais encontram-se as escolas oficiais que trabalham em parceria com as comunidades locais e as missões católicas: estas escolas comunitárias foram criadas pelas ONG e grupos religiosos e os custos são da responsabilidade da comunidade.

Na fase anterior à nova Lei de Bases do Sistema Educativo de 2010, as escolas comunitárias, as escolas madrças e as escolas corânicas não estavam consideradas no sistema oficial⁵ mas, atualmente, já são reconhecidas no sistema educativo. Este sistema educativo está inserido num contexto de crescimento rápido da população essencialmente jovem, maioritariamente rural e pobre.

No que respeita à EA, as Escolas de Verificação Ambiental (EVA) são um domínio de intervenção que tiveram grande projeção e dinâmica na Guiné-Bissau, implementadas entre os anos de 1995 a 2012. “Estamos a trabalhar a 17 ou 18 anos nas escolas de verificação ambiental, porque pensamos que é nas escolas que temos militantes. E dar conhecimentos é nas escolas (...) Quando se ganha um professor você ganha 300 alunos, quando se ganha 300 alunos você ganha milhares de mulheres e milhares de homens nas nossas vilas...” (Chefe do Programa da UICN na Guiné-Bissau).

Em 2015 existiam as seguintes EVA; no Norte (região de Cacheu): Suzana, Iale, Elia, Tenhate, Cubampor, Basior, Sucujake, Budgin; no Sul (região de Tombali): Iemberém, Cadique, Elala, Edjin, Bolol. Existem ainda várias outras escolas que estão associadas às escolas EVA espalhadas pela zona litoral do país e, em particular, nas ilhas de Orango, Bolama, Bubaque e Buba.

A EA nas escolas EVA tem como objetivo principal a formação de cidadãos com valores e comportamentos relacionados com a criação de uma nova cidadania, que se preocupa com a proteção, recuperação e gestão dos recursos naturais.

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a União Europeia

⁵ Lei de Bases do Sistema Educativo 2010, (Artigo 6.º - Áreas da Educação não formal) não incluía as escolas populares, comunitárias, madrças e corânicas.

(UE), a Fundação MAVA, a Cooperação Espanhola, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial de Saúde (OMS), UNOBIS, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Fundação para o Desenvolvimento e Cooperação (SWISSAID), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUE), o Comité Interestadual Permanente para o controlo da seca no Sahel (CILSS), a Parceria Regional para a Conservação Costeira e Marítima (PRCM), a Fundação Tchimbo, PAM são as instituições e organizações que auxiliam na Educação Ambiental na Guiné-Bissau.

A Educação Ambiental é trabalhada nas escolas de formação de professores apoiando os trabalhos na alfabetização e sensibilização de adultos. São exemplos a introdução de tecnologias de forno mate para produzir carvão de qualidade e ecologicamente aceitável e nas zonas de pescas foram introduzidos fornos *tchorcor* para fumar peixes e ainda a implementação dos sistemas de fabrico de carvão melhorados e sistemas de produção de sal, através de sal solar sem utilizar lenha. Através de programas radiofónicos criaram-se boletins de informação e, por esta via, então a introduzir a dimensão ambiental em todas as políticas setoriais, o que quer dizer que todos os ministérios têm de ter a sua dimensão ambiental (Indjai, 2015).

No mês de abril de 2019, a Guiné-Bissau acolheu em Bubaque, no arquipélago dos Bijagós, a V Conferência Internacional sobre a Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Os seus objetivos específicos passam por:

a) Fortalecer processos conjuntos de investigação, formação e informação, no campo da Educação Ambiental, contribuindo para o debate sobre o futuro do planeta. Isto representa um convite aos participantes para articularem suas identidades perante os desafios da Educação Ambiental nos países lusófonos e na Galiza;

b) Melhorar a produção científica em português, valorizando as iniciativas de revistas periódicas e outros meios de divulgação sobre Educação Ambiental;

c) Promover a comunicação científica sobre a Educação Ambiental por meio da comunicação educativa, como os materiais pedagógicos e os diversos sistemas digitais, como *blogs*, sites, redes escolares e listas de discussão;

d) Construir um processo de aprendizagem permanente que favoreça a identidade lusófona na estrutura filosófica de Educação Ambiental (Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (V), 2019)

2.5 Como está a materialização do Direito do Ambiente na Guiné-Bissau?

O principal desafio da GB é a capitalização das boas práticas de gestão de recursos naturais e de assegurar a transparência na celebração dos contratos de utilização dos recursos financeiros que resultam da exploração dos recursos naturais, pelo facto de existirem um elevado número de evidências nalguns países africanos da designada *maldição dos recursos*, demonstrando que estes recursos podem ser a base para conflitos e ameaças à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento do país (Barros, 2014).

A GB exerce a sua soberania sobre todos os recursos naturais que se encontram no seu território, embora a nível interno alguns recursos naturais (RN) fossem considerados pela CRGB, no artigo 12.º, do n.º 2, como propriedade privada. No artigo 12.º, n.º 1, alínea c explicita que “são propriedade do Estado o solo, o subsolo, as águas, as riquezas minerais, as principais fontes de energia, a riqueza florestal e as infraestruturas sociais”, mas a concessão é dada com a finalidade de aumentar a riqueza e servir o interesse geral dos cidadãos. (Guiné-Bissau, 1996).

A materialização do Direito do Ambiente na Guiné-Bissau respeita duas dimensões: a do Direito Interno ou Nacional e a do Direito Internacional.

No Direito Interno, temos as leis ambientais, em especial, a Lei de Bases do Ambiente, a Lei de Avaliação Ambiental, a Lei-Quadro das Áreas Protegidas que estabelecem as bases da política e das ações sobre o ambiente, com os objetivos de fixar critérios de utilização e da correta gestão do ambiente e seus componentes visando o desenvolvimento sustentável do país. Vamo-nos debruçar mais sobre a

Lei de Bases do Ambiente (LBA) e descrever um pouco os princípios do Direito do Ambiente (Guiné-Bissau, 2011).

O artigo 4.º da Lei de Bases do Ambiente fixa o princípio geral, mas a sua concretização implica a observância de alguns princípios específicos que vamos destacar:

a) O Princípio de Precaução indica estratégias para lidar com a incerteza decorrente da impossibilidade de se antecipar as consequências de uma atividade humana. Antecede a prevenção porque aqui a ideia não é só evitar os danos ambientais, mais sim evitar qualquer risco de dano ambiental. Aplica-se na “existência de incertezas significativas quanto ao risco” (Aragão, 2013, p.p. 159ss).

b) O Princípio de Prevenção indica estratégias para lidar com as consequências danosas de certas atividades para o meio ambiente, consideradas conhecidas, isto é, antecipáveis. Por serem entendidas antecipáveis, estas consequências são tidas passíveis de serem evitadas ou terem seus efeitos mitigados por meio de decisões. O Artigo 5.º, alínea a da LBA vai no sentido de prevenir os danos que podem acontecer nas ações ambientais, porque uma vez ocorridos esses danos são de difícil restituição à forma em que se encontravam antes do dano. Aplica-se na “existência de graves riscos ambientais” (Aragão, 2013, p.p. 271ss).

c) O Princípio do Poluidor-Pagador consiste em obrigar o poluidor a assumir os custos da reparação dos danos que ele causou, com obrigação de suspender a prática poluente.

d) O Princípio da Correção na Fonte visa desenvolver uma pesquisa das causas com efeitos imediatos sobre o ambiente, para que sempre que possível eliminar ou minimizar os danos, evitando que os seus efeitos se repetem.

e) O Princípio da Participação tem grande importância no funcionamento da administração pública. No artigo 49.º, da Lei n.º 17/2011 de 12 de outubro, do Código de Procedimento Administrativo (CPA), demonstra-se a necessidade de intervenção não só de órgãos e agentes administrativos, como também dos grupos sociais existentes nas comunidades, com um papel ativo nas tomadas de decisão relevantes para o ambiente, não tendo apenas o caráter consultivo (Figueiredo Dias, 2000). Também é um princípio consagrado pela Constituição da República, no seu

artigo 19.º que sustenta a participação das populações de forma consciente e ativa. O artigo 5.º, alínea g, da LBA vem reforçar a efetivação desse princípio incumbindo a sua promoção ao Estado de modo a assegurar a participação de todos, incluindo dos parceiros sociais no processo de tomada de decisão.

f) O Princípio da Cooperação Internacional promove o Estado a procurar soluções concretas junto de outros países e organizações internacionais sobre problemas ambientais e gestão de recursos naturais, no seu artigo 5.º, alínea h.

e) O Princípio do Acesso ao Sistema Educativo e Formativo é um instrumento indispensável para o aumento da capacidade dos cidadãos na proteção e defesa do ambiente para alcançar um desenvolvimento sustentável. Atribui ao Estado a responsabilidade de incluir a componente ambiental na educação básica e formação profissional, e a promoção dos meios para a divulgação da Educação Ambiental, no artigo 5.º, alínea j.

É na Constituição da República, a lei magna e fundamental, onde se baseiam os princípios e objetivos fundamentais das organizações do direito público de um Estado. É ela, o mais importante instrumento para a proteção e conservação do Ambiente, considerando que segundo Gomes Canotilho (1993, p. 92), o “Estado constitucional está submetido à Constituição e comprometido na realização dos objetivos constitucionais” e por esta se vincula aos seus fins e meios. De igual modo realçamos a importância da sua posição na hierarquia das normas, se observarmos a inversão da pirâmide de Al-Kelsen⁶ respeitante a fontes de Direito, temos no topo da pirâmide a Constituição. Esta, nas palavras de Figueiredo Dias (2000, p. 11) com “o seu papel impulsionador na criação das normas legais e conformador da atuação concreta dos aplicadores do direito”, justifica essa prioridade.

Para Figueiredo Dias (2000), o tema do ambiente, hoje em dia, é uma obrigação consagra-lo na lei fundamental como dimensão material legitimadora da própria constituição. O artigo 15.º da CRGB (Guiné-Bissau, 1996) não positivou expressamente o direito ao ambiente, apenas referiu o ambiente como fim de saúde pública, “inserção das populações no meio sócio-ecológico”, como princípios

⁶ Pirâmide de Al-Kelsen, parte do princípio geral do sistema jurídico presente na maioria dos países, no âmbito do Direito, as normas jurídicas têm uma hierarquia. A pirâmide de Al-Kelsen permite-nos compreender melhor essa hierarquia das normas. No topo da pirâmide temos a Constituição que por outras palavras podemos chamar de Magna Carta da qual emana todas as restantes leis. De seguida vêm as Leis Orgânicas e as Leis Ordinárias. Numa escala mais abaixo podemos encontrar outras leis de categoria inferior como Decretos e Regulamentos Normativos.

fundamentais do Estado, isto é, a constituição formal na sua dimensão objetiva comprometida com os princípios e valores ambientais que representam bens jurídicos fundamentais e planeiam a ação diária na aplicação e concretização desse direito, além de estabelecerem os objetivos e finalidades que podem ser retiradas das três funções do Estado de Direito que é sua tarefa concretizar constituindo-se independentes mas sempre articuladas:

a) Na função legislativa, o legislador tem a obrigação de criar as normas concretizadoras dos princípios e preceitos constitucionais relativas ao ambiente. O cumprimento deficiente ou não cumprimento desta obrigação tem as suas consequências na defesa dos bens ambientais e interesses coletivos. No caso específico da Guiné-Bissau não existe a consagração constitucional objetiva do Direito do Ambiente de uma forma expressa, no artigo 15.º, primeira parte, *in fine*. Na dimensão, temos a receção material da lei por via do artigo 29.º, do n.º 1 da CRGB que tem uma cláusula aberta dos catálogos dos direitos fundamentais, considerando leis ordinárias e convenções internacionais e outros direitos fundamentais avulsos como leis fundamentais protegidos pela Constituição. Conjugando o artigo 29.º, n.º 1 da CRGB com os artigos 4.º, 40.º ao 42.º ambos da LBA, demonstram a existência de um verdadeiro Direito Subjetivo do Ambiente.

b) Quanto à função administrativa, a administração pública, e segundo Freitas do Amaral (2002, p. 22), “é uma atividade totalmente subordinada à lei: a lei é o fundamento, o critério e o limite de toda a atividade administrativa” e assim, por essa razão sujeita a todos os princípios e regras do ordenamento jurídico⁷, uma vez que o princípio da legalidade da atuação administrativa baseia-se na submissão não só da lei, mas do Direito no seu conjunto. Daí que ressalta a importância de normas e princípios constitucionais em matéria ambiental sobretudo quando se trata de “poderes discricionários” da administração. Discricionariedade administrativa é quando a autoridade administrativa tem livre escolha para adotar ou não determinadas ações, bem como fixar o seu conteúdo. A lei não determina tudo, sendo considerado que “a discricionariedade administrativa é a margem de liberdade conferida pela lei ao administrador a fim de que este cumpra o dever de integrar com sua vontade ou juízo a norma jurídica, a fim de dar satisfação aos objetivos

⁷ Ordenamento Jurídico abrange a lei e o direito no seu conjunto que são normas e princípios, e estas normas podem ser tanto constitucionais e leis ordinárias, de modo que submissão deste não diz respeito só as leis administrativas.

consagrados no sistema legal.” O artigo 44.º do CPA declara que graus de vinculação autónomos diretamente aplicáveis e no âmbito dos limites por estes determinados na apreciação de decisões da administração, que uma vez violados inculcam a ilegalidade da atuação administrativa (Guiné-Bissau, 2011).

c) Por último o poder judiciário, na sua função de julgamento de litígios, os tribunais devem concretizar as normas e os princípios constitucionais em matéria do ambiente, tanto no que respeita a interpretação e integração das lacunas da lei, no artigo 5.º, alínea j, da Lei n.º 16/2011 de 12 de outubro, a Lei Orgânica do Tribunal Administrativo da Guiné-Bissau. (Pereira da Silva, 2002).

Fazendo a comparação com a Constituição Portuguesa, esta consagra o Direito de Ambiente em duas dimensões: objetiva e subjetiva. No artigo 9.º, alínea e “prevê a proteção e defesa da natureza e do ambiente e a conservação dos recursos naturais como tarefa fundamental do Estado Português” (Portugal, s. d.) Isto é numa dimensão objetiva, assegura o desenvolvimento do bem-estar e a qualidade de vida dos seus cidadãos. Já na vertente subjetiva consagra o direito ao ambiente e o dever de o proteger no artigo 66.º epígrafado de “Ambiente e qualidade de vida” (Gomes Canotilho, 1993, p. 92). Esta consagração constitucional do Direito do Ambiente é acolhida pela Constituição de 1976, mas podemos encontrar alguns vestígios desse direito nas Constituições anteriores, se assim podemos dizer. Na Constituição de 1822, o artigo 223.º/V assentava a necessidade de plantação de árvores pelas câmaras municipais nos terrenos da sua jurisdição, apesar da Professora Carla Amado Gomes (2008, p. 30) o considerar o artigo “apenas um incentivo ao desenvolvimento rural”. Mais tarde a Constituição de 1933, artigo 52.º recorria a proteção dos “monumentos naturais”; este preceito visava a proteção do património cultural. O que demonstra que o Estado português muito cedo se preocupou com a proteção do ambiente.

No caso da Guiné-Bissau, e quanto ao Direito Subjetivo do Ambiente, também não está expressamente consagrado na Constituição, mas podemos chamar à colação a Lei de Bases do Ambiente por via do artigo 29.º, do n.º 1 da CRGB, que estabelece uma cláusula aberta dos catálogos dos direitos fundamentais, ou seja, não é exclusiva das constantes do texto constitucional, mas também “das demais leis da República e das regras aplicáveis do direito internacional”. Neste caso, todos os

instrumentos jurídicos internacionais e nacionais em matéria dos direitos fundamentais são considerados partes integrantes da lei fundamental, por força desta norma constitucional.

A Lei Bases do Ambiente (LBA) foi aprovada pela Lei 1/2011 e publicada no 2.º Suplemento do Boletim Oficial nº 9, de 2 de março de 2011. É o diploma que estabelece a disciplina em matéria de ambiente e recursos naturais. Tem como finalidade a definição das bases gerais para a utilização e gestão correta do ambiente e os seus componentes, visando a materialização de uma política de desenvolvimento durável no país (artigo 2.º, da LBA). Os artigos 4.º, 40.º, 41.º e 42.º, todos da LBA, demonstram a existência de direitos fundamentais do ambiente na Guiné-Bissau, partindo dos princípios gerais até aos direitos e deveres protegidos pela essa lei, não deixando de fora o artigo 5.º, da LBA que é importante pois o legislador incluiu nele o que considerou como “princípios específicos” da proteção jurídica do ambiente e aludiu aos princípios de prevenção, precaução e correção na fonte, responsabilização, poluidor–pagador, participação, entre outros (Guiné-Bissau, 2011).

O direito à informação consagrado na Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu artigo 34.º, reconhece a todos cidadãos o direito de serem informados, e ainda mais devem ser informados sempre que requerem sobre o andamento de um processo ou conhecer as decisões tomadas pela administração. O artigo 53.º, n.º 1 da CPA, fixa que os cidadãos podem pedir a informação sobre o ambiente mesmo não sendo parte direta no processo, consagrado também no artigo 40.º da LBA. O direito de informação no Direito Administrativo surgiu para inverter a lógica do segredo da administração pública que tradicionalmente era ligada ao aparelho administrativo do Estado. Este dispositivo veio aumentar a legitimidade da decisão da administração pública com base no princípio do contraditório do artigo 48.º do CPA, que é uma das evoluções do Direito Administrativo. Parafraseando a Professora Carla Amado Gomes (2008, p. 25) “se a sustentabilidade da democracia depende do nível de informação dos cidadãos (e da capacidade de a aprender e analisar criticamente), a sustentabilidade ambiental tem com o acesso à informação uma ligação estrutural”. Quer dizer que para proteger o ambiente como um bem de

todos devem ser adotados comportamentos que previnam os danos ambientais e o equilíbrio do ecossistema global.

O direito à Educação Ambiental está plasmada no artigo 41.º da LBA, para que a participação das populações na política e na gestão do ambiente seja eficaz. É necessário, pois, ter acesso à Educação Ambiental, além disso a Educação é um direito fundamental consagrado pela Constituição da República da GB, no artigo 16.º, que visa a formação do Homem.

O acesso à Justiça está ao alcance de qualquer interessado na defesa do ambiente; pode recorrer a instâncias judiciais para pedir a cessação das causas de violação do seu direito (o Direito de Ambiente sadio e boa qualidade de vida), sem prejuízo de ser ou não parte direta na ação, como previsto no artigo 41.º, da LBA. Também é um direito constante da Constituição, no artigo 32.º, que assegura o recurso aos tribunais contra os atos que violem os seus direitos reconhecidos na Constituição e pela Lei.

De acordo com o artigo 38.º da LBA (Guiné-Bissau, 2011), “as organizações não-governamentais devidamente legalizadas, cujo conteúdo programático e objeto social seja o da defesa do ambiente, do uso racional dos recursos naturais e da proteção dos direitos de qualidade de vida, têm o direito de participar e fazerem-se representar nos foros de gestão ambiental”. E, “com vista a garantir a necessária participação das comunidades locais e a utilização adequada dos seus conhecimentos e capacidades humanas, o organismo responsável pela área do ambiente deve promover a criação de um corpo de agentes de inspeção comunitários e a participação efetiva das comunidades locais na definição das políticas e na gestão dos recursos naturais”. Podemos encontrar o mesmo princípio na Constituição da República, no artigo 19.º e no artigo 49.º de CPA.

É de salientar que existe uma ausência de deposições penais relativas a crimes ambientais na ordem jurídica guineense, de modo que a LBA faz recurso ao Código Penal (CPGB) relativamente a crimes de desobediência plasmada no artigos 239.º da CPGB e 45.º da LBA, e ainda faz referência à obstrução à autoridade pública, no artigo 238.º do CPGB. Como diz o Professor Figueiredo Dias (2000, p. 28) “os valores inerentes ao ambiente são hoje tão poderosos que se justifica plenamente incluir alguns deles entre os bens objeto de tutela penal”. Isto é, de forma a dar mais

relevo a crimes ambientais e maior eficácia porque só com a Lei de Bases do Ambiente é menos eficiente na sua materialização na proibição de condutas lesivas que põem em causa o ambiente. A LBA remeteu para lei especial a regulamentação de crimes e contravenções ambientais, no artigo 51.º Em relação aos crimes, voltou atenção outra vez para o Código Penal, nos delitos previstos por estes serem, no mínimo, crimes contra a natureza e de poluição. Uma vez que não existe essa previsão, continuaremos à mercê daqueles que virão a ser considerados como crimes na legislação complementar e de acordo com o disposto na LBA, artigo 50.º

Nos termos das penalizações, estes são da competência do Ministério Público. A defesa dos valores protegidos pela LBA é realizada através dos mecanismos desta, no artigo 49.º, n.º 3 da LBA. O mesmo artigo 49.º, n.º 1, diz que compete aos tribunais o conhecimento das ações de responsabilidade objetiva e de embargo e demolição previstas nos artigos 43.º e 44.º respetivamente. Também não especificou qual o tribunal em concreto, mas apontou para lei do processo aplicável. Ainda o n.º 2, do mesmo artigo, legitima os lesados para demandar os infratores nos tribunais com vista a conseguir a correspondente indemnização nos termos do artigo 43.º da LBA.

Quanto à segunda dimensão que é a do nível internacional, temos o artigo 24.º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (DHNET, 1995): “Todos os povos têm direito a um meio ambiente geral satisfatório, propício ao seu desenvolvimento”. O direito a um ambiente “satisfatório e global” aqui plasmado é evidenciado de um modo vago e indeterminado, o que mostra claramente que este direito não está desenvolvido conceptualmente, embora seja escrito com vista a uma melhoria. Dada a similitude de outros instrumentos jurídicos sobre este assunto, parece-nos difícil exigir uma ação concreta do Estado em relação ao Direito do Ambiente lançando mão a este instrumento, porque refere-se ao direito coletivo do povo e não há subjetividade, ou seja, o direito de cada indivíduo ao ambiente.

A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo de 1972 (Nações Unidas, 1973), estabeleceu critérios e princípios comuns que oferecem aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o ambiente humano. Demonstra no seu preâmbulo os sete pontos essenciais e vinte e seis princípios alusivos a condutas e obrigações designados a

orientar as decisões relativas à questão ambiental. O Ponto 2 deste preâmbulo vem demonstrar a importância do ambiente como direito do homem para sua qualidade de vida saudável, exibindo forte dependência humana ao ambiente: “a proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento económico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos.”

A Convenção para a Cooperação em Matéria de Proteção e Desenvolvimento do Meio Marítimo e Litoral da Região da África Ocidental e Central e o Protocolo de 1981, que entrou em vigor no dia 5 de Agosto de 1984, e também conhecido por Convenção de Abidjan, vigora na ordem jurídica guineense por meio da resolução n.º 22/2010, de 2 de março. Esta recomenda a inclusão da Avaliação do Impacto Ambiental em todas as atividades que impliquem projetos situados na zona litoral, artigo 13.º, do n.º 2).

Dos instrumentos da Política e da Gestão Ambiental previstos no artigo 28.º da LBA, analisaremos os que consideramos como indispensáveis mais a frente no ponto 2.6. O artigo 29.º da LBA (fundo ambiental) é objeto de um diploma próprio. As áreas protegidas, no artigo 31.º da LBA também são objeto de uma lei específica. A avaliação ambiental, no artigo 32.º da LBA, seus conteúdos e procedimentos são regulados por uma lei especial, que é a Lei da Avaliação Ambiental, Lei 10/2010 de 24 de setembro (Silva, 2018). O Licenciamento Ambiental, no artigo 33.º da LBA, é objeto de uma regulamentação própria; no caso da Auditoria Ambiental (artigo no 34.º da LBA) também respeita uma regulação especial no Decreto n.º 9/2017 de 28 de junho. Estes últimos são dos principais instrumentos de política de ambiente de carácter preventivo, desenvolvendo um papel importante na elaboração e adoção de projetos, planos, programas e na análise sistemática dos efeitos ambientais relevantes para um desenvolvimento sustentável.

A definição e a condução da política do ambiente é da competência do Governo através dos organismos responsáveis, como a Secretaria de Estado do Ambiente, IBAP e ONG que trabalham nesta área, com missão de desencadear políticas de desenvolvimento sustentável, artigo 35.º da LBA.

2.6 O que foi feito até agora em termos de regulamentação e materialização das normas ambientais?

Hoje existem um conjunto de leis e regulamentos que regem o setor de ambiente na Guiné-Bissau contribuindo para a melhoria da política e gestão do ambiente e dos órgãos administrativos do Estado competentes para efetivação de políticas ambientais na Guiné-Bissau.

As áreas protegidas, no artigo 31.º da LBA dispõem uma regulamentação específica designada de Lei-Quadro das Áreas Protegidas (L-QAP), a Lei n.º 5-A/2011 de 1 de março. Constituída por oito capítulos e 55 articulados, divididos em secções e subsecções, que podemos fracionar em quatro títulos.

O Título I diz respeito à parte geral que nos dá as definições das áreas protegidas, classificação e desclassificação dos parques e as suas formas de processamento, objetos, objetivos e delimitação do âmbito de aplicação, a administração dos parques, administração de cada parque específico e do conselho de coordenação das áreas protegidas, composição dos órgãos, das suas competências e mandatos, gestão das áreas protegidas administrando zonas de reserva natural, zonas de exploração controlada e atribuição de licenças e concessões, dos artigos 1.º ao 36.º da L-QAP.

No Título II temos as reservas naturais, perímetros de meio ambiente sensível e santuários ecológicos, nos artigos 37.º e 38.º da L-QAP.

As infrações e os danos estão consagrados no Título III, dos artigos 39.º ao 50.º da L-QAP. Por exemplo: pesca e colheita nas áreas protegidas, caça e porte de armas nas zonas de desenvolvimento durável.

Por fim, o Título IV, das disposições finais e transitórias dos artigos 51.º ao 55.º como deveres de cooperação: outras autoridades devem prestar auxílio ao IBAP quando forem solicitadas. Também fixa a gestão do pessoal administrativo que é composto por guardas da natureza e técnicos de áreas protegidas, sob a autoridade hierárquica do IBAP.

A Lei-Quadro das Áreas Protegidas (Silva, 2018) tem como objetivo a salvaguarda dos ecossistemas, das populações animais e vegetais que abrigam a sua diversidade biológica, a promoção do desenvolvimento sustentável e a sua utilização

social. E aplica-se em qualquer parte do território que seja classificada como área protegida, como descrito no seu artigo 1.º

São órgãos de administração das áreas protegidas, o Ministério do Ambiente que é o membro do Governo tutelar; o Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP); a Direção e o Conselho de Gestão de cada área protegida, fixos no artigo 11.º da L-QAP.

É da competência do membro do Governo tutelar do IBAP, neste caso, o Ministério do Ambiente, ouvir o IBAP, por iniciativa própria ou de uma organização ambiental a propor ao Conselho de Ministros nos termos dos artigos 5.º e 10.º da L-QAP a aprovação da classificação ou desclassificação de uma área protegida e assegurando a sua coordenação, pelo artigo 12.º da L-QAP. Ainda lhe compete o exercício da tutela administrativa e inspetiva nos termos da lei.

O Fundo Ambiental (FA) é regulamentado pelo Decreto n.º 6/2017, de 28 de junho (Silva, 2018), concretizando assim o previsto no artigo 29.º, do n.º 1 da LBA, em que a gestão desta seja objeto de um diploma próprio, e nos termos do artigo 53.º b) do mesmo diploma que estabelece o prazo de um ano após a data da sua publicação, para ser regulamentada esta lei. Só passados seis anos é que o fundo ambiental veio a ser regulamentado conforme o previsto no artigo 53.º b) da LBA, sendo este de 1 de março de 2011, e o Regulamento do Fundo Ambiental (RFA) de 28 de junho de 2017.

O Fundo Ambiental é uma instituição de natureza pública com personalidade jurídica e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, no artigo 1.º de RFA. Tem sede em Bissau, no entanto, podendo ter representações em qualquer parte do país, pelo artigo 2.º de RFA. Dispõe dos seguintes órgãos: Conselho de Gestão, Direção Executiva e Unidade de Gestão Financeira, dispostos no artigo 5.º Tem como missão a angariação e gestão de recursos financeiros para apoiar projetos e programas de atividades que visem a proteção do ambiente e dos recursos naturais, descritos no artigo 3.º Capta recursos financeiros através de dotações do Orçamento Geral do Estado, de contribuições e subvenções de organismos que apoiam a atividade ambiental, também pelas compensações pela prestação de serviços no domínio de informação, formação e cursos de capacitação ambiental, disposto no artigo 17.º

Cada um dos órgãos tem a sua respetiva competência: ao Conselho de Gestão compete-lhe, pelo artigo 7.º de RFA (Guiné-Bissau, 2017), o controlo da arrecadação das receitas, a realização das despesas e a contratação dos serviços de assistência técnica.

Quanto à Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) fazemos um resumo do seu conteúdo e procedimento de acordo com a legislação guineense. A Lei de Avaliação Ambiental (LAA) (Guiné-Bissau, 2010) tem como objeto a identificação prévia dos efeitos que projetos, planos, programas, políticas públicas ou privadas possam causar no ambiente e na saúde humana, fixo no artigo 1.º, n.º 1, da LAA. O regime jurídico da AIA e o seu procedimento administrativo surgiram com a Lei n.º 10/2010 de 24 de setembro, com o objetivo de garantir que potenciais problemas sejam previstos e resolvidos numa fase inicial do planeamento do projeto, embora a Lei de Bases do Ambiente (LBA) preveja a sua regulamentação nos termos do artigo 32.º n.º 1, que remeteu essa regulamentação por lei especial (neste contexto a Lei de Avaliação Ambiental, Lei 10/2010 de 24 de setembro). Salientando que LAA surgiu um ano antes da LBA, no entanto respeita-a “sob pena de ilegalidade por violar um ato normativo hierarquicamente superior”, nas palavras de Welena Silva (2019, p. 34).

O procedimento administrativo é um conjunto de atos e formalidades pelos quais se realiza a ação administrativa para realização de um fim, (artigo 1.º, do nº 1 do CPA). Até então, o primeiro e único Código do Procedimento Administrativo que a Guiné-Bissau dispunha foi aprovado em 2011, pela Lei n.º 17/2011, de 12 de outubro. Segundo Welena Silva (2018, p. 49) “o cumprimento rigoroso dos trâmites procedimentais para a emissão da decisão, permite uma tutela *ex ante* dos componentes ambientais naturais. Na medida em que a antecipação dos efeitos lesivos de uma ação humana no ambiente é a palavra de ordem.” A Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) constitui-se como um estudo prévio à instalação de um empreendimento ou atividade que gere um impacto ambiental significativo e que seja analisado e tido em consideração no seu processo de aprovação.

Nos últimos anos, o regime jurídico de AIA foi munido de mecanismos fundamentais para a sua instrumentalização e procedimento que são o Regulamento do Licenciamento Ambiental (Guiné-Bissau, 2017a) , o Estudo de Impacto Ambiental

(Guiné-Bissau, 2017b), a Participação Pública no procedimento da AIA (Guiné-Bissau, 2017c), o Regulamento da Auditoria Ambiental (Guiné-Bissau, 2017d) e por fim o Regulamento de Inspeção Ambiental (Guiné-Bissau, 2017e), os quais constituem instrumentos de avaliação ambiental, artigo 6.º, do n.º 1, da Lei de Avaliação Ambiental (Silva, 2019).

A LAA, no seu artigo 5.º, do n.º 2, define Avaliação Ambiental (AA) como um instrumento de política ambiental que avalia sistematicamente as possibilidades, as capacidades, as funções e os valores dos sistemas dos recursos, dos sistemas naturais e humanos com vista a facilitar o planeamento do desenvolvimento durável e a tomada de decisão em geral. Também lhe cabe a prevenção e a gerência dos possíveis impactos ambientais identificáveis, visto que a AA difere da AIA por esta última incluir outras formas de avaliação, nomeadamente a avaliação ambiental estratégica, avaliação económica ambiental, auditoria ambiental e outros procedimentos de impacto ambiental.

Segundo a LAA e o Regulamento do Licenciamento Ambiental, atuam no procedimento da AIA as seguintes entidades públicas⁸: Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), Autoridade Ambiental Competente (AAC), Serviços Desconcentrados e Descentralizados (Antenas Setoriais ou Pontos Focais), Comité *ad hoc*, o Dono da Obra, Gabinetes Especializados e as Comunidades Locais, pelos artigos 43.º da LAA e 5.º do RLA, respetivamente.

A Autoridade Ambiental Competente (AAC) é o departamento do Governo responsável pela definição da política ambiental, coordenação e supervisão das ações no ambiente e avaliação do impacto ambiental na Guiné-Bissau, no artigo 5.º, do n.º 6 e no artigo 44.º, do n.º 1, da lei da LAA. Ainda no mesmo artigo, no n.º 2, compete à AAC conceder e dispensar o Licenciamento Ambiental e emitir a Declaração de Conformidade Ambiental (DCA) e o Certificado da Conformidade Ambiental (CCA) na matéria de planos, projetos, programas e políticas ambientais, competências também consagradas no artigo 45.º, da LAA e no artigo 6.º, do RLA.

A Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC) é uma unidade estrutural e funcional do Governo encarregue de estudar, investigar, propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente, em matérias de avaliação

⁸ Vide os artigos 43.º da Lei de Avaliação Ambiental e 5.º do Regulamento da Licenciamento Ambiental.

ambiental e de desenvolvimento sustentável (artigo 5.º, do n.º 7 de LAA). Compete AAAC coordenar e gerir técnica e administrativamente todo o procedimento da AA, emitir pareceres sobre pedidos de dispensa da AA, elaborar os relatórios de conformidade ambiental e a de proposta do licenciamento ambiental, organização e secretaria das reuniões de Comité *ad hoc* (artigos 46.º de LAA e 7.º de RLA).

Antenas Setoriais (AS) são serviços desconcentrados e descentralizados que, no fundo, são pontos focais ou representantes da autoridade de AIA nas respetivas entidades públicas que integram e que a tutela e é uma interface entre a AAAC e os Donos da Obra (artigo 5.º, n.º 8, da LAA).

O Dono de Obra é pessoa individual ou coletiva, pública ou privada, que formula um pedido de autorização ou de licenciamento de um projeto à AAA, apresentando a este o termo de referência para o efeito de validação (artigo 5.º, do n.º 30, da LAA).

O Comité *ad hoc* é o órgão de consulta, técnico-científico e interinstitucional criado por despacho do titular do organismo responsável pela área do ambiente, em função da matéria em causa (artigo 3.º, alínea a, do RLA). Este órgão tem a competência da avaliação e validação do Relatório do Estudo de Impacto Ambiental, pelo artigo 22.º, n.º 1, *in fini*, da LAA.

A Comunidade Local é uma entidade consuetudinária de base territorial correspondente ao agregado formado por famílias e indivíduos residentes em certas circunscrições do território nacional (tabancas ou conjunto de tabancas), para prossecução de interesses históricos, económicos, sociais e culturais comuns e que inclui as áreas habitacionais, agrícolas e florestais, as portagens, os sítios de importância cultural e as respetivas zonas de expansão (artigo 3.º, alínea b, da RLA). Comunidades locais atuam na realização do licenciamento ambiental se o projeto for na área da sua incidência (artigo 5.º, alínea g, embora o legislador não especifique quais são os poderes da Comunidade Local neste processo. Entendemos que o papel da Comunidade Local neste contexto é o da parte interessada na defesa dos seus direitos e interesses legítimos.

2.6.1 Do procedimento da Avaliação de Impacto Ambiental – Início e Exame Prévio

O processo da AIA começa com a apresentação do pedido pelo Dono da Obra, mediante o requerimento dirigido à AAC durante a preparação e planeamento (artigo 10.º, do n.º 1, da RLA). Este requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação: título de uso privativo da terra, registo da empresa, descrição do projeto, parecer técnico do organismo que tutela a atividade, localização da planta arquitetónica e relatório de disponibilização da informação do domínio de participação pública (artigo 10.º, do n.º 2 da RLA e suas respetivas alíneas). Caso o pedido seja aprovado, segue-se a fase do exame prévio nos termos do artigo 11.º, do RLA, e do artigo 8.º da LAA, devendo verificar-se as seguintes situações: categorização do projeto e eventual licenciamento ambiental, elaboração do relatório e notificação do Dono da Obra sobre categoria do projeto, estudo profundo ou simplificado de impacto ambiental nos projetos de categoria A, que “possuem altos riscos de ter diversidades de impactes negativos muito significativos sobre o ambiente e saúde humana, por vezes irreversíveis e com efeitos sentidos em larga escala” (artigo 7.º, n.º 2 da LAA) e os de categoria B, “suscetíveis de ter sobre a população e ambiente impactes negativos menos graves que os da categoria anterior e são geralmente impactes de natureza local com possibilidade de serem concebidas medidas de atenuação especial” (artigo 7.º, n.º 3 da LAA), nos Termos de Referência (TDR) das Autoridades de Avaliação Ambiental (AAA) para efeito de validação, sem prejuízo de um exame prévio e consequente instrumento de avaliação ambiental que deve ser utilizado (artigo 10.º, dos n.ºs 1 e 2 da LAA). Os termos de referência elaborados pelos Donos da Obra devem ser aprovados e validados pela AAAC, em conformidade com o processo de avaliação ambiental (artigo 12.º, da LAA e artigo 12.º, da RLA) sendo necessária a identificação da atividade do Dono da Obra, a localização, justificação e caracterização do projeto, verificando a conformidade técnica, estrutural e científica com o projeto apresentado, proposta da criação pela AAAC da Comissão *ad doc* à AAC, a qual é responsável pela validação técnica dos termos de referência apresentada pelo Dono da Obra, distribuição dos termos pela AAAC aos membros de Comissão *ad doc* e a elaboração do relatório pelo Dono da Obra.

2.6.2 Fase de análise e validação do Regulamento do Estudo de Impacto Ambiental Social

A administração do processo de análise e validação do REIAS é da competência da AAAC. Esta notifica o Dono da Obra para melhoria ou fixação da data para sua validação, também notifica a Comissão *ad hoc* para secção de análise e validação do REIAS. Este processo conta com o prazo de 45 dias úteis, no entanto pode ser prorrogado pela AAAC na insuficiência de informação prestada pelo Dono da Obra dentro do prazo máximo de 30 dias, artigo 13.º de RLA.

2.6.3 Audiência Pública

A Audiência Pública permite ao particular a troca de informações com o Administrador, o exercício da cidadania e o respeito do princípio do devido processo legal em sentido substantivo (artigo 84.º, do CPA). A audiência pode assumir a forma escrita ou oral e compete ao órgão instrutor escolher uma das formas (normalmente assume a forma oral) pelo artigo 86.º, n.º 1 de CPA. A AAAC, nos termos do artigo 14.º, do n.º 1, alíneas a e b da RLA, procede à realização da identificação dos intervenientes no processo, nomeadamente as Comunidades Locais e a sensibilização destas sobre o Estudo de Impacto Ambiental Social (EIAS) por meio da comunicação social, animadores locais e cartazes, em diferentes línguas nacionais com antecedência mínima de 10 dias. Têm legitimidade para solicitar audiência pública ao Ministério Público, a entidade civil, e pessoas singulares ou coletivas. Estes últimos carecem de ter, no mínimo, uma percentagem de 40% dos residentes da área (artigo 24.º, n.ºs 3 e 4 da LAA). Nos termos do artigo 15.º do RLA, conjugado com os artigos 15.º e 25.º da LAA, a AAAC toma decisão da emissão ou não, e suspensão da licença ambiental mediante elaboração da conformidade ambiental, e este é sucedido pela implementação das medidas constantes do EIAS (artigo 16.º do RLA).

2.6.4 Declaração de Conformidade Ambiental e Certificado de Conformidade Ambiental

São modalidades de licenças emitidas pela AAAC: a Declaração de Conformidade Ambiental (DCA) que é concedida depois da aprovação do relatório do Comité *ad*

hoc, com duração de um ano, permitindo ao Dono da Obra iniciar a implementação do seu projeto (artigo 26.º, do n.º 1, alínea a, da LAA). A DCA pode ser favorável, condicionalmente favorável ou desfavorável e deve ser devidamente fundamentada. Deve conter as condições em que o projeto deve ser licenciado ou autorizado e as medidas de minimização de impactos ambientais negativos a ser adotadas pelo Dono da Obra. O Dono da Obra deve requerer o Certificado de Conformidade Ambiental (CCA) para a implantação das recomendações da DCA (artigo 27.º, da LAA). A DCA é proferida pelo mais alto responsável da AAAC que é o Diretor-Geral (artigo 28.º, n.º 1 da LAA), dentro do prazo de 90 e 60 dias, para os projetos de categoria A e B, respetivamente, e 45 dias para os planos, programas e políticas constantes do Anexo III, a contar da data de receção do relatório da conformidade ambiental (artigo 29.º, n.º 1, remetido pelo artigo 28.º, do n.º 1). Existe um conflito de normas quanto à competência para emitir a DCA; a LAA afirma a responsabilidade da AAAC e o RLA defende que a AAC é que emite a DCA e CCA mediante relatório de conformidade ambiental apresentada pela AAAC (artigo 18.º, n.º 1 de RLA). Continua divergindo no que diz respeito ao prazo; LAA apresenta três prazos diferentes para diferentes categorias de projetos nomeadamente para projetos de categoria A têm prazo de 90 dias e de categoria B, 60 dias; já na categoria C, 45 dias. Mas o RLA estipula um único prazo de 30 dias, sem ter em conta as categorias do projeto (artigo 18.º, n.º 1 da RLA).

Na nossa opinião, prevalecem as competências e prazos estabelecidos pela LAA por ser de hierarquia superior ao regulamento, está sob pena de ilegalidade, não podendo violar a lei que o fundamenta. Para a autorização de projetos sujeitos a procedimento de avaliação ambiental não podem ser praticados antes da notificação da respetiva DCA favorável ou condicionalmente favorável e sem ter decorrido os prazos fixados pelo artigo 29.º, sob pena de nulidade do ato, (artigo 30.º, da LAA). Ocorre a caducidade da DCA se não tiver iniciado ou parado o respetivo projeto durante um ano (artigo 31.º, n.º 1 da LAA).

CCA é concedida e é válida de um a cinco anos; tem em conta o tipo e duração do projeto contado com a data de início da implementação do projeto ou da emissão da DCA (artigo 26.º, n.º 1, alínea b, da LAA). A AAC emite o CCA no cumprimento das exigências da DCA, no qual vem definidas as obrigações ambientais e sociais que o

projeto deve respeitar sendo valido por tempo que esta determinar (artigo 32.º, n.º 1). No incumprimento das imposições do CCA pelo Dono da Obra, a AAC pode revogar ou suspender a sua validade (n.º 2, do artigo 32.º, da mesma lei). A CCA é proferida pelo mais alto responsável da AAAC, neste caso é o Diretor-Geral, (artigo 33.º, n.º 1 da LAA), no prazo de 120 dias, a contar da data de receção do relatório de seguimento das suas condições e determinações (artigo 34.º, remetido pelo artigo 33.º, do n.º 1 da LAA). É nulo o ato de autorização de projetos sujeitos a avaliação ambiental que não respeitem o decurso dos prazos fixados no artigo 34.º ou sem a notificação de CCA favorável ou condicionalmente favorável. No caso de violação de condicionantes de CCA ou de normas legais, falsas descrições de informações relevantes e superveniência de graves riscos ambientais e sociais são motivos para AAC suspender ou revogar o CCA, mediante uma decisão fundamentada (artigo 21.º de RLA e artigo 36.º, n.º 1, alíneas a, b e c da LAA). Também pode ocorrer a renovação de CCA, se esta for requerida com antecedência mínima de 120 dias a contar da data de validade da licença (do n.º 2 do mesmo artigo).

2.6.5 Acesso à Informação e Participação do Público na Avaliação de Impacto Ambiental

Durante todo processo de avaliação do impacto ambiental é fundamental a participação do público (artigo 14.º, n.º 1 da LAA), sobretudo na fase preparatória. A AAC junto com o Dono da Obra devem adotar medidas necessárias para conseguir a opinião favorável das populações ou dos intervenientes locais, regionais ou nacionais que podem ser prejudicados com a implementação do projeto. Os documentos de acesso ao público para consulta servem para informação das pessoas interessadas em tal e devem ser disponibilizados sempre pelo Dono da Obra e pela AAC (artigo 42.º da LAA.)

A Participação Pública dispõe de uma regulamentação própria. Trata-se do Decreto n.º 5/2017, de 28 de junho, Regulamento da Participação Pública no Procedimento da AIA (RPPPAIA), no qual nos vamos debruçar, pois este diploma deve ser aplicado em todas as fases do processo de avaliação ambiental, segundo o artigo 2.º, da Regulamentação da Participação Pública no Processo de Avaliação

Ambiental (RPPPAIA). A participação pública é regida pelos seguintes princípios: o princípio de disponibilidade e acessibilidade de informação, representatividade, independência e negociação.

O Princípio de Disponibilidade e Acessibilidade de Informação garante às partes afetadas e interessadas a disponibilização da informação em tempo útil à tomada de decisão, num instrumento que seja passível de compreensão (artigo 4.º, alínea a do RPPPAIA).

O Princípio de Representatividade permite a representação das partes afetadas ou interessadas durante as fases do processo, alínea b do artigo 4.º do RPPPAIA.

O Princípios de Independência; os resultados devem refletir as principais preocupações dos interessados sem que seja dominado por outro interesse particular (artigo 4.º, alínea c do RPPPAIA).

O Princípio de Negociação: aqui propõe-se a criação de formas de negociação de interesses divergentes para que haja mediação de potenciais conflitos de interesse (alínea d, do artigo 4.º do RPPPAIA).

Neste processo intervêm as seguintes entidades: AAC, responsável pela presidência do Comité *ad hoc*; a AAAC, que é competente pela promoção do processo da participação pública, as partes afetadas, interessados e comunidades locais e, por fim o Dono da Obra, a quem cabe defender o projeto e prestar esclarecimentos (artigo 5.º do RPPPAIA). A participação pode ser feita de diferentes formas, ao disponibilizar informação através de meios de comunicação, o que facilita a difusão da mesma, em linguagem local e simples. A audiência pública é um dos mecanismos de participação, ainda a consulta pública junto dos interessados e a negociação (artigo 6.º, do RPPPAIA.) Tem carácter de obrigatoriedade nos projetos de categoria A e B.

O procedimento de participação pública respeita as seguintes fases: disponibilização de informação, consulta pública, audiência pública, mediação e negociação e, por último, a elaboração dos documentos.

Na fase da disponibilização da informação, o Dono da Obra desenvolve atividades como a identificação de diferentes grupos-alvos, a produção de informação em função destes, a divulgação da informação através de meios de comunicação, a

organização de reuniões de esclarecimento e distribuição de documentos produzidos pelo Dono da Obra, e a elaboração do relatório sobre a disponibilização da informação (artigo 8.º, do RPPPAIA).

Na fase de consulta pública, o Dono da Obra é responsável pela recolha de informação junto das partes afetadas e interessadas mediante questionários e fichas e por recolher informação relevante junto da autoridade administrativa. A AAAC responsabiliza-se por sessões de esclarecimento e por promover reuniões e entrevistas individuais (artigo 9.º, do RPPPAIA).

No seguimento, vem a fase de Audiência Pública (AP). É definida pelo artigo 5.º, do n.º 3, da Lei 10/2010 de 24 de setembro, como um procedimento de consulta à sociedade e a grupos sociais interessados em determinados problemas ambientais ou que estejam potencialmente afetados pelo projeto. Na audiência pública as responsabilidades da AAAC são de deslocação ao terreno para identificar o local, escolher os animadores ou órgão de comunicação local, informar sobre data, hora e local de audiência pública por meio da comunicação social em diferentes línguas locais. A organização da audiência pública é partilhada entre a AAAC, a autoridade administrativa e o Dono da Obra (artigo 10.º, n.º 1, do RPPPAIA). O prazo para a realização de audiência pública é de 20 dias úteis (n.º 2, do artigo 10.º da mesma lei). As partes interessadas e afetadas podem, no prazo de 15 dias, apresentar sugestões e recomendações através do caderno de registo das recomendações e sugestões com as autoridades locais ou a AAAC (n.º 3, do artigo 10.º, do RPPPAIA). Na audiência pública os documentos disponibilizados para consulta são o resumo não técnico, o plano de gestão ambiental e social, o relatório de estudo de impacto ambiental e social (REIAS) e o projeto de execução (artigo 10.º, n.º 4. do RPPPAIA).

Se porventura as partes não chegarem a um consenso no que diz respeito as sugestões e recomendações da fase da audiência pública, a AAAC promove a mediação e negociação entre as partes. No resultado desta negociação, a AAAC lavra o acordo que é assinado pelas partes envolvidas no processo. Saliente-se que este procedimento é definido por um guia metodológico elaborado pela AAAC (artigo 11.º, do RPPPAIA.) Finalizando o processo de audiência pública, a AAAC disponibiliza às partes afetadas e interessadas os documentos previstos (relatório de estudos de impacto ambiental, o resumo não técnico, o relatório de consulta pública),

no artigo 41.º da lei 10/2010 de 24 de setembro, remetido pelo artigo 12.º do RPPPAIA.

2.6.6 Licenciamento Ambiental

É definido como um instrumento de avaliação de política e de gestão ambiental de caráter preventivo, formado por um conjunto de leis, normas técnicas e procedimentos administrativos que consubstanciam, na forma de licenças, as obrigações e responsabilidades do poder público e dos promotores, com vista a autorizações para implantar, ampliar ou iniciar a operação de qualquer empreendimento potencial ou efetivamente capaz de causar alterações no ambiente, promovendo sua implantação de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável (artigo 5.º, do n.º 19 da LAA, Lei n.º 10/2010, de 24 de setembro) com regulamentação própria nos termos do Regulamento de Licenciamento Ambiental (RLA), pelo Decreto N.º 8/2017, de 28 de junho. Estão sujeitos ao licenciamento ambiental todos os planos, projetos e programas suscetíveis de causar um impacto negativo e significativo sobre o ambiente (artigo 2.º, do n.º 2, do Regulamento do Licenciamento Ambiental). É obrigatório para todos os novos projetos sujeitos à aplicação do RLA e sempre que existam alterações de projetos já licenciados (artigo 4.º, do RLA). Intervêm na realização do licenciamento ambiental as seguintes entidades⁹: Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), Autoridade Ambiental Competente (AAC), Serviços Desconcentrados e Descentralizados (Antenas Setoriais ou Pontos Focais), Comité *ad hoc*, o Dono da Obra, Gabinetes Especializados e as Comunidades Locais (artigo 43.º, da LAA e artigo 5.º, do RLA, respetivamente).

2.6.7 Auditoria Ambiental

É um instrumento de avaliação de política ambiental que consiste na apreciação documentada e sistemática das instalações e das práticas operacionais e de manutenção de uma atividade poluidora ou outra, com o objetivo de verificar a obediência aos padrões de controlo e de qualidade ambiental; os riscos de poluição accidental e a eficiência das respetivas medidas preventivas; o desempenho dos

⁹ Vide os artigo 43.º, da Lei de Avaliação Ambiental e o artigo 5.º, do Regulamento da Licenciamento Ambiental.

gerentes e operários nas ações referentes ao controle ambiental; a pertinência dos programas de gestão ambiental interna ao empreendimento (artigo 5.º, n.º 5, da LAA, Lei 10/2010, de 24 de setembro). Também é passível de regulamentação própria pelo Decreto nº 9/2017 de 28 de junho, o Regulamento da Auditoria Ambiental (Raud.A) aplicando-se aos procedimentos e condições a observar na sua realização, no artigo 1.º, do Raud.A (Silva, 2019).

A auditoria ambiental pode ser de natureza pública ou privada, dos projetos, programas, planos e políticas, atividades estas que possam refletir direta ou indiretamente num dos componentes ambientais e sociais. Devem ser periodicamente objeto de uma auditoria ambiental (artigo 37.º, do n.º 1, da LAA e artigo 2.º, do RAud.A). É da competência da AAAC dirigir e orientar a auditoria ambiental do projeto às expensas do Dono da Obra, abrangendo condições do seu licenciamento (n.º 2, do artigo 37.º, da LAA). São objeto de auditoria ambiental e avaliação do grau de conformidade das atividades com as normas e parâmetros aplicáveis, definidos no artigo 3.º, do RAud.A.

2.6.8 Tipicidade e período de Auditoria Ambiental

A auditoria ambiental pode ser pública ou privada, periódica ou ocasional. A auditoria ambiental pública é promovida pela AAC e executada pela AAAC às atividades sujeitas à aplicação do regulamento da auditoria ambiental, podendo esta ser periódica ou ocasional (artigo 5.º, do n.º 1, alínea a, do RAud.A.) A auditoria privada é aquela promovida ocasionalmente pelos Donos de Obra, através de gabinetes que não participaram no processo de avaliação ambiental da atividade auditada, visando conformar os seus processos laborais e funcionais com o plano de gestão ambiental e social, podendo ser interna, quando realizado pelo próprio Dono da Obra, ou externa, quando certificada pelos auditores externos certificados (artigo 5.º, n.º 1, alínea b, do RAud.A). A auditoria é periódica quando respeita o prazo de até 120 dias antes do fim dos prazos estabelecidos na DCA e no CCA (artigo 5.º, do n.º 2, alínea a, do RAud.A). A auditoria ocasional pode surgir a qualquer momento, por ocasião de verificação de situação excecional não solucionável à luz de procedimentos de fiscalização de rotina (artigo 5.º, n.º 2, alínea b, do RAud.A).

2.6.9 Do Procedimento da Auditoria Ambiental

Nos procedimentos da auditoria ambiental intervêm as seguintes entidades: AAC, AAAC, Dono da Obra e Gabinetes Especializados.

A AAC tem a competência de emissão do despacho para a realização da auditoria ambiental, com o carácter obrigatório de mencionar a equipa de auditores ambientais acreditados para tal, contendo a hora, local e objetivo com termo e condições da sua execução (artigo 6.º, alínea a, do RAud.A). A AAC é a entidade que orienta e dirige a auditoria (artigo 6.º, alínea b, do RAud.A); ao Dono da Obra cabe colaborar na criação da auditoria (artigo 6.º, alínea c, do RAud.A). Por fim, as entidades responsáveis pela execução da auditoria são os gabinetes especializados e acreditados pelo titular responsável de área de ambiente, na alínea d, do artigo 6.º, do RAud.A.

Este procedimento respeita as seguintes fases: planificação, preparação, execução, relatório final e plano de ação, encerramento e pós-auditoria (artigo 7.º, do RAud.A e suas respectivas alíneas).

Na fase de planificação da auditoria ambiental é definido o campo de ação, com a elaboração dos termos de referência, a identificação e escolha dos auditores ambientais e contacto das entidades que vão auditar (artigo 8.º, do RAud.A). No que respeita à fase de preparação da auditoria, deve ser elaborado um plano de auditoria, com a distribuição de funções pelas equipas de auditores, a preparação dos documentos de trabalho, a solicitação dos documentos necessários à entidade a auditar e a deslocação ao terreno para identificar e reconhecer (artigo 9.º, do RAud.A). Já na fase da execução da auditoria realiza-se a reunião de abertura, a recolha e análises de evidências, nomeadamente a inspeção das operações, o instalar dos sistemas de monitorização existentes e a verificação se estão aplicados os controlos ambientais (artigo 10.º, do RAud.A). Na fase do relatório final e do plano de ação da auditoria é elaborado o relatório da auditoria cujos conteúdos são fixados nos termos de referência. Também é elaborado um plano de ação com conteúdos definidos nos termos de referência contendo as recomendações da auditoria ambiental a serem implementadas pela entidade auditada. Estes relatórios e planos devem ser distribuídos pela entidade auditada. A AAAC e a Inspeção devem validar tecnicamente o relatório final, podendo sempre que for necessário convidar outras

entidades com competência na matéria (artigo 11.º, do n.ºs 1 e 2 do RAud.A). Na fase de encerramento da auditoria, a equipa de auditores expõe de forma objetiva à entidade editada, o relatório de auditoria e o plano de ação com as conclusões e evidências de auditoria ambiental (artigo 12.º, do RAud.A). Por último, a fase pós-auditoria é precedida da verificação do cumprimento de plano da ação pelas entidades auditadas por parte da AAAC (artigo 13.º, do RAud.A.)

Quadro 2 - Legislação nacional da República da Guiné-Bissau sobre recursos naturais

N.º	Designação	Diploma	Objeto	Setor
01	Lei de Bases do Ambiente	Lei 1/2011, de 2 de março de 2011	Definição de bases gerais para uma utilização e gestão correta do ambiente e seus componentes, com vista à materialização de uma política de desenvolvimento durável no país.	Ambiente, Florestas e RN em geral
02	Lei-Quadro das Áreas Protegidas	Decreto-lei n.º 5 A/2011, de 1 de março	Salvaguardar os ecossistemas, as populações animais e vegetais que nela abrigam a sua diversidade biológica bem como promover o seu desenvolvimento durável.	Ambiente, florestas, agro-ecologia e RN em geral
03	Lei de Avaliação Ambiental	Lei nº 10/2010, de 24 de setembro	Estabelece as normas relativas aos estudos e à avaliação do impacto ambiental e social bem como à auditoria, licenciamento e monitorização ambiental, nomeadamente no que concerne aos efeitos de determinados projetos, programas, planos, políticas públicas ou privadas no ambiente e na saúde humana.	Ambiente, RN e direitos comunitários
04	Lei do Petróleo	Lei 4/2014, de 15 de abril	Regula a prospeção, pesquisa, exploração e transporte dos hidrocarbonetos e a sua fiscalização.	Hidrocarbonetos
05	Código de Minas e Pedreiras	Lei 3/2014, de 29 de abril	Regula a prospeção, pesquisa, exploração e comercialização de substâncias minerais no solo, no subsolo e nas águas sob jurisdição da República da Guiné-Bissau, com	Minas e pedreiras

			exceção dos hidrocarbonetos líquidos e gasosos que são regulados pela Lei do Petróleo.	
06	Lei Florestal	Decreto-lei nº 5/2011, 22 de fevereiro	<p>Visa, de acordo com a política florestal nacional:</p> <p>a) Promover a gestão durável dos recursos que integram o domínio florestal;</p> <p>b) Optimizar a sua contribuição para o desenvolvimento socioeconómico, cultural e proteção do ambiente;</p>	Florestas
07	Lei Geral das Pescas	Decreto-lei nº 10/2011, de 7 de junho	Define as regras gerais de gestão e de desenvolvimento da pesca, em conformidade com os compromissos internacionais da Guiné-Bissau em matéria de exploração, conservação e de preservação dos recursos biológicos aquáticos, nas águas, sob soberania e jurisdição nacionais.	Pescas
08	Princípios Gerais da Política de aproveitamento dos Recursos Haliêuticos Nacionais	Decreto n.º 4/96, de 2 de setembro	Define as medidas gerais de aplicação da Lei das pescas que estabelece princípios gerais da política de aproveitamento dos Recursos Haliêuticos Nacionais	Pescas
	Regulamento de Gestão da Pesca Artesanal no Rio Grande de Buba	1994	Define as regras específicas de gestão e de desenvolvimento da atividade de pesca artesanal no Rio Grande de Buba, salvaguardando a proibição de pesca à rede no período de repouso biológico (época das chuvas);	
09	Regulamento da Pesca Artesanal	Decreto n.º 24/2011, de 7 de junho	Regulamenta a Lei Geral das Pescas, no que se refere ao exercício da pesca nas águas interiores e no mar territorial, nomeadamente, as características das embarcações e zonas das suas operações, bem como o regime de	Pescas

			autorização e licenciamento do exercício da pesca nas referidas águas, tendo em conta as suas características específicas.	
10	Lei da Terra	Lei nº. 5/98, de 23 de Abril	Define o regime jurídico do uso privativo da terra, integrada no domínio público do Estado, com as regras gerais de gestão do direito de acesso, posse e uso de terras.	Fundiário em particular, Agrícola e Administração Regional e comunitária
11	Código das Águas	Decreto-Lei n.º 5-A/92, de 17 de setembro	Definir o regime jurídico geral de todas as atividades relativas à gestão dos recursos hídricos	Água
12	Regime jurídico dos OGM	Decreto-lei n.º 2/2013 de 11 de junho	Fixa o regime jurídico de utilização de Biotecnologia moderna e da circulação, manipulação, comercialização e disseminação de Organismos Geneticamente Modificados	OGM

2.7 Principais atores na área da Educação Ambiental na Guiné-Bissau

Em termos de atores responsáveis e participativos da EA na GB são:

- Ministério da Educação Nacional
- Secretaria de Estado do Ambiente
- IBAP
- Palmeirinha
- Tinguena
- ODZH
- Associação para o Desenvolvimento
- Fundação BIOGUINEA
- Rádios comunitárias
- Rede dos professores ambientalistas das áreas protegidas
- Associação para Desenvolvimento (AD)
- Escolas de Verificação Ambiental (EVA)

A ONG Palmeirinha é uma organização de direito privado, sem fins lucrativos. O Programa de Educação e Comunicação Ambiental Palmeirinha era um dos programas da UICN na Guiné-Bissau, criado em 1992, depois da Cimeira Mundial do Ambiente, que teve lugar no Brasil – Rio 92.

A organização dispõe de numerosos instrumentos pedagógicos e da comunicação ambiental, uma metodologia de abordagem sobre temáticas ambientais muito eficaz e é muito conhecida no meio do seu público-alvo (crianças e jovens), nomeadamente de alunos, professores e grupos de interesses económicos da zona costeira da Guiné-Bissau. Mas, apesar da sua larga experiência em matéria de sensibilização, informação, educação ambiental e um conhecimento adquirido no domínio do meio ambiente, a Palmeirinha precisa de inovar. Assim sendo, a ONG GAECA Palmeirinha quer promover as ações deste projeto sobre livre circulação de pessoas e migração nas zonas fronteiriças da Guiné-Bissau em parceria com as autoridades locais. A organização dispõe de numerosos instrumentos pedagógicos de comunicação ambiental, uma metodologia de abordagem sobre temáticas ambientais muito eficaz.

O Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) é uma instituição nacional criada em 2004 para gerir a biodiversidade e as áreas protegidas (AP) da Guiné-Bissau, através do Sistema Nacional das Áreas Protegidas (SNAP), tutelado pelo Ministro encarregue do Ministério do Ambiente. Tem a autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com a capacidade para desenvolver políticas e normas relacionadas com a conservação da biodiversidade e das Áreas Protegidas. Os seus objetivos passam pela a promoção e salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade, pelo apoio à criação e à gestão das Áreas Protegidas, e pelo favorecimento da utilização racional e equitativa dos recursos naturais.

O IBAP tem a sua sede principal em Bissau e representações nas áreas protegidas. Tem como visão a conservação da biodiversidade de forma durável para o desenvolvimento das gerações presentes e futuras e gestão de maneira participativa e eficaz das Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade. A valorização dos conhecimentos científicos e tradicionais, o favorecimento de

sinergias e parcerias ao nível local, regional e internacional são das mais ambiciosas missões deste instituto.

Atualmente, o SNAP inclui cinco parques nacionais costeiros e marinhos: o Parque Nacional Florestal do Manguezal de Cachéu, o Parque Nacional Florestal de Cantanhez, o Parque Nacional dos Lagos de Cufada, o Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão, o Parque Nacional Marinho de Orango e a Área Protegida Marinha da Comunidade de Urok, a primeira área de comunidade marinha protegida e um modelo regional para a gestão comunitária participativa. Cerca de cinco áreas terrestres foram declaradas como protegidas em 2014 como parte do complexo Dulombi, Boe, e Tchetché (DBT).

A Associação para Desenvolvimento (AD) é uma organização não-governamental sem fins lucrativos. Foi constituída em 1990 e tem sede principal na capital de Bissau, Bairro de Quelélé. As suas atividades desenvolvem-se no meio urbano e rural. Tem como principal objetivo encorajar e reforçar as iniciativas que conduzam a um desenvolvimento que associe o autêntico progresso do homem.

Tal como já foi referido anteriormente, as Escolas de Verificação Ambiental (EVA) representam um domínio de intervenção com maior dinâmica na Guiné-Bissau, e surgiram da vontade das comunidades para substituição das antigas escolas sem condições mínimas de funcionamento. Algumas das EVA editam jornais escolares como o *Po di Carbon*, dinamizando os estudantes para a existência de problemas, alertas e sugestões relacionados com o ambiente e colaboram com a criação e construção de Casas de Ambiente e Cultura. Na metodologia da pedagogia pela ação são incentivadas as aprendizagens relacionadas com a produtividade económica permitindo a alternância de atividades letivas dentro e fora da sala de aula.

De acordo com Maniet (2001, p. 50), a reserva educativa é:

Um terreno para ajudar a descobrir e perceber o meio ambiente e as ameaças que pesam sobre ele. Os alunos e professores são atores do seu projeto e são aplicados direta e ativamente na criação e gestão do meio. O objetivo final é ter consciência de que o homem é não só beneficiário, mas sobretudo gestor dos recursos naturais

Uma das atividades da EA na GB, elaborada pela EVA, foi designada por *fogões melhorados* com foco na conscientização das comunidades para o uso sustentável

dos recursos naturais, através de ações de formação para professores e alunos na construção de fogões melhorados. Teve-se como pretensão implementar fogões melhorados em todas as cantinas escolares, e que todas as mulheres os pudessem adotar. A finalidade do uso destes fogões era aumentar o rendimento da combustão para 25 a 35%, que exigem um menor consumo de lenha, ao contrário dos fogões tradicionais de 3 pedras que não ultrapassam os 5%.

A Fundação BioGuinea (FBG) é um produto de um esforço dinâmico e participativo iniciado em 2007 e suportado por diversos parceiros nacionais e internacionais, incluindo *inter alia* o Governo, o Banco Mundial, a União Europeia, o PNUD, a Fundação MAVA, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), a World Wide Fund for Nature (WWF), ONG locais, e a sociedade civil. Estabelecida legalmente em 2011 sob a Lei Inglesa e do País de Gales, trata-se de uma fundação privada com utilidade pública e foi reconhecida em 2012 por parte do Reino Unido e da Guiné-Bissau como uma instituição de caridade. Os principais objetivos da FBG são gerir a dotação e os fundos de maneo com a missão de garantir um financiamento estável e sustentável para a conservação da biodiversidade e ecossistemas da Guiné-Bissau e também para promover o desenvolvimento socioeconómico das comunidades. A FBG está atualmente a ser operacionalizada e a coleta de fundos está em curso para garantir o capital inicial de arranque. Embora o foco prioritário seja na coleta do capital de dotação (por exemplo, através de donativos diretos ou *swaps* de dívida por natureza), a fundação é também concebida para gerir os fundos de garantia e receita corrente. O Governo continua a procurar assistência da comunidade global para estabelecer o fundo de dotação, mas também procura gerar a sua própria receita, como, por exemplo, através de concessões turísticas em áreas protegidas, venda de créditos de carbono, taxas de entrada nos parques e potenciais receitas fiscais das indústrias extrativas.

O presente PANA foi preparado de acordo com a Diretiva 28/CP7, após a 1.^a Comunicação Nacional na Guiné-Bissau. A referida comunicação argumentou que a vulnerabilidade da Guiné-Bissau em geral e da sua zona costeira em particular, resulta da própria natureza de suas formações geológicas e geomorfológicas e dinâmica; devido à concentração nessa zona dos seus principais recursos de biodiversidade, o que implica, portanto, uma forte pressão demográfica sobre esses

recursos, induzindo a existência de fatores de mudança climática. As formações da orla costeira são essencialmente de natureza sedimentar, com depósitos aluviais de baixa altitude e com depósitos sedimentares recentes (idade quaternária), como é o caso de toda a área delta da costa guineense e dos arquipélagos dos Bijagós, enquanto no interior as formações geológicas e geomorfologias são mais antigas (idades primárias e secundárias). Dois terços do território guineense tem altitude inferior à 50 metros e a maior parte desta superfície está situada em áreas costeiras. Essa característica favorece a erosão costeira, que piora com o aumento da temperatura, acompanhada por um aumento resultante de nível médio do mar.

O quadro climático da Guiné-Bissau é fortemente marcado por uma extrema flutuação de níveis de chuvas, irregularidade nos padrões de chuvas, estação seca mais longa em algumas regiões do país, aumento das temperaturas médias anuais (em torno de 1º c) e, concomitantemente, do nível médio do mar. Projeções feitas pelo Departamento de Meteorologia para o horizonte temporal de 2010 apontavam para uma queda de chuvas em torno de 11,7%, um aumento na temperatura de 2% e um aumento do nível médio do mar de 50 cm.

2.8 A Educação Ambiental em África

Um dos principais problemas com a educação sobre o meio ambiente é a palavra “consciencialização”. Mais do que nunca, a humanidade atualmente enfrenta desafios complexos que ameaçam a sua própria existência, incluindo a pobreza extrema e as alterações climáticas. Combater estas crises exige esforços de todos os setores da sociedade.

Atualmente, a maior parte dos jovens decidiram participar do desenvolvimento de medidas para lidar com a pressão global de problemas relacionados com o meio ambiente.

Em 2012, a comunidade de prática do Programa Regional de Educação Ambiental da SADC (REEP) comemorou seu 15.º aniversário durante a Associação de Educação Ambiental do Sul da Conferência da África (EEASA) em setembro, em Grahamstown, África do Sul, coincidindo com o 30.º aniversário da EEASA.

No mesmo ano, os líderes mundiais voltaram ao Brasil para analisar o progresso e planos para o futuro do planeta, depois de 20 anos desde a primeira Cúpula do Rio, oficialmente as Nações Unidas e Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A pergunta que se pode fazer é, com todas essas reuniões e iniciativas, quanto mudou até agora no que diz respeito ao conhecimento, capacidade, ações e melhoria ambiental? Apesar de muitos desafios que enfrentamos hoje, incluindo impactos das mudanças climáticas, insegurança alimentar, impactos de crises financeiras mundiais e problemas de saúde, entre outros, muita coisa foi feita em todo o mundo.

Na África Austral, o envolvimento com projetos de mudança e práticas de escolha como parte do desenvolvimento de capacidades resultou numa avaliação externa, que descreve o trabalho do SEP REEP como "Único", nos processos e impactos na vida das pessoas.

Como muitos outros conceitos, a ideologia tem múltiplos significados, dependendo no contexto em que é usado. John Fien (1993) afirma que a ideologia pode ser entendida de duas formas amplas, mas que são fundamentalmente diferentes.

Em primeiro lugar, a ideologia pode ser entendida como uma visão mundial ou sistema de conceitos, crenças e valores:

A ideologia é um sistema de valores ou crenças aceite como fato ou verdade por algum grupo. Ele fornece ao crente uma imagem do mundo como deveria ser. Muitas vezes simplifica as complexidades do mundo em algo simples e compreensível.

Em segundo lugar, a ideologia também tem significado pejorativo e crítico. Esta vista da ideologia funciona como um sistema de crenças que legitima as relações desiguais de poder e riqueza na sociedade.

John Fien (1993) argumenta que, com esse significado, a ideologia torna-se uma visão distorcida da realidade para grupos subordinados que abraçam acriticamente os aspetos positivos da visão mundial de grupos sociais dominantes.

EA é considerada um problema perverso. Não há consenso do ponto de partida da definição do problema nem do ponto final, do que constitui a EA de sucesso nem de qualquer parte intermediária (Krasny & Dillon, 2013).

Por exemplo, a EA terá sido eficaz se um adolescente for profundamente afetado por uma lição sobre a vida de Wangari Maathai, que iniciou o Movimento Cinturão Verde¹⁰ em Nairóbi, no Quênia, e ingressar no Greenpop, uma empresa social de plantação de árvores, mas continuar a usar roupas de marca e ser a *vítima* dos últimos anúncios de *smarthphones*?

Desde 1973, Rittel e Webber, citados por Krasny & Dillon (2013), sugeriram respeitosamente que as *re-soluções* deveriam ser procuradas em vez de um ponto final infinito. As *re-soluções* são aquelas respostas que são de fluxo constante à medida que novas informações aparecem e também sendo influenciadas pelo enquadramento do problema.

Pesquisas de colaboração com geógrafos e educadores resultaram em novas ideias sobre uma “viragem espacial” nas Ciências Sociais. Lugar e/ou espaço importa. O espaço é uma construção social, além de um local objetivo e físico, na perspectiva de Singh, Rizvi & Sherestha (2007), citados por Brooks et al. (2011). A globalização é um “espaço-tempo de compressão” que alimentou grande parte deste pensamento mais recente. Nesta pesquisa, considera-se a pluralidade de espaços à medida que a educação ocorre em muitos lugares, casas, locais de trabalho, espaço internacional e ciberespaço.

O Programa Regional de Educação Ambiental poderia ser considerado equivalente da EA da SADC, o que afetou positivamente a educação. Baseado centralmente em políticas educacionais podem ser deslocadas ou inadequadas ao nível local (Warrington, 2012 , cit. Brooks et. al. 2011).

Estas mudanças deixam uma tensão desconfortável na criação e implementação de políticas ao nível local, regional, nacional e internacional. Ball, et. al , são os autores do termo “hibridismo instável”, que descreve as “formas contraditórias de coordenação e controlo exercidas em diferentes políticas” (Ball, Rowe & Gewirtz, 1995, cit. Brooks et al. 2011). Esta oscilação no governo enfraquece a soberania do estado-nação e amplia o absurdo da divisão norte-sul no campo da educação. O terreno instável do “espaço e do lugar” na educação, e o impacto na geração de

¹⁰ Cinturão Verde é um movimento fundado em 1997 por ativista queniana na luta pelo meio ambiente de nome Wangari Maathai, este movimento incentiva pessoas mas especialmente as mulheres a plantarem arvores no combate a degradação do meio ambiente.

políticas tem amplo alcance nas implicações para a educação obrigatória africana e a região da SADC.

A rica biodiversidade de África tem sido a base dos ecossistemas, alimentos, água potável e oxigénio. No entanto, este capital natural criticamente importante enfrenta ameaças significativas do comércio ilegal de animais selvagens, monoculturas, ar e poluição da água, perda de florestas, mudança climáticas e aumento da prevalência de espécies exóticas invasoras. A hiperligação entre a biodiversidade, saúde e bem-estar humano é cada vez mais bem compreendida, mas mais pesquisas são necessárias, especialmente no que diz respeito às zoonoses¹¹.

A fraca avaliação da biodiversidade como um ativo para o desenvolvimento da economia contribui para os fracos esforços de conservação e influência a sua importância para a agricultura, por exemplo, proteger polinizadores e manter a diversidade para se adaptar às mudanças climáticas. Recomenda-se que os estados-membros incluam ativamente um sistema de fatoraço¹² da biodiversidade e os serviços eco-sistémicos nos sistemas contábeis nacionais. África deve também garantir que a estratégia da União Africana em matéria de comércio de animais selvagens é traduzida em ação, totalmente implementada e monitorizada regularmente.

A decisão de realizar avaliações regionais foi tomada no Global Intergovernamental e Multi-Stakeholder, realizada em Berlim em outubro de 2014, onde os participantes sugeriram que a sexta edição do Global Panorama Ambiental (GEO-6) deva ser construído através de avaliações realizadas num formato semelhante ao da avaliação.

África está cada vez mais a afirmar o seu papel como ator global, enquanto, simultaneamente, aumenta para milhões de cidadãos na pobreza. A dinâmica demográfica da região e as tendências de urbanização apresentam um quadro misto de desafios e oportunidades e na análise desses fenómenos sociais numa agenda de transformação estrutural para África. A região está a testemunhar um maior acesso a dados e informações.

¹¹ Zoonoses são doenças transmissíveis entre animais e homens e vice-versa, constituindo uma grande ameaça à saúde pública. Por exemplo a raiva é uma das zoonoses mais importante para a saúde pública, por ser letal e transmissíveis entre mamíferos.

¹² Fatoração é a decomposição de um número natural em fatores primos. Mas aqui refere-se à fatoração algébrica que consiste em escrever uma expressão algébrica em forma de produto.

Formada em 1982, a Associação de Educação Ambiental da África Austral (EEASA) é a associação mais antiga do mundo de profissionais de Educação Ambiental e de sustentabilidade. A EEASA é uma organização voluntária privada legal registada na África do Sul, que opera na África Austral e detida coletivamente pelos seus membros espalhados pela sub-região e pelo resto do mundo. “A EEASA foi fundada em setembro de 1982 como resultado da interação entre educadores e ambientalistas. É uma associação multidisciplinar preocupada com o processo educacional, que leva a mudanças de atitude e ao comportamento em relação ao meio ambiente” (Rhodes University, 2018).

A missão da EEASA pode ser definida por meio de seus objetivos:

- a) Atuar como órgão responsável pela consulta e coordenação em assuntos de interesse público e interesse profissional em Educação Ambiental;
- b) Promover estudos interdisciplinares e multidisciplinares do meio ambiente;
- c) Promover, organizar e patrocinar atividades e pesquisas em Educação Ambiental;
- d) Disseminar informações sobre Educação Ambiental;
- e) Proporcionar oportunidades para o intercâmbio de ideias e opiniões sobre questões ambientais de educação na África Austral.

A ideia da EEASA foi discutida nos últimos 10 anos e implementada *ad-hoc* durante a maior parte deste período, com a formalização com a recuperação da Rede de Educação Ambiental da Namíbia em 2009. É um reconhecimento do poder do conhecimento e liderança ambiental e de sustentabilidade distribuídas entre pessoas e instituições diferentes e localização de participação e ações. A finalidade é cultivar e sustentar os pressupostos da EEASA e facilitar a aprendizagem a nível local e nacional da ação. Os pressupostos da EEASA fornecem um fórum não ameaçador e não hierárquico para teste e partilha de ideias e práticas, refletindo criticamente sobre o meio ambiente e desafios de sustentabilidade, riscos e incertezas dos nossos tempos, mostrando maneiras indígenas de conhecer e conectando-os à ciência moderna na tentativa de aprender a viver melhor.

A EEASA opera numa região composta por 15 estados-membros da SADC. A SADC tem uma economia predominantemente agrícola e uma base de subsistência, e é

caracterizada pela capacidade de privação como pobreza herdada de histórias de colonização e das regras do Apartheid (Southern African Development Community, 2004).

Os fundadores da EEASA tinham como objetivo visionário “promover a interdisciplinaridade e estudos multidisciplinares do meio ambiente”, entre outros (Southern African Development Community, 2004). Isto implica ir além de “educadores e ambientalistas” e pode ser extrapolado para incluir os setores corporativos como o comércio, a agricultura, as indústrias extrativas, de manufatura, os transportes e os serviços, pois estes têm maior potencial de influenciar negativamente o meio ambiente.

Na realidade, espera-se que todos os indivíduos e empresas sejam agentes, atores, educadores ambientais e de sustentabilidade, se o planeta Terra florescer com as pessoas felizes, prósperas, morais e socialmente justas (Environmental Education Association of Southern África, s. d.). Assim, solicita uma abordagem dialética que leve as pessoas a trabalhar e aprender juntas para o bem comum, em vez de competir por interesses distorcidos ou promover hegemonia.

Como a Educação Ambiental aborda a dimensão do desenvolvimento sustentável? A resposta está numa abordagem educacional muito semelhante à adotada em diversos países. Essa abordagem, genericamente denominada *instrução sobre questões ambientais*, usa os princípios da ciência e do processo democrático, tentando educar os futuros cidadãos na ação de tomar as decisões pessoais e sociais informadas sobre a vida. A questão ambiental como um contexto educacional ainda oferece o maior potencial para os educadores abordarem o desenvolvimento sustentável.

Os níveis das metas da EA implicam que a EA deve, em grande parte, ser baseada em questões ambientais. A questão ambiental representa o móvel da mudança social e envolve o conflito entre os aspetos positivos e negativos, bem como as consequências negativas envolvidas nesse processo de mudança. Assim, a questão engloba as dimensões humana, tecnológica, ambiental e económica associadas ao desenvolvimento sustentável.

Como o desenvolvimento sustentável alcançou um significado crescente na formulação de políticas globais, todas as questões ambientais também são questões de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável será a estrutura para a maioria dos acordos e programas internacionais, bem como para a formulação de políticas internacionais. Assim, a análise e resolução de muitas questões da EA serão lançadas dentro de parâmetros de desenvolvimento. Finalmente, os currículos baseados em questões fornecem contextos instrucionais autênticos, talvez a mais poderosa de todas as abordagens instrucionais.

Por outro lado, os benefícios de usar os objetivos do aluno com base no desempenho são muitos. Os objetivos do aluno com base no desempenho contribuem para o sequenciamento lógico do conteúdo; contribuem para uma comunicação eficaz sobre os resultados esperados entre organizadores instrucionais e os seus alunos; ajudam a fornecer um mecanismo pelo qual a instrução e o currículo possam ser avaliados; promovem uma aprendizagem eficiente quando os alunos perceberem o que é esperado deles; facilitam o pré-teste quando este componente estiver a ser usado e ajudam os avaliadores/pesquisadores a medir a aquisição de objetivos particulares.

As crianças pequenas são egocêntricas no tempo e no espaço, assim como de outras formas. No início do ensino médio, o adolescente emergente mostra pouco senso de história e é limitado na capacidade de projetar extensões de um evento ou condição atual no futuro. À medida que o indivíduo se desenvolve, vai ganhando a percepção de que as histórias pessoais afetam o comportamento e que o futuro depende, pelo menos em parte, das escolhas feitas no presente. Assim, o estágio está definido para a consideração das consequências e implicações das decisões e escolhas.

O que é uma questão ambiental? Talvez a definição mais simples seja a seguinte: uma questão ambiental é a que tem as suas raízes no meio ambiente e envolve um problema em torno do qual existem diferentes crenças e valores. Exemplos de questões que se enquadram nessa definição incluem a população humana na gestão do uso da terra; na disposição de resíduos nucleares; na contaminação das águas subterrâneas; no caso das espécies em perigo; na destruição da floresta tropical e no desmatamento em florestas temperadas; na desertificação; na gestão

da pesca marinha; na perda de recursos energéticos não renováveis; no uso de pesticidas e na produção de alimentos; no esgotamento de aquíferos de água fóssil; na conversão de zonas húmidas para agricultura e habitação humana; na reciclagem; na disposição/gestão de resíduos sólidos; na poluição da água; na poluição do ar; poluição sonora; geração de energia nuclear e na perda de diversidade genética em culturas alimentares. Curiosamente, todas as questões descritas também podem ser pensadas numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

Certamente, um dos principais objetivos da educação ambiental é o de desenvolver um ser humano capaz de tornar-se um cidadão eficaz na comunidade mundial e ser capaz de contribuir para a solução de questões ambientais como a capacidade de identificar questões ambientais, a capacidade de analisar questões e identificar corretamente os indivíduos ou grupos envolvidos em questão e as suas crenças e valores; a capacidade de investigar as questões de maneira a identificar os fatos que as cercam e as suas soluções propostas, juntamente com as suas ramificações sociais, económicas, políticas, legais e ecológicas; a capacidade de avaliar os problemas e determinar os meios mais eficazes para resolvê-los; a capacidade de desenvolver um *plano de ação* que pode ser implementado na tentativa de resolver ou ajudar a resolver um problema específico e a capacidade de executar um plano de ação se esse plano for consistente com as informações pessoais do desenvolvimento de valores.

Independentemente do modelo de ensino usado para fins instrucionais em EA, certos tipos de ensino, métodos e recursos instrucionais serão necessários para que a instrução seja máxima e eficaz. Não se pode esperar que os alunos mudem o seu comportamento e se tornem efetivos e cidadãos responsáveis quando apenas palestras e discussões são usadas no processo de ensino-aprendizagem. Por exemplo, não se pode esperar que os alunos investiguem problemas, a menos que possuam as capacidades necessárias e tenham experiência no processo de investigação de problemas. Da mesma forma, não se esperaria que os alunos fossem qualificados e responsáveis por decisões, a menos que se familiarizem com os processos de tomada de decisão e tenham a oportunidade de aplicar essas capacidades.

CAPÍTULO III

Neste capítulo debruçar-mos-emos sobre a metodologia empreendida e levantar questões como: qual é o papel da educação ambiental dentro e fora das escolas na Guiné-Bissau? Desta emanam várias perguntas, na senda de tentar descobrir a importância da EA nas escolas, sobretudo para as crianças do ensino básico. Também realçamos a necessidade de promover a EA valorizando o conhecimento local, nomeadamente no que diz respeito à água potável principalmente para o consumo humano. Sugerimos a implementação da EA no currículo escolar para todos os níveis de ensino (desde o ensino básico até o ensino universitário).

3.1 Metodologia a ser empreendida

No que respeita à qualificação da pesquisa, podemos dizer que a seguida nesta dissertação, qualitativa, tem vindo a ser tradicionalmente considerada como pesquisa *soft*, minimizando a sua importância e utilidade face à pesquisa quantitativa, tida por *hard*. Este preconceito mostra-se ultrapassado, tendo a pesquisa qualitativa alcançado a sua maioria com “(...) lugar assegurado como forma viável e promissora de trabalhar em ciências sociais”, (Godoy, 1995). Segundo defende a referida autora, dependendo da natureza do problema e das preocupações e objetivos que norteiam a pesquisa, o foque qualitativo é muitas vezes a abordagem mais adequada, seguindo-se de uma parte quantitativa para a medição de hipóteses de investigação.

A pesquisa bibliográfica e a revisão da literatura auxiliaram a definir e clarificar a moldura teórica e conceptual do presente trabalho face à natureza e aos objetivos propostos. A revisão bibliográfica dirigiu-se para o estado da arte atual, mas também para aspetos metodológicos, no sentido de encontrar os processos de recolha de informação mais adequados.

Com a experiência recolhida procurámos identificar futuras linhas de investigação a explorar, que se poderão ler adiante nas sugestões futuras sob a forma de propostas de desenvolvimento.

Esta atividade permite-nos aferir da sensibilidade e importância da problemática para os *players*, instituições e informantes especializados auscultados, bem como testar e aperfeiçoar o texto do questionário a submeter e o guião das entrevistas a realizar.

A escolha das perguntas centrou-se no escopo do presente trabalho, tentando conjugar a abordagem de assuntos mais genéricos com uma tentativa de análise da decisão ética em face de decisões concretas, bem como medir o pulso da autoconsciência para a problemática em análise.

Com base em toda a parte teórica efetuada, a pergunta de pesquisa deste estudo é:

Qual o papel da Educação Ambiental dentro e fora da escola na Guiné-Bissau?

Para responder a esta grande questão, uma série de perguntas subsequentes precisam de ser esclarecidas...

1) Porque é tão importante que crianças e jovens tenham condições ambientais de educação?

Bem, a escola é um marco na vida das crianças, como um sinal de um futuro promissor, de maneira que a educação ambiental para crianças deve começar na escola. É importante que, desde crianças, aprendam a racionalizar os recursos. Sensibilizar as crianças em relação ao meio ambiente no ensino primário é um fator-chave no desenvolvimento de atitudes solidárias e conscientes. Os valores e comportamentos que definem e acompanham um cidadão na idade adulta aprendem-se na escola. É considerável criar nos alunos desejo de preservar e proteger o meio ambiente, não limitando apenas no seu estudo. Algumas das ações que podem ser feitas com crianças são o plantio e cuidar de hortas, o ensinar e praticar a reciclagem e o consumo consciente, principalmente, como adultos, dando exemplo de práticas sustentáveis e de uma relação saudável entre o homem e o meio ambiente.

Quanto aos jovens e aos adultos, estes vivem uma realidade diferente das crianças. A maioria estando no ensino médio, já na faculdade ou começar a trabalhar, deparam-se com novos desafios. A educação ambiental, neste contexto, pode ser ministrada de modo a ligar o assunto às questões do dia a dia. É relevante que a linguagem empregada para esse público-alvo seja interessante, de modo que haja

conexão dessas pessoas com o tema. Os problemas de ordem global devem ser abordados com muita relevância, como as mudanças climáticas, a importância da preservação dos recursos naturais, o uso racional de plástico, o consumo consciente e todas as questões económicas e sociais envolvidas na preservação ambiental: “Já no mercado de trabalho, especificamente, a sustentabilidade costuma ser levada a sério por muitas das grandes corporações. Assim, para estar alinhado com os valores das empresas, o profissional precisa, no mínimo, ter conhecimento sobre esses assuntos. Outro ponto é que, com o tempo, são essas pessoas poderão assumir cargos de liderança nas empresas e tomar decisões que impactam positivamente o meio ambiente” (BRK Ambiental, s.d.).

2) Quão realista é integrar Educação Ambiental no ensino de disciplinas escolares?

Ao introduzir a Educação Ambiental nos currículos escolares, logo no primeiro ciclo, as crianças que serão o futuro do país, já estarão sensibilizadas e quando forem adultos poderão tomar decisões ponderadas e acertadas em relação ao meio ambiente e quando se colocarem questões em matéria de EA, já não será a primeira vez que as ouvem. Neste campo, as atividades práticas devem ser desenvolvidas de forma a que os alunos consigam conciliar a teoria e a prática. Por exemplo as aulas de Educação Ambiental realizadas em parques, em praças ou no próprio pátio da escola, as explicações, juntamente com o contacto com os recursos naturais, serão de extrema importância no processo de conscientização ambiental. É assim importante tornar esta população em agentes participativos no processo de ensino e aprendizagem, sendo notório o resultado ao torná-los agentes participativos, conhecendo-se uma mudança comportamental. Este é o papel da Educação Ambiental que, além de tratar de assuntos relacionados com a proteção e uso racional dos recursos naturais (solo, ar, água, flora e fauna), também deve estar focada na proposta de ideias e princípios que possibilitem a construção de um mundo sustentável. Por em marcha a Educação Ambiental é ter consciência ambiental, é reconhecer o papel que cada um tem na proteção de todos os lugares onde a vida nasce e se organiza. É reconhecer a necessidade de vivermos em harmonia com a terra, as águas, as plantas, os animais e todas as restantes formas de vida.

3) Qual a importância da Educação Ambiental fora da escola?

A implementação da educação ambiental fora das escolas passa necessariamente pelo envolver todas as instituições (públicas, privadas, sociais e mesmo as famílias), incentivadas a integrarem os problemas ambientais dentro das suas agendas diárias. Estas ações são importantes na perspectiva de promover a sustentabilidade ambiental, o incentivando a utilizar tecnologias que não comprometam o ambiente, por forma a permitir o acesso aos recursos florestais de forma racional, sem colocar em risco as gerações futuras, porque tais recursos são finitos. São exemplos os sistemas fabrico de carvão melhorados e os sistemas de produção de sal sem o uso de lenha que já referimos. É importante que sejam levada em consideração a atividade de educação ambiental a outro nível e grau de compreensão dos problemas ambientais da população, pela utilização de diferentes meios e formas de sensibilização, consciencializando-se para o índice de alfabetização da população e a forma de abordar as temáticas e os conteúdos ambientais para que sejam aceites e assimilados pelas comunidades. Passa também pela formação específica de professores, bem como pela alfabetização de adultos. Fora do ambiente escolar, podem utilizar-se outros veículos de comunicação como a utilização de atividades lúdicas, a televisão e Internet, redes sociais por exemplo, que podem desempenhar papel importante na transmissão de conhecimentos sobre problemas ambientais e, conseqüentemente a mudança de atitude e comportamento (Indjai, 2015).

Ensinando sobre educação ambiental

Como vimos acima, a educação ambiental é imprescindível para que a sociedade que conviva numa relação de equilíbrio com a natureza e precisa estar disponível para todas as faixas etárias. Ela pode contribuir para solucionar de diversas questões, como fortalecer a compreensão do papel da água no desenvolvimento sustentável, apresentar boas práticas de reciclagem, incentivar a produção de energia limpa, etc. Essas são questões atuais que contribuem para a solução de problemas globais e que, portanto, são responsabilidades de todos. Neste sentido, a integralidade e a transversalidade do tema não devem ser ignoradas. Não será a tecnologia ou a ciência ou a educação que resolverão sozinhas os problemas do mundo. Serão todos esses fatores atuando em conjunto. É necessário pois,

compreender a interdependência e a integração das coisas, afinal, somos todos por todos e é preciso parar de pensar individualmente. Serão necessários os governos, as instituições e as pessoas a trabalharem em conjunto nesta transformação. Mais, é importante que a educação ambiental seja abordada de diferentes formas, em diferentes fases da vida: o objetivo deste estudo é descobrir a importância das questões ambientais dentro e fora da escola, para crianças do ensino básico.

3.2 Promoção da Educação Ambiental nas escolas valorizando o conhecimento local

A Educação Ambiental ao ar livre é uma das várias abordagens de Educação, também conhecida como abordagem fora da escola, estudos fora da sala de aula ou estudos de campo (Palmer, 1994). A Educação Ambiental nesta abordagem baseia-se na experiência sólida em primeira mão, mesmo com as tradições e costumes locais. A ideia de sair dos limites da sala de aula tradicional está bem enraizada na abordagem ambiental. Tanto a experiência de ensino dentro como fora da escola pode-se aplicar a uma abordagem da Educação Ambiental.

3.3 A Educação Ambiental no futuro

Formulam-se agora, sugestões concretas sobre como melhorar a EA no futuro, propondo sete maneiras a seguir, a maioria delas sobre o conteúdo didático de EA:

- a) Elaborar programas de Educação Ambiental que possam ser adequadamente avaliados, por exemplo, com projetos de controlo de tratamento antes e depois.
- b) Necessidade de ensinar as pessoas a mudar o seu padrão de consumo não sustentável, principalmente nos países desenvolvidos.
- c) Necessidade de ensinar que a natureza está cheia de relacionamentos não lineares, que são caracterizados por mudanças de fase: pode haver pouca alteração em algo de interesse numa faixa de valores, mas acima de um determinado limite num fator causal, a mudança é rápida.

- d) Necessário ensinar uma visão de mundo. Uma maior apreciação da diversidade de culturas e pessoas do mundo devem ajudar a perceber as consequências egoístas de nossos consumos.
- e) Necessidade de ensinar como os governos funcionam e como os efeitos mudam dentro de uma determinada estrutura sociopolítica. A compreensão de como o sistema funciona capacitará subseqüentes gerações para mudar.
- f) É necessário ensinar que a legislação voltada para a conservação pode privar-nos de alguns dos bens e serviços que desfrutávamos anteriormente. O autossacrifício será necessário em algum grau, se quisermos evitar ou minimizar os efeitos adversos de iminentes ameaças ambientais com consequências verdadeiramente globais.
- g) Necessidade de ensinar pensamento crítico. Os cidadãos ambientalmente conscientes devem poder avaliar informações complexas e tomar decisões sobre coisas que não podemos atualmente visualizar.

3.4 Proposta de Educação Ambiental para a Guiné-Bissau

A proposta para realizar no nosso trabalho é o do desenvolvimento e implementação pela qual se pretende consciencializar os participantes para a necessidade de promoção de uma ética ambiental de conhecimento da zona e, por sua vez, consciencializar as pessoas para o declínio generalizado dos ecossistemas e a degradação do ambiente em geral.

O módulo de formação a lecionar com os alunos designa-se por “A água e sua importância”. Tem como principais objetivos sensibilizar para a problemática da água, nomeadamente da água potável;

- a) Conhecer as propriedades físicas, químicas e biológicas da água potável;
- b) Abordar questões numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;
- c) Avaliar o impacto ambiental, económico, social e político dos problemas inerentes à água potável;

d) Propor soluções para as questões da água tendo em conta as vertentes ambiental, social, económica e política;

e) Promover atitudes de cidadania ética e responsável.

O primeiro passo será envolver os alunos no programa de monitorização da qualidade da água a realizar na escola e nos bairros da escola. As amostras de água serão colhidas para esse fim (água da torneira, poço e água de superfície).

As amostras de água subterrânea/poço de água variam de 20 a 25 m de profundidade e água da superfície de um tanque ou lagoa para fins de consumo foram usados como pontos de amostragem.

As amostras de água em triplicado serão meticulosamente colhidas em material de vidro de laboratório, lavadas com água destilada e lavadas com a água a ser testada. O teste de água será realizado com o *kit* portátil de teste de água JAL-TARA, desenvolvido pela Development Alternatives (DA), Nova Deli.

Os alunos irão analisar os parâmetros simples da qualidade da água, como ph, fluoreto, nitrato, ferro, dureza, cloro, amónia e e-coli. Os alunos também poderão interagir com a população local para transmitir as conclusões. Também haverá debates sobre a necessidade de garantir um abastecimento de água de boa qualidade bem como os problemas de saúde associados à água.

O trabalho de campo como método pedagógico demonstra beneficiar as aptidões cognitivas e a coordenação motora do aluno e facilitar o interesse, melhorar a aquisição e a compreensão do conhecimento, situando a aprendizagem num contexto e fornecendo oportunidades para transferir e aplicar conhecimentos anteriores que constituirão uma parte importante do projeto proposto e atividades de aprendizagem deste estudo.

A Educação Ambiental e a exposição à natureza demonstra o poderoso efeito que têm no desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e psicológico do aluno. Portanto, este programa foi planeado e implementado para investigar como a educação baseada no local, promove as notas dos testes dos alunos e a motivação geral para aprender sobre os ambientes.

A visita a locais de preocupações ambientais poderá disponibilizar melhores oportunidades aos alunos como um meio de observar e experimentar o ambiente real. Tem espaço suficiente para criar conscientização ambiental, estimular a participação e desenvolver competências de investigação nos alunos.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos tem havido uma crescente preocupação de que a EA tradicional é muito limitada no seu objetivo para afetar atitudes de mudanças comportamentais necessárias para reduzir a degradação ecológica.

Na educação infantil, conceitos e valores importantes para a convivência em sociedade devem ser aprendidos. Dentro do ambiente escolar, a criança inicia o seu processo de interação social, inserindo-se em uma nova realidade além daquela vivenciada no seio da família. “Por isso, durante a infância, é importante trabalhar o tema de forma lúdica e inseri-lo em atividades interdisciplinares. Assim, as crianças conseguem relacionar o cuidado com o meio ambiente com os diferentes temas a que está tendo acesso e, ter uma compreensão mais ampla e dinâmica sobre a natureza e seus desafios. (...) A visão interdisciplinar da educação ambiental contribui para que as crianças passem a ser agentes ativos e se tornem cidadãos que entendem e valorizam a natureza, conscientes sobre as suas responsabilidades e o seu papel na sociedade para a preservação dos recursos naturais” (Brasil Escola, s.d.)

A educação sobre o meio ambiente não era suficiente, mas as aprendizagens e as experiências ricas podem incluir ações para melhorar os resultados. Relacionada com as questões ambientais, podem ser vistas como uma abordagem socialmente crítica que incentive os alunos e a população em geral a se questionarem sobre as ações e valores da sociedade, incluindo o seu impacto pessoal e coletivo no ambiente.

Portanto, através da implantação do Projeto de Educação Ambiental na Escola espera-se criar condições favoráveis para garantir o envolvimento e participação de todos (escola, família e comunidade), utilizando-se para isso múltiplas ações que visam melhorar a qualidade de vida e orientar o uso racional dos recursos e serviços que a natureza nos dispõe.

Assim, espera-se modificar de forma significativa o modo de pensar e as posturas individuais, familiares e coletivas para a construção de um mundo melhor para todos nós.

Devido à transversalidades das questões ambientais, as atividades de capacitação e formação deve ser encaradas a nível de todas as instituições públicas e privadas, por forma a incentivar a inclusão nas suas políticas e estratégias da componente ambiental. Isto, passa, necessariamente, pela formação dos funcionários públicos, privados, dirigentes políticos e líderes de opinião a nível de cada comunidade.

A própria deterioração do meio ambiente que decorreu do crescimento económico, nomeadamente, nos impactos da utilização dos combustíveis fósseis na produção de energia, tem sido uma preocupação atual por parte dos legisladores e investigadores. E, como tal, perante esta situação, o ordenamento jurídico tem de prever soluções para os litígios decorrentes dos danos ambientais causados pelas indústrias do petróleo, equacionando uma nova responsabilidade civil.

Desta forma, foram considerados novos riscos, que geraram novos deveres para o Estado de Direito Ambiental, são, pois, direitos globais e abrangentes.

Uma nova fase de prevenção de riscos e a existência de uma nova ação preventiva, deixaram de ser uma mera competência do Estados de Direito Social e Ambiental, para serem uma exigência supranacional.

Hoje em dia a maioria dos países adotaram a política de Educação Ambiental como principal ferramenta de prevenção e conservação do ambiente. De modo que a Guiné-Bissau não poderia ficar de fora, sobretudo porque a maioria da sua população vive dos recursos naturais e dos ecossistemas para os seus consumos diários.

A deficiente implementação da EA na Guiné-Bissau reflete no desconhecimento do quadro legal das legislações ambientais e de recursos naturais tanto pelos juristas, técnicos administrativos e população em geral, o que leva a acreditar que a avaliação do impacto ambiental e a proteção do ambiente dificulta o desenvolvimento económico do País. Existe uma larga diferença da aplicação dos procedimentos das tutelas preventivas do ambiente, tanto na prática com na teoria. Quanto às convenções e aos protocolos ratificados, estes não estão devidamente regulamentado no ordenamento interno o que obstaculiza a sua concretização. Também não se dispõe de normas, procedimentos e critérios nacionais para avaliar a qualidade da água, do solo, do ruído e da poluição do ar, e quando defrontamos

com uma dessas situações recorreremos as diretrizes da Organização Mundial de Saúde.

Por estas razões, é necessário e urgente a implementação da Educação Ambiental no sistema de ensino na Guiné-Bissau, com o objetivo principal de formação de gerações preparadas para o desenvolvimento e práticas ambientais. Assim, educar ambientalmente permite cuidar e tratar do mundo em que se vive, para um futuro cada vez mais próspero, sendo os hábitos e as ações transformadoras do conhecimento e da qualidade de vida.

Finalizando, a Guiné-Bissau precisa de mais cidadãos com qualificações científica e tecnológica que fomentam o desenvolvimento desse país, nomeadamente na adoção de decisões ilustrados sobre os impactos da ciência e da tecnologia no dia a dia das populações, de forma a melhorar a qualidade de vida e a participação democrática.

Tendo em conta a necessidade urgente intensificação e implementação séria da Educação Ambiental na Guiné-Bissau e a criação de uma disciplina, seja dentro ou fora do sistema de ensino, elaboramos uma proposta de educação ambiental.

A proposta de Educação Ambiental é desvendar e transformar a realidade socioambiental do país, apostando na formação de gerações preparadas para o desenvolvimento e assimilação de prática ambientais sustentáveis, com capacidades de gerir e solucionar os problemas ambientais.

Educar ambientalmente permite cuidar do nosso mundo para um futuro próspero, pondo em hábito a ação transformadora dos nossos conhecimentos e das nossas qualidades de vida. A formação de valores, atitudes e capacidades que motivam a atuação individual e coletiva virada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais devem ser continuas e para todos, e assim alcançaremos o desenvolvimento sustentável minimizando os problemas ambientais com que o mundo enfrenta hoje em dia.

BIBLIOGRAFIA

- Aikens, K., & McKenzie, M. (2016). Environmental and sustainability education policy research: a systematic review of methodological and thematic trends. *Environmental Education Research*, 22(3), pp. 1-27. Obtido em 8 de 9 de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/292188704_Environmental_and_sustainability_education_policy_research_a_systematic_review_of_methodological_and_thematic_trends
- Amado Gomes, C. (2008). *Textos Dispersos de Direito do Ambiente (e matérias relacionadas)* - II Vol. AAFDL - Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
- Angola. (1992). *Lei de Revisão Constitucional, Lei n.º 23/92 de 16 de setembro*. Obtido em 8 de 9 de 2020, de <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-REVIS%C3%83O-CONSTITUCIONAL-1992.pdf>
- Angola. (1998). *Lei nº 5/98 de 19 de Junho*. Obtido em 9 de 9 de 2019, de Ministério dos Petróleos: <https://www.a-mla.org/images/images/acts/Lei%20de%20bases%20do%20Ambiente.pdf.pdf>
- Angola. (1998). *Lei nº 5/98 de 19 de junho - Lei de Bases do Ambiente*. Obtido em 8 de 9 de 2019, de Ministério dos Petróleos: http://www.saflii.org/ao/legis/num_act/lbdba149.pdf
- Antunes, P. B. (2010). *Direito Ambiental* (12.ª ed.). Lumen Júris.
- Applegate, J., & Laitos, J. (2006). *Environmental Law, RCRA, CERCLA and the Management of Hazardous Waste*. Foundation Press.
- Aragão, A. (2013). Aplicação nacional do princípio da precaução. *Colóquios 2011-2012* (pp. 159-185). Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal.
- Aragão, A. (2013). Dano Ecológico: Critérios práticos de identificação e avaliação. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 2, pp. 271-307.
- Archer, M. (2015). *Generative Mechanisms Transforming the Social Order*. Springer.
- Ardoín, N. M., DiGiano, M., Bundy, J., Chang, S., Holthuis, N., & O'Connor, K. (2015). Using digital photography and journaling in evaluation of field-based environmental education programs. *Studies in Educational Evaluation*, 41, pp. 68-76.
- Bacari, L. (2005). *Escola comunitária no contexto do sistema nacional de ensino e formação da Guiné-Bissau*. Bissau: Ministério da Educação Nacional.
- Banco Mundial. (2015). *Guiné-Bissau: Memorando Económico do País: Terra Ranca! Um novo começo*. Obtido em 15 de 8 de 2019, de <http://documents1.worldbank.org/curated/en/843231468250507098/pdf/582960PORTUGESOCEMOfinal010Feb150PT.pdf>
- Banco Mundial. (2019). *Reforço da Capacidade do Quadro Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental e Social - Guiné-Bissau*. Obtido em 9 de 9 de 2020, de <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/594061577681995958/pdf/Proposal-for-Strengthening-and-Consolidation-of-the-National-Framework-for-Environmental-and-Social-Impact-Assessment.pdf>

- Banco Mundial. (2019). *Reforço da Capacidade do Quadro Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental e Social – Guiné-Bissau*. Obtido em 9 de 9 de 2019, de <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/594061577681995958/pdf/Proposal-for-Strengthening-and-Consolidation-of-the-National-Framework-for-Environmental-and-Social-Impact-Assessment.pdf>
- Banco Mundial. (2019). *Reforço da Capacidade do Quadro Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental e Social- Guiné-Bissau*. Obtido em 9 de 9 de 2020, de Banco Mundial: <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/594061577681995958/pdf/Proposal-for-Strengthening-and-Consolidation-of-the-National-Framework-for-Environmental-and-Social-Impact-Assessment.pdf>
- Barros, A. S. (2012). *Multinacionais e a Deslocalização de Indústrias Perigosas: Ensaio Sobre a Proteção dos Direitos Humanos Perante o Dano Ambiental*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Barros, M. (2014). *A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, Desafios e Perspetivas*. Edições Corubal.
- Biplab, R. (2015). Environmental Education and sustainable tourism: a model to fit the tourism growth in Cox's Bazar. *International Journal of Business and General Management*.
- Bormann, I., & Nikel, J. (2017). How education for sustainable development is implemented in Germany: Looking through the lens of educational governance theory. *International Review of Education*, 63(2), pp. 1-17. Obtido em 8 de 9 de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/320542491_How_education_for_sustainable_development_is_implemented_in_Germany_Looking_through_the_lens_of_educational_governance_theory
- Brainly. (2019). Quais foram as principais decisões das Conferências: de Estocolmo (1972), de Belgrado (1975), Tbilisi (1977), Conferência de Moscou (1987), Conferência do Rio de Janeiro (1992)? Obtido em 10 de 11 de 2019, de <https://brainly.com.br/tarefa/23063648>
- Brasil - Ministerio do Meio Ambiente. (2001). *Educação ambiental: curso básico à distância : questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas*. Universidade Federal de Santa Catarina. Laboratório de Ensino à Distância.
- Brasil. (1999). *LEI Nº 9.795, DE 27 de Abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Obtido em 10 de 9 de 2019, de Câmara dos Deputados: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27-abril-1999-373224-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Brasil. (2015). *Resolução n.º 2 de 1 de julho de 2015, Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continua*. Obtido em 9 de 9 de 2019, de Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf
- Brasil. (s.d.). *Compromissos Estabelecidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*. Obtido de Ministério do Meio Ambiente .
- Brasil. (s.d.). *Compromissos Estabelecidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)*. Obtido em 5 de 6 de 2020, de Ministério do Meio Ambiente:

- <https://www.mma.gov.br/component/k2/item/15142-contribui%C3%A7%C3%B5es-para-o-documento-base.html>.
- Brasil Escola. (s.d.). *Educação Ambiental na sala de aula*. Obtido de Canal do Educador: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-educacao-ambiental-na-sala-aula.htm>
- BRK Ambiental. (s.d.). *Educação Ambiental: por que ela é tão importante?* Obtido de Saneamento em Pauta: <https://blog.brkambiental.com.br/educacao-ambiental/>
- Brooks, P., Troch, P., Durcik, M., Gallo, E., & Schlegel, M. (2011). *Quantifying regional-scale ecosystem response to changes in precipitation: Not all rain is created equal*. *Water Resources Research*. Obtido em 10 de 5 de 2019, de <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1029/2010WR009762>
- Camagni, R., & Capello, R. (2013). Regional Competitiveness and Territorial Capital. *Regional Studies*, 47(9), pp. 1383-1402.
- Cardoso, C. (1991). Educação e Endogeneidade: O caso da Guiné-Bissau. *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 12, pp. 147-154.
- Carr-Hill, R., & Rosengart, G. (1982). *Education in Guinea-Bissau 1978-81: The impact of swedish assistance; An evaluation made jointly by the Ministry of National Education, Bissau, and SIDA*. Bissau: SIDA.
- Carr-Hill, R., & Rosengart, G. (1982). *Education in Guinea-Bissau 1978-81 - The impact of Swedish assistance*. SIDA.
- Carr-Hill, R., & Rosengart, G. (1983). Education since independence in Guinea-Bissau. *International Journal of Educational Development*, 3(3), pp. 325-336.
- Cartea, P. Á. (1 de 2005). In Praise of Environmental Education. *Policy Futures in Education*.
- Cavasini, R. (2016). *Intervenções Pedagógicas de Educação Ambiental no Programa Segundo tempo*. Obtido em 8 de 9 de 2019, de LUME - Digital Repository: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/151422>
- Chawla, L. (2015). Benefits of nature contact for children. *Journal of Planning Literature*.
- Chawla, L., Keena, K., Pevec, I., & Stanley, E. (2014). Green schoolyards as havens from stress and resources for resilience in childhood and adolescence. *Health & Place*, 28, pp. 1-13.
- Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (V). (2019). *Crise ecológica e migrações: Leituras e respostas da Educação Ambiental*. Obtido em 10 de 10 de 2019, de Estratégia Nacional de Educação Ambiental: <https://enea.apambiente.pt/content/v-congresso-internacional-de-educacao-ambiental-dos-paises-e-comunidades-de-lngua-portuguesa>
- Derr, V., Chawla, L., Mintzer, M., Crusing, D., & Van Vliet, W. (2013). City for all citizens: Integrating children and youth from marginalized populations into city planning. *Buildings*, 3(3), pp. 482-505. Obtido em 6 de 10 de 2019, de <https://www.mdpi.com/2075-5309/3/3/482>
- DHNET. (1995). *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos - Carta de Banjul 1979*. Obtido em 29 de 7 de 2019, de <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>

- Dias, L. S., Marques, M. D., & Dias, L. S. (2016). *Educação Ambiental: Conceitos, metodologias e práticas*. São Paulo: Tupã.
- DiMento, J. (2003). International environmental law: A global assessment'. *Environmental Law Reporter*, 33, pp. 387-389.
- Edwards, B. W. (2006). Environmental Design and Educational Performance: With Particular Reference to 'Green' Schools in Hampshire and Essex. *Research in Education*, 76(1), pp. 14-32. Obtido em 10 de 9 de 2019, de <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.7227/RIE.76.2?journalCode=riea>
- EEASA - Environmental Education Association of Southern África. (2004). *EEASA Conference Guidelines*. EEASA.
- EEASA - Environmental Education Association of Southern África. (2014). *GAP Commitment*. EEASA.
- EEASA - Environmental Education Association of Southern África. (2014). *Minutes of the 32nd EEASA Annual General Meeting*. Howick: EEASA.
- EEASA - Environmental Education Association of Southern África. (s. d.). *Welcome to EEASA*. Obtido em 12 de 9 de 2019, de <https://eeasa.org.za/>
- Elnashaie, S. (2018). Environmental Engineering and Sustainable Development. *European Journal of Sustainable Development*. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/322922725_Environmental_Engineering_and_Sustainable_Development
- Fien, J. (1993). *Education for the Environment: Critical Curriculum Theorising and Environmental Education*. Deakin University Press.
- Figueiredo Dias, J. E. (2000). *Legislação Ambiental Sistematizada e Comentada* (2.ª ed.). Coimbra Editora.
- Filho, G. S. (1989). *Apontamentos de introdução a Educação Ambiental*. Lisboa: Instituto Nacional do Ambiente.
- Fjortoft, I., & Sageie, J. (2000). The natural environment as a playground for children: Landscape description and analyses of a natural playscape. *Landscape and Urban Planning*.
- Freitas do Amaral, D. (1994). Lei de Bases do Ambiente e Lei das Associações de Defesa do Ambiente,. *Direito do Ambiente*.
- Freitas do Amaral, D. (2002). *Curso de Direito Administrativo* (2.ª ed.). Almedina.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), pp. 20-29. Obtido em 12 de 9 de 2019, de <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>
- Gomes Canotilho, J. (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Guiné-Bissau. (1996). *Constituição da República da Guiné-Bissau*. Obtido em 9 de 9 de 2019, de http://oceansbeyondpiracy.org/sites/default/files/Guinea-Bissau_Constitution_1996_Portuguese.pdf

- Guiné-Bissau. (2010). *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Obtido em 09 de 09 de 2020, de Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos: <http://fecongdn.org/pdf/crianca/LeiBasesSistemaEducativo.pdf>
- Guiné-Bissau. (2010). Lei n.º10/2010 de 24 de setembro.
- Guiné-Bissau. (2011). *Lei de Bases do Ambiente*. Obtido em 15 de 9 de 2019, de Boletim Oficial, n.º 9, 2.º Suplemento de 2 de março de 2011: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs118164.pdf>
- Guiné-Bissau. (2011). *Lei de Bases do Ambiente*. Obtido em 7 de 9 de 2019, de Boletim Oficial, n.º 9, 2.º Suplemento de 2 de março de 2011: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs118164.pdf>
- Guiné-Bissau. (2011). Lei nº 17/2011 de 12 de outubro.
- Guiné-Bissau. (2017). Lei n.º 6/2017 de 28 de junho.
- Guiné-Bissau. (2017a). Decreto n.º 8/2017, de 28 de junho.
- Guiné-Bissau. (2017b). Decreto n.º 7/2017, de 28 de junho.
- Guiné-Bissau. (2017c). Decreto n.º 5/2017, de 28 de junho.
- Guiné-Bissau. (2017d). Decreto n.º 9/2017, de 28 de junho.
- Guiné-Bissau. (2017e). Decreto n.º 10/2017, de 28 de junho.
- Guiné-Bissau. (s.d.). *Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas*. Obtido de <http://ibapgbissau.org/IBAP/Apresentacao>
- Iberdrola. (s.d.). *Educação Ambiental para crianças: Benefícios da educação ambiental nas crianças*. Obtido de Iberdrola: <https://www.iberdrola.com/meio-ambiente/educacao-ambiental-para-criancas>
- Indjai, V. (2015). *Plano de comunicação em Educação Ambiental para a Guiné-Bissau*. Porto: Faculdade de Economia - Universidade do Porto. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/81012/2/36074.pdf>
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2008). *IPCC, 2007: Climate Change 2007: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Obtido em 10 de 8 de 2019, de The Intergovernmental Panel on Climate Change: <https://www.ipcc.ch/report/ar4/syr/>
- Kiss, A., & Shelton, D. (2001). *International Environmental Law. Kluwer Law International*.
- Krasny, M. E., & Dillon, J. (2013). *Trading Zones in Environmental Education: Creating Transdisciplinary Dialogue*. Nova Iorque: Peter-Lang.
- Kudryavtsev, A., Stedman, R. C., & Krasny, M. E. (2012). Sense of Place in Environmental Education. *Environmental Education Research*, pp. 229-250. Obtido em 21 de 10 de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/233028456_Sense_of_Place_in_Environmental_Education

- Lichtenfeld, S., Elliot, A. J., Maier, M. A., & Pekrun, R. (2012). Fertile green: Green facilitates creative performance. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38, pp. 784-797. Obtido em 9 de 9 de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/221715804_Fertile_Green_Green_Facilitates_Creative_Performance
- Lilley, D., & Wilson, G. (2013). Integrating ethics into design for sustainable behaviour. *Journal of Design Research*, 11(3), pp. 278-299.
- Liu, Q., Gong, D., & Chen, M. (2018). Applying Virtual Reality to Study the Effects of Environmental Education on College Students' Ethics and Environmental Literacy. *Eurasia Journal of Mathematics, Science and Technology Education*, .
- Maniet, M. (2001). *Formação em eco-pedagogia – Descobrir e compreender para agir, Escola de. Verificação Ambiental de Suzana, Guiné-Bissau. Acção para o Desenvolvimento.*
- Marcatto, C. (2002). Educação Ambiental: conceitos e princípios. Belo Horizonte, Brasil: Fundação Estadual do Meio Ambiente. Obtido em 8 de 9 de 2020
- Masseti, L., Pellegrino, L., Rossini, G., & Ugolini, F. (2016). Test of Innovative Environmental Education Methodologies in Tuscany. *Conference: International Conference on Education and New Learning Technologies*.
- Mayeda, G. (2004). Desarmonia em desenvolvimento? Os acordos SPS e TBT e o impacto da harmonização nos países em desenvolvimento. *Revista de Direito Econômico Internacional*, pp. 737-764.
- Mayeda, G. (2004). Where Should Johannesburg Take Us? Ethical and Legal Approaches to Sustainable Development in the Context of International Environmental Law. *Colorado Journal of International Environmental Law and Policy*, 15(1).
- Merlone, T. (s.d.). *Educação Ambiental UNESCO 1987*. Obtido em 8 de 9 de 2019, de Portal Educação: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/educacao-ambiental-unesco-1987/22509>
- Monteiro, J. (2005). *A Educação na Guiné Bissau: Bases para uma estratégia sectorial Renovada*. Bissau: República da Guiné-Bissau – Ministério da Educação Nacional.
- Moyo, N., & Masuku, F. (2018). Based on Environmental Education: The Effects of Environmental Knowledge and Awareness on the Purchase Intention of New Energy Vehicles in the Southern part of China. *Advances in Social Sciences Research Journal*, 5(11), pp. 390-402.
- Müller, A., & Davis, J. S. (2009). *Reducing Global Warming: The Potential of Organic Agriculture*. Rodale Institute and FiBL.
- Nações Unidas. (1973). *Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm, 1972*. Obtido em 8 de 9 de 2019, de United Nations Digital Library: <https://digitallibrary.un.org/record/523249>
- Nações Unidas. (2008). *World Urbanization Prospects: The 2007 Revision*. (D. o.-P.-P. Section, Ed.) Obtido em 9 de 9 de 2020, de <https://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/expert/13/Heilig.pdf>

- Nações Unidas UNEP. (s.d.). *Stakeholder engagement policy*. Obtido em 12 de 10 de 2019, de UN - Environment Programme: <https://www.unenvironment.org/civil-society-engagement/policies/stakeholder-engagement-policy>
- Oliveira, J., Lanceros-Méndez, S., Neves, L., & Santos, J. G. (2013). *Kit “Energia, Ambiente e Sustentabilidade”, uma Proposta para a Promoção da Educação Científica na Guiné-Bissau*. Obtido em 11 de 9 de 2019, de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6029/1/Oliveira_Lanceros_COOPEDU.pdf
- Pandit, R., Dhakal, M., & Polyakov, M. (2015). Valuing access to protected areas in Nepal: The case of Chitwan National Park. *Tourism Management*, 50, pp. 1-12.
- Paredes-Chi, A. A., & Viga De Alva, M. D. (2017). Environmental education (EE) policy and content of the contemporary (2009–2017) Mexican national curriculum for primary schools. *Environmental Education Research*. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/317292615_Environmental_education_EE_policy_and_content_of_the_contemporary_2009-2017_Mexican_national_curriculum_for_primary_schools
- Pavinato, P. S. (2009). *Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz*. Obtido em 7 de 9 de 2020, de Fertilizantes Fosfatados: Matérias-primas, obtenção e ação fertilizante: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5193442/mod_resource/content/1/5%20Aula%20L50-526%20Fertilizantes%20Fosfatados.pdf
- Pehrsson, K. (1996). O direito à educação na Guiné-Bissau: análise genérica dos problemas do sector. *Education Division Documents N. 1*.
- Pensamento Verde. (2014). *Nosso futuro em comum: conheça o relatório de Brundtland*. Obtido em 8 de 9 de 2019, de <https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/nosso-futuro-em-comum-conheca-o-relatorio-de-brundtland/>
- Pereira da Silva, V. (2002). *Verde, cor de Direito: Lições de Direito do Ambiente*. Almedina.
- Portugal. ((s. d.)). Constituição da República Portuguesa. Obtido em 6 de 7 de 2019, de <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Portugal. (2006). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Obtido em 9 de 10 de 2019, de Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional: https://pnpot.dgterritorio.pt/sites/default/files/pnpot_programa_de_acao_0.pdf
- Portugal. (2007). *Convenção de Washington*. Obtido em 5 de 6 de 2020, de Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/cites>
- Portugal. (s.d.). *Convenção de Ramsar*. Obtido em 9 de 9 de 2019, de Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/ramsar>
- Portugal. (s.d.). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Obtido em 9 de 9 de 2020, de Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional: <https://pnpot.dgterritorio.pt/>

- Ramirez, R. I. (2017). Student Leadership Role for Environmental Protection. *Asia Pacific Journal of Multidisciplinary Research*, 5(2), pp. 204-211. Obtido em 6 de 7 de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/343135891_Student_Leadership_Role_for_Environmental_Protection
- Recanto das Letras. (s.d.). *Projeto de Educação Ambiental na Escola*. Obtido de Projeto de Educação Ambiental na Escola
- Reigota, M. (2017). *O que é a Educação Ambiental*. Brasileira.
- Rhodes University. (2018). *The Environmental Education Association of Southern África*. Obtido em 12 de 9 de 2019, de <https://www.ru.ac.za/elrc/projects/eeasa/>
- Robottom, I. (2007). Re-badged Environmental Education: Is ESD more than just a slogan? *African Journal of Environmental Education*, 24, pp. 90-96.
- Sadeleer, N. D. (2002). *Environmental Principles, Modern and Post-Modern Law*. Oxford: Oxford University Press.
- Santos, F. D., & Miranda, P. (2007). *Alterações climáticas em Portugal. Cenários, impactos e medidas de adaptação. Projecto SIAM II*. Gradiva Publicações.
- Saylan, C., & Blumstein, D. (2011). *The Failure of Environmental Education (And How We Can Fix It)*. University of California Press.
- Sefton-Green, J. (2013). *Learning at Not-School: A Review of Study, Theory, and Advocacy for Education in Non-Formal Settings*. Obtido em 9 de 9 de 2019, de MIT Press Direct: <https://direct.mit.edu/books/book/2977/Learning-at-Not-SchoolA-Review-of-Study-Theory-and>
- Silva, J. A. (2003). *Aplicabilidade das normas constitucionais*. São Paulo: Imprensa.
- Silva, V. P. (2020). *Verde cor de Direito: Lições de Direito do Ambiente*. Edições ALmedina.
- Silva, W. (2018). *Estudo diagnóstico sobre a situação do quadro legal e regulamentar que rege o. PRCM*.
- Silva, W. (2018). *Legislação fundamental de Direito do Ambiente e Recursos Naturais da Guiné-Bissau*. (C. Amado Gomes, Ed.) Obtido em 11 de 9 de 2019, de https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_lfdarn_guinebissau_final.pdf
- Silva, W. (2019). *A tutela preventiva do ambiente na Guiné-Bissau através da avaliação de impacto ambiental: contributo para a (des)construção teórica do seu regime jurídico*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito.
- Somerville, M., & Green, M. (2011). A Pedagogy of “Organized Chaos”: Ecological Learning in Primary Schools. *Children, Youth and Environments*, 21(1), pp. 1-20.
- Southern African Development Community. (2004). *2004 SADC SUMMIT FINAL COMMUNIQUÉ*. Obtido em 12 de 9 de 2019, de <https://www.sardc.net/en/southern-african-news-features/2004-sadc-summit-final-communique/>

- The Global Development Research Center. (s.d.). *Tbilisi Declaration (1977)*. Obtido em 15 de 8 de 2019, de The Global Development Research Center: <http://www.gdrc.org/uem/ee/tbilisi.html>
- Thomas, G. (2005). Facilitation in education for the environment. *Australian Journal of Environmental Education*, 21, pp. 107-116.
- Ugolini, F., Massetti, L., & Pellegrino, L. (2016). Environmental education by gaming. Obtido em 10 de 10 de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/309577365_Environmental_education_by_gaming
- UNESCO - UNEP. (1977). *The Tbilisi Declaration Connect*. Paris: UNESCO-UNEP.
- UNESCO - UNEP. (1996). *Education for Sustainable Development*. Paris: UNESCO - UNEP.
- UNESCO. (2006). *Declaration of Thessaloniki*. Obtido em 9 de 9 de 2019, de Digital Library: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000117772>
- UNESCO-UNEP International Environmental Education Programme. (1986). *L'éducation relative à l'environnement : principes d'enseignement et d'apprentissage*. Unesco.
- União Africana. (2013). *Agenda 2063: The Africa We Want*. Addis Ababa. Obtido em 9 de 9 de 2020, de https://au.int/sites/default/files/documents/33126-doc-01_background_note.pdf
- União Europeia. (2001). *Directiva 2001/42/ce do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de junho de 2001 relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente*. Obtido em 12 de 10 de 2019, de Jornal Oficial das Comunidades Europeias: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32001L0042&from=LV>
- União Europeia. (2001). *Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Junho de 2001 relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente*. Obtido em 12 de 10 de 2019, de Jornal Oficial das Comunidades Europeias: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32001L0042&from=LV>
- União Europeia. (2007). *Livro Verde: Por uma nova cultura de mobilidade urbana*. Obtido em 25 de 9 de 2019, de <http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/DocumentosdeReferencia/RespostaLivroVerde/Documents/LivroVerdeNovaCulturaMobilidade.pdf>
- União Europeia. (2009). *Directiva do Conselho de 27 de junho de 1985, Relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente*. Obtido em 9 de 9 de 2019, de Eur-Lex: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:1985L0337:20090625:PT:PDF>
- União Europeia. (2018). *Avaliação dos efeitos de projetos no ambiente*. Obtido em 9 de 9 de 2020, de Eur-Lex: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3Aev0032>
- Universidade de São Paulo. (s.d.). *Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano - 1972*. Obtido em 8 de 9 de 2020, de Biblioteca Virtual de Direitos Humanos: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>

Water Resources Group. (2009). *Charting our Water Future: Economic Frameworks to Inform Decision Making. Munich: 2030*. McKinsey and Company.

Zsóka, Á., Szerényi, Z. M., Széchy, A., & Kocsis, T. (2013). Greening due to environmental education? Environmental knowledge, attitudes, consumer behavior and everyday pro-environmental activities of Hungarian high school and university students. *Journal of Cleaner Production*, 48, pp. 126-138.

